

# conjuntura brasileira



Assembléia-geral: SBPC

## índice

guia de leitura	2		
política nacional	6	• operários	
• militares		• assembleia do custo de vida	
• corrupção		• estudantes	
economia		• igreja	
movimentos sociais	18	a reunião da sbpc	32
		polít. e com. exterior	36

---

ano 2 - numero 12 - julho / agosto 1976 - 7 ff

428821

## guia de leitura

G U I A D E

L E I T U R A

Na conjuntura anterior assinalávamos que as con tradições dentro da burguesia se agudizavam, levando à cristalização de posições que buscavam, sob diferentes formas, ganhar terreno. A impossibilidade de impor qualquer uma das alternativas presentes só vem contribuindo para a celerar esta agudização, tendo como resultado, nesse período mais recente, a expressão e formalização das posições. Abstraindo das diferenças existentes - conjunturalmente atenuadas -, pode-se dizer que estas posições vão se alinhando em duas grandes tendências dentro da burguesia e das forças armadas.

A entrada em cena, abertamente, do grupo Médici, a partir do primeiro pronunciamento (16/7) do ex-chefe da ditadura depois de terminado seu mandato, vem dar novo impulso à uma das posições mais direitistas dentro da burguesia e das forças armadas, até então aparentemente sem cabeça. Ao lado da tomada de posição desse setor, um surto de terrorismo ( com bombas explodindo na ABI, OAB e CEBRAP) tendo como marca a sigla AAB ( Aliança Anti-Comunista Brasileira ) mostra bem para onde caminha o processo de radicalização - o "vale tudo" - dos conflitos dentro da burguesia. Por outro lado, entre as posições que defendem a realização de uma reforma política vão se articulando os projetos de estruturação de uma composição de forças que assegure a continuidade do projeto Geisel. E esses projetos, na medida em que os setores mais direitistas vão indicando sua disposição de impedir qualquer reforma - compreendido, naturalmente, o projeto Geisel - tendem a convergir num mesmo sentido, sem se ater muito as nuances que os distinguem. Afinal, os setores que defendem esses diferentes projetos de reforma política se sentem compelidos a crer nas intenções institucionalizantes do ditador Geisel, pois não veem outra alternativa à êle que não seja a

radicalização - e mesmo o golpe - dos setores mais direitistas. É, pois, no sentido de uma composição que se alinham propostas do MDB para apresentar um programa que viabilize a realização de um "acordo nacional" - para o que está disposto a abrir mão da revogação do AI-5, um dos objetivos do seu atual programa - e as iniciativas de setores da ARENA e do MDB para estruturar uma frente onde se incorporariam diferentes setores sociais hoje isolados, mas disposto a apoiar uma iniciativa dessa natureza.

Fora dessas duas grandes tendências indicadas, estão setores que propugnam por transformações democráticas e pela execução de medidas político-econômicas de caráter popular. Estes setores - parte da igreja, áreas do MDB ou próximas a êle, intelectuais, etc. - pela natureza de sua posição na sociedade, transitam nas áreas da burguesia que acenam com projetos de reforma política e participam da oposição democrática e popular que hoje se manifesta em torno a reivindicações como:

- Defesa dos direitos humanos
  - Anistia política
  - Fim do AI 5 e 477
  - Pelas liberdades de organização e manifestação
  - Fim do arrocho salarial
  - Reforma agrária
- e dentro desse movimento constituem um ponto de ligação com os projetos de reforma política.

O movimento de oposição democrático e popular, que se expressa em diferentes frentes de organização - entre elas as Sociedades de Amigos do Bairro, a Oposição Sindical, os Círculos Operários, as entidades estudantis - é a frente de oposição a ditadura mais consequente, tanto do ponto de vista programático como quanto ao nível de suas reivindicações e manifestações. A radicalização e ampliação desse movimento o distingue claramente e o distancia de qualquer dos projetos burgueses de reforma política. Entretanto, seu potencial político ainda não se con-

G U I A   D E  
L E I T U R A

densou num programa que apresenta alternativas globais na perspectiva de uma luta consequente pela derrubada da ditadura. É real que a convergência das reivindicações desse movimento de oposição democrático e popular vai conformando um verdadeiro programa democrático, que orienta as lutas dos diferentes setores das massas. Mas as formas como estas ainda se expressam - isoladamente, relativamente desarticuladas - e o nível ainda precário de direção política e de organização independente, termina por não apresentar à esse movimento, a curto prazo, nenhuma perspectiva que assegure seu desenvolvimento que não seja a expectativa na conformação de uma correlação de forças democrática ao nível do poder, como consequência da crise econômica, política e social que vive o país e da radicalização das tradições dentro da burguesia. Tal perspectiva coloca para o movimento de massas, a curto prazo, duas hipóteses. No caso de um golpe, o risco de uma ofensiva procurando massacrá-lo. No caso de uma solução tipo "união nacional" a tentativa de convocá-lo à apoiar um projeto dessa natureza, sem que ele conte ainda com a força necessária para imprimir à esta saída uma direção que lhe seja mais favorável. No cb anterior dizíamos que "o movimento de oposição democrático e popular, especialmente sua vanguarda, tem que empreender uma verdadeira corrida contra o tempo no sentido de sua organização e da clarificação de seus objetivos, para chegar a definição de uma política para a derrubada da ditadura". É claro que para o movimento de oposição democrático e popular interessa uma correlação de forças onde sejam favoráveis as condições para seu desenvolvimento e fortalecimento. Nesse sentido ele deve buscar, com as forças que tem, estabelecer alianças políticas para conquistar e consolidar novas posições. Se dizemos que, a curto prazo, não se apresentam que aquelas duas hipóteses para o movimento de massas é tendo em conta o quadro

em que vai se desenvolvendo as tradições dentro da burguesia e que impõe uma definição - em grande parte por ter que fazer frente ao crescimento da oposição popular - e as bases estruturais em que se assenta esse movimento de massas, democrático e popular.

O setor da burguesia e das forças armadas que o ex-ditador Médici representa busca neste momento organizar suas forças dirigindo à burguesia uma mensagem onde promete a paz social, lucros e ordem - enfatizando a necessidade de "uma linguagem de austeridade e do realismo, ainda que sob o risco da impopularidade"- Seu reaparecimento procura assegurar e fortalecer suas posições dentro da ditadura, apresentando-se como alternativa frente a crise de dominação da ditadura.

Geisel, por sua vez, busca enfrentar a radicalização das posições forjando as bases de uma composição de forças que garanta a continuidade de seu projeto institucional, tanto no plano militar - há indicações de seu fortalecimento nesta área, ver pg 11 - como no entendimento com os diferentes setores que pregam a reforma política. Esse entendimento visa assegurar-lhe bases suficientes para o prosseguimento do seu projeto, mesmo frente a uma derrota da ARENA nas próximas eleições. Como vimos, conjuntamente, todos os setores interessados numa "reforma política" convergem para fortalece-lo. Se o ditador conseguir manter a iniciativa sobre os diferentes setores "reformistas", os passos para a institucionalização do regime estarão dados. Uma mostra da "boa vontade" do MDB para favorecer este encaminhamento foram dadas por ocasião da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Enquanto o povo fazia do seu enterro um protesto político, dando vivas a democracia, pedindo anistia e gritando por liberdade, o MDB, se considerando o intérprete das "aspirações democráticas" oferecia esta manifestação como prova da vontade popular num "acordo nacional", na "pacificação da família brasileira". Ou, como diria

G U I A D E  
L E I T U R A

o senador  
Nelson Car  
neiro, "o  
MDB é a o-  
posição  
mais gene-

rosa, mais amiga, mais afetuosa que já houve em toda a história da República.

Nas forças armadas está em andamento um projeto de criação de um ministério da Defesa - os atuais ministérios, exército, marinha e aeronáutica, se transformariam em secretarias. No discurso do general Potyguara, ao tomar posse como novo comandante do EMFA, transparecem idéias nesse sentido ao afirmar a necessidade de concentração e centralização das forças armadas. Além disso estão sendo estabelecidos novos critérios para promoção que permitem o acesso aos mais altos comandos de oficiais mais jovens. Os pronunciamentos militares vão em duas direções. Uma que, ademais do anti-comunismo, faz uma alusão a ameaça externa, com uma clara referência a Angola (discursos de Araripe e Frota, pg.11). Outra, com apelos a unidade militar (conter exarcebações da oficialidade?) e de confiança na capacidade dos militares de manter a ordem e encontrar uma solução para a crise (discurso de Oscar Silva ao passar o cargo a seu sucessor no comando do III exército).

No primeiro semestre deste ano o crescimento do setor industrial foi de 10% e o do setor agrícola, 8,5%. No mesmo período, a inflação foi de 22,7%. A projeção para o final do ano dos resultados referentes ao crescimento da economia no primeiro semestre, poderia indicar que a economia brasileira estaria superando o período de recessão iniciado em 74. Esta mesma projeção apontaria, quanto a inflação, para um índice de quase 50(!) ao final do ano. E apesar do crescimento da economia no primeiro semestre, a perspectiva de uma inflação galopante passou a dominar as preocupações da política e econômica da ditadura. Na realidade

o disparo da inflação não é mais que um dos resultados das improvisações através das quais se busca fazer frente a recessão. O fraco resultado da economia no ano passado e as pressões dos diferentes setores da burguesia levaram a ditadura a procurar ativar a economia com uma política de crédito e de gastos públicos - entre outras medidas - que vem produzindo resultados fortemente inflacionários. Não podendo seguir na política do avestruz, a ditadura proclama a inflação como o principal problema da economia e alerta a burguesia de que seu combate não será possível sem que haja um "esfriamento" da atividade econômica, isto é, sem reduzir o ritmo de crescimento. As reações dos diferentes setores da burguesia são de, reconhecendo o "mal", agitar preventivamente contra as medidas para conter a inflação. Destaca-se a crítica de setores industriais à política de financiamento do setor agrícola, identificada como um dos "focos" inflacionários e o protesto dos setores que produzem bens de consumo duráveis pelas restrições do prazo à compra de carros, eletrodomésticos, etc. É claro que sobretudo setores médios e pequenos da indústria e do comércio serão atingidos mais diretamente com as restrições ao crédito.

Mas não com a mesma dimensão do que se passou no período 64/67, quando milhares de empresas faliram ou passaram ao controle do capital imperialista como resultado da política de "saneamento financeiro". Entretanto, já é patente uma nova ofensiva da ditadura contra os salários. No número anterior do cb noticiamos a alteração da fórmula da política salarial para reduzir o aumento dos salários correspondente a produtividade. Ainda como parte da política antiinflacionária, as indicações são no sentido de que nos próximos dissídios coletivos a ditadura vai tentar uma nova poda dos salários, violentamente comprimidos nos últimos meses pelo extraordinário aumento do custo de vida.

# Assembléias Populares

AGOSTO/76

DOIS PONTOS

Um Jornal de Estudante

Os trabalhadores no Brasil, impedidos de se utilizarem dos sindicatos como canal de reivindicações e alijados da prática do direito de greve, buscam formas de manifestar seu descontentamento. Em São Paulo, 5000 pessoas se reuniram e denunciaram a política salarial do governo. Qual a importância que assume hoje uma manifestação fora dos canais institucionais?

Muitas foram as esperanças suscitadas com a chegada ao poder em 1974, do grupo representado por Geisel. O processo de distensão «lenta e gradual» tornou-se manchete da imprensa burguesa. Apesar de já ter sido negada, em palavras e atos, pelos que representam o poder, a distensão continua motivos de atenções. Parece haver, no entanto, condições objetivas que impedem a «abertura democrática», mesmo que ela só diga respeito às classes dominantes.

Em 1964, o que permitiu a união de diversas frações das classes dominantes foi não só o interesse ideológico comum — a preservação do sistema capitalista — mas também a dependência objetiva da indústria nacional frente à estrangeira. Essas condições já vinham se acentuando claramente desde a década de 50, com a constante expansão do capital, estrangeiro, principalmente nas indústrias de bens de consumo duráveis.

Se num primeiro momento a união de forças políticas se concretizou, o transcorrer do processo evidenciou a luta travada entre os grupos dominantes, para que um deles se tornasse politicamente hegemônico, ou seja, para deter o poder a fim de implementar uma política que o beneficiasse.

Após 1964, as medidas político-econômicas que procuraram «racionalizar» a economia e fortalecer as indústrias mais «eficazes», levaram a uma política de favorecimento do grande capital, em detrimento das empresas pequenas e médias. Um exemplo disso é a política de créditos, que promove a formação de grandes conglomerados financeiros que tendem a associar-se aos grandes grupos industriais e agrícolas, transformando-se em conglomerados financeiro-industriais.

Durante todo o ano de 1968, eclodiram manifestações de descontentamento em diversos setores da população. É nesse ano que a Frente Ampla (que reuniria velhos líderes políticos como Kubitschek, Goulart e Lacerda) foi declarada ilegal, por simples decreto do governo.

A agitação estudantil e as greves operárias também sofreram a reação das forças governamentais.

E finalmente, em dezembro de 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº 5, que ampliou consideravelmente os poderes do Executivo.

Após o afastamento de Costa e Silva, assumiu o poder o grupo na época designado como «linha dura», ultrapassando divergências que se acirravam entre setores da burguesia e dentro do próprio exército.

Através de mais uma série de atos e decretos, o papel do Legislativo ficou ainda mais distante do poder. Ao mesmo tempo, o Judiciário perdeu sua autonomia e independência. A imprensa, mesmo a que estava favorável ao regime, e a oposição consentida, foram emudecidas.

No ano seguinte, o recém empossado governo Geisel surge com um projeto político delineado: uma «distensão» (que levaria a uma abertura política) frente a uma conjuntura internacional desfavorável e um «milagre econômico» que esgotara em pouquíssimo tempo suas potencialidades.

Na verdade, o Executivo permaneceu forte e

os beneficiários em relação à política econômica continuaram os mesmos: a grande indústria e a grande finança.

A «abertura» se limitou à retirada de censura prévia de alguns órgãos da imprensa favoráveis ao governo, e à realização de algum debate por ocasião das eleições em 1974. Aliás, isso só veio a fortalecer o caráter plebiscitário daquelas eleições — na realidade um não ao regime.

Frente a esses resultados, as restrições voltaram a se impor. Um exemplo disso é a «Lei Falcão» e as limitações cada vez maiores a quaisquer tentativas de oposição.

Entretanto as forças sociais de oposição ao regime começam a se estruturar, nos últimos tempos, fora dos canais oficialmente instituídos.

As depredações de trens e ônibus que vêm ocorrendo na Baixada Fluminense e na Grande São Paulo, desde julho de 74, demonstram, de forma violenta mas imediata, a impaciência frente a um estado de coisas.

Essas explosões assumem uma importância política, na medida que tendem a extravasar os canais permitidos. Mas trata-se, ainda, de responder às necessidades mais prementes, com alguma ou quase nenhuma organização. Desse modo, essas manifestações demonstram, na impotência de atingir seus objetivos, a necessidade de uma organização efetiva e independente.

O mesmo pode-se dizer dos conflitos pela posse da terra que cada vez mais se intensificam (ver matéria na página 8).

Outro tipo de manifestação, que denota um grau muito maior de organização, são as Assembléias Populares, que tem ocorrido nos bairros da periferia de São Paulo.

Um desses encontros, realizado no dia 20 de junho em Interlagos, chegou a reunir mais de 5.000 pessoas em torno de uma série de reivindicações comuns.

Essa Assembléia teve um período de preparação bastante longo, iniciado em agosto de 1974, e com um tipo de organização «sul generis» — clubes de mães, espalhados em vários bairros.

A organização desse tipo de manifestação é extremamente difícil, pois trata-se de reunir a população trabalhadora de diversos bairros. Assim mesmo, as Assembléias tem mobilizado um número cada vez maior de pessoas, em quanto as reivindicações se tornam cada vez mais políticas — da luta pelo aumento do número de ônibus, que foi o motivo das primeiras assembléias, luta-se hoje contra o arrocho salarial e pelo congelamento imediato dos preços.

E sua importância se evidencia ao analisarmos os estágios organizatórios que permitem, a conscientização que proporcionam e a vontade coletiva que exprimem.

No entanto, é preciso levar em conta o poder de pressão reduzido dessas reuniões que não podem agir eficazmente para que suas reivindicações sejam atendidas. Esse seria o papel desempenhado por organizações sindicais independentes e ativas.

Apesar das restrições, tem ressurgido, setorializadas, as greves por motivos econômicos ou por condições impróprias à segurança dos trabalhadores, etc.

Todo o cerceamento sofrido pela classe trabalhadora não tem sido capaz de fazer calar as forças sociais que espelham as contradições de nossa sociedade. E o que parecem demonstrar as manifestações populares.

## CIVIS E MILITARES: UNIÃO INADIÁVEL

Visão, 28 de junho de 1976

Um tema passou a ser insistentemente focalizado nas áreas políticas e militares, nos últimos quinze dias: a necessidade de integração de civis e militares, sua importância para a segurança nacional e suas possíveis implicações na sucessão presidencial. Foi o presidente Ernesto Geisel que, ao receber, há dias, a visita do comandante e de um grupo de estagiários da Escola Superior de Guerra, no Palácio do Planalto, definiu com uma simples frase seu conceito sobre aquela entidade: "Ela é uma experiência já consagrada no sentido de fundir o pensamento civil e militar, para melhores resultados em prol da segurança nacional".

Para alguns observadores políticos e militares, a colocação do presidente da República não se esgotaria aí. O reencontro de civis e militares, cuja união possibilitou o movimento vitorioso em março de 1964, deveria extrapolar os muros da entidade que criou a base doutrinária para a Revolução, para consolidar-se no dia-a-dia das responsabilidades compartilhadas pelos destinos do país. Essa espécie de

reencontro da Revolução com suas origens, que segundo assessores da intimidade de Geisel seria uma das metas de seu Governo, poderia ter suas bases lançadas ao longo do processo de captação de opiniões da área militar, que terá como desfecho a indicação do sucessor do atual presidente.

É precisamente nesse ponto que se situa a relação de ordem prática entre os propósitos atribuídos a Geisel e a dinâmica por vezes incontrolável de uma sucessão presidencial conduzida quase que exclusivamente pelos altos escalões militares. Nesse sentido, entendem as lideranças militares com poder de influência no processo político que, se a escolha do sucessor de Geisel cair em alguém efetivamente comprometido com a doutrina da ESG, como foi o ex-presidente Castello Branco, conseqüências da maior relevância poderiam advir daí: um novo presidente que representasse a ponte entre civis e militares e preparasse o caminho para viabilizar um candidato civil à sua sucessão, já então em 1984; e principalmente o comprometimento

com uma reforma política e mesmo institucional que implicasse, no mínimo, uma efetiva liberalização do regime e, numa projeção mais ambiciosa, uma efetiva redemocratização. Embora a mais importante, a referência de Geisel não foi isolada. Três dias após ele haver falado, coube ao general Oscar Luís da Silva, comandante do III Exército, afirmar na cidade gaúcha de Cruz Alta que a subversão está contida não apenas pela ação das Forças Armadas e dos órgãos de segurança mas também pela união que existe entre civis e militares, cuja importância destacou. No mesmo momento em que aquele chefe militar fazia essas declarações no Sul do país, em Brasília, por ocasião do encerramento do Seminário sobre Modernização do Legislativo e Desenvolvimento Político, o professor Aliomar Baleeiro insistia na tese de um candidato civil à Presidência da República e sugeria o nome do presidente do Senado, Magalhães Pinto. Já os senadores Paulo Guerra e Amara Peixoto analisavam a situação com mais cautela. Suas observações coincidem num aspecto básico: a integração efetiva de civis e militares, como ponto de partida para superar as dificuldades de ordem institucional.

## Uma reforma possível

VEJA, 14 DE JULHO, 1976

Invocando sua condição de "participante do pensamento governamental", o presidente da Arena, deputado Francelino Pereira, fora enfático, dias atrás: "O quadro partidário não será alterado no curso do atual governo". A declaração levantara dúvidas, incertezas e uma suspeita — a de que alguma decisão havia sido tomada, no Palácio do Planalto, destinada a abalar a confiança que políticos dos dois partidos depositam na extinção da Arena e do MDB após as eleições de novembro. Por isso a reabertura do período de audiências presidenciais, na semana passada, levou a Brasília alguns dos principais chefes arenistas — como Pereira, participantes do pensamento governamental — e, embora evitando suspiros de alívio, todos saíram do gabinete do presidente Ernesto Geisel certos de que nada mudou, substancialmente.

"Acho que qualquer debate que envolva temas institucionais, bipartidarismo ou pluripartidarismo só deve ter lugar a

partir de 1977, depois das eleições", disse o governador paulista Paulo Egydio Martins, a porta do gabinete de Geisel, na quinta-feira. Mais direto fora o governador gaúcho Sival Guazzelli, na terça-feira, no mesmo local: "Se dentro de certo tempo os dois partidos não se revelarem em condições de representar uma faixa mais ampla da população, então o sistema atual terá de ser revisto".

A face mais ostensiva do impasse que se delineia diante das lideranças políticas é, sem dúvida, a impossibilidade de a Revolução admitir o revezamento dos partidos no poder. Esse é um assunto sobre o qual o deputado Francelino Pereira se recusa a raciocinar, mas que o governador Paulo Egydio enfrenta com sua conhecida desinibição: "Se nós caminharíamos para 1978 dentro desse regime, obviamente terá que haver rotatividade no poder. Não caminhando nesse regime, poderá não haver rotatividade no poder". O pensamento de Egydio talvez merecesse uma exegese mais aprofundada, mas ainda assim revela até on-

de se considera, entre os chefes políticos, inevitável a dissolução do bipartidarismo — para tornar possível, em quaisquer condições, a formação de maiorias que não sejam ostensivamente marcadas de cores oposicionistas. E a melhor época para cuidar dessas mudanças seria 1977, um ano sem eleições e, portanto, sem debates.

**Imaginação criadora** — É certo que na Arena existem pessimistas capazes de considerar 1977 tarde demais, pois até lá estarão definidos os candidatos à sucessão do presidente Ernesto Geisel, e a nenhum deles interessará uma reforma partidária — afinal, para essa eleição indireta, a vitória da Arena está garantida. E também é verdade que na semana passada circularam os primeiros rumores sobre dificuldades dentro do governo, provocadas por prematuras tentativas de definição desse quadro sucessório — e a seca tentativa de Francelino Pereira de conter especulações sobre a reforma partidária teria sido provocada por esses problemas.

## GEISEL: "JULGUEM O MEU GOVERNO"

esq - 24-7-76

Entusiasmado com a recepção popular — como confundiu o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto — o presidente da República fez ontem em Cubatão o seu mais veemente apelo ao povo para que vote na Arena nas eleições de novembro. Geisel pediu que seu governo fosse julgado

sem paixões ou preconceitos e que "se deste julgamento houver resultado positivo, espalhamos com aquilo que é a suprema prerrogativa que temos que é o voto. "Vamos ter — enfatizou — eleições em breve. Espero que o povo brasileiro, como o povo de Cubatão, não nos faltam nessa oportu-

tidade".

Geisel foi a Cubatão inaugurar mais um alto forno da Cosipa e seu pronunciamento, que não constava da programação oficial, representou, para os observadores políticos, um desmentido às informações de que ele se distanciaria da campanha eleitoral da Arena.

# MAIS DITADURA

J.T. - 26-6-76

A declaração do governador de Minas, Aureliano Chaves, de que "apoiaria um regime de força se assim exigir o interesse nacional", não foi surpresa para o senador Dinarte Mariz.

— Se o Aureliano disse isso, é porque sabe o que está ocorrendo.

E não foi surpresa para ele porque, antes mesmo do pronunciamento do governador, ele já alertara seus companheiros de Congresso para o perigo de o Brasil, em pouco tempo, tornar-se uma república comunista. E, para conter tal perigo, só mesmo um regime de força.

Segundo ele, se dentro de pouco tempo não se reformar o regime, com a adaptação de normas revolucionárias mais autoritárias e eficientes pelo Congresso, logo se estabelecerá o confronto entre a Revolução e os políticos — e o fechamento do Congresso passará a ser questão de pouquíssimo tempo.

— ele anuncia: o sistema não

admitirá mais um avanço da oposição. Nem maioria no Senado, nem no Congresso, nem governadores em Estados importantes. (...)

Já no resto do Congresso, as declarações de Aureliano começaram a repercutir mais tarde, por causa da demorada sessão para aprovar a Lei Falcão. Mas ontem recebeu o apoio total do líder arenista José Bonifácio, conhecido por pregar o radicalismo, e as críticas gerais do MDB.

— Não terei a menor dúvida em apoiar um governo de força, se assim o exigirem a segurança nacional e a independência do país, embora não veja nenhum prenúncio de sua necessidade — declarou Bonifácio. O governador Aureliano Chaves é um homem público lúcido e patriota. Ele sabe o que diz e estou de pleno acordo com suas declarações. Vocês querem a invasão estrangeira? A derrubada das instituições? Quem, aqui, quer a subversão interna?

contrada pelos senadores Teotônio Vilela, da Arena, Paulo Brossard, do MDB, e outros. Para eles, a última oportunidade pacífica de se reformar o regime, compatibilizando-o com os princípios democráticos, encerrar-se-á com o mandato do presidente Geisel. (...)

O movimento de respaldo ou embasamento da tese democrática, para o senador Teotônio Vilela, não precisa ser organizado ou institucionalizado na forma de mais um grupo, associação ou conselho. Na prática, esse movimento já existe e vem congregando instintivamente todos os que se batem pelo fim da exceção, arenistas, emedebistas, advogados, jornalistas, militares, estudantes e operários.

Já, por enquanto, um embrião de movimento que, mesmo sem ganhar o rotulo, poderá fazer às vezes de uma frente ampla e democrática, a qual não faltariam, além de deputados e senadores, elementos mais representativos do meio social. Não seria esta ação — como não tem sido a maioria dos pronunciamentos isolados — manifestação ostensivamente contrária ao presidente Geisel ou contestatória da Revolução. Pelo contrário, sua característica principal continuaria a ser a de apontar soluções para o impasse presente e, mais do que ele, para a explosão que necessariamente ocorrerá até 1978 o País continuar sem perspectivas de sair da

exceção. Os elementos do MDB que têm conversado com Teotônio Vilela, inclusive o senador Brossard, concordam em que não se deve dar à luta institucionalizadora um caráter de oposição ao governo. Seus objetivos são bem mais amplos e poderão, de acordo com os acontecimentos, contribuir até para a criação de um clima de entendimento com o próprio governo, em torno de metas básicas. Isto, é óbvio; se o governo quiser.

Conforme Teotônio Vilela, a Arena fracassou inteiramente em sua missão institucionalizadora. (...) Nem mesmo com pronunciamentos seus principais dirigentes chegaram à opinião pública, na defesa da compatibilização entre o movimento de março de 64 e as instituições democráticas. Assim, parece claro que, de per si, o partido não chegará à elaboração de qualquer diretriz ou projeto de modelo político. Nada mais natural, pois, que extrapartidariamente os seus integrantes, que continuam desejando aquele resultado, busquem outras vias de ação. E a primeira, que lhe parece mais viável, é justamente a da convergência natural de todos os que lutam pelo mesmo ideal, na Arena, no MDB, nos tribunais, associações e entidades de classe, capazes de, no devido tempo, preparar as alternativas legais e constitucionais para a volta ao Estado de Direito.

## reina calma <sup>ESP</sup> 1-7-76

O presidente do Senado Federal, Magalhães Pinto, voltou ontem a declarar que não vê razão para clima de pessimismo com relação à situação política do País. "Qual foi o ato do presidente, qual foi o ato das Forças Armadas que nos pudessem levar a isso?" — indagou, numa conversa com jornalistas, à tarde, no Palácio do Planalto, logo após avistar-se com o chefe do governo.

## articula-se frente

ESP-2-7-76

BRASÍLIA — Uma ação de âmbito nacional, suprapartidária e abrangente, além de parlamentares, integrantes de associações de classe e instituições liberais, com a finalidade de debater e apresentar propostas concretas para a volta do País a democracia, é a solução en-

pulção. Essa liderança pode e deve ser respectivamente usada, até porque a liderança não é apenas um acompanhamento das tendências populares, mas sobretudo a possibilidade de influir sobre o comportamento dessa população — inclusive para conscientizá-la de que serão necessários sacrifícios para enfrentar a crise. Mas isso só pode acontecer dentro de um entendimento, de um pacto político no qual o MDB seja reconhecido como um partido de brasileiros interessados, tanto quanto o governo, no desenvolvimento nacional, na estabilidade política e na segurança do país.

VEJA — O MDB tem conseguido sensibilizar setores militares para essas ideias?

SATURNINO — A observação é de difícil verificação. Na falta de diálogo, não sabemos até que ponto sensibilizamos os não as Forças Armadas. Contudo, se não as sensibilizarmos, seria devido ao preconceito de que o MDB é um partido anti-revolucionário. A luta do MDB tem sido no sentido de modificar rumos, de recompor diretrizes originais, de apagar desvios dos governos. Se o pressuposto básico da Revolução é a sustentação do regime democrático e o combate à subversão e à corrupção, o MDB se enquadra perfeitamente dentro desses princípios.

VEJA — E como seria a união nacional?

## as condições do acordo

30-6-76

VEJA — A insistência com que o MDB volta à tese de "união nacional" decorreria da convicção de que o país tende a chegar a uma situação crítica?

SATURNINO — A insistência está ligada às dificuldades que o país enfrenta no plano econômico. É claro que, se a nação está diante de uma possibilidade de crise grave, nada mais natural que convocar todas as correntes políticas para um esforço nacional. O governo tem dito várias vezes que união nacional é algo que só se convoca em estado de guerra. Pois uma crise econômica grave é bastante semelhante a um estado de guerra. No entanto, eu não acho que seja necessária a união nacional, como é entendida normalmente, ou seja, como participação de todos os partidos no governo. O necessário é que a oposição tenha possibilidade de influir nas decisões, que seja ouvida e não seja tratada como inimigo — com aspas ou sem aspas.

VEJA — Mas bastaria um entendimento com o MDB?

SATURNINO — O entendimento com o MDB é um ponto de partida. O MDB tem hoje, a partir das eleições de 1974, uma posição de liderança incontestável em grandes setores da po-

SATURNINO — Começaria por um entendimento entre o governo e a oposição a partir do reconhecimento de que efetivamente há uma ameaça e da verificação de quais os fatores fundamentais a serem afastados. A união se faria em torno de linhas básicas — de um programa no setor econômico e social, e de um programa mínimo também no setor político. Ou seja, garantias mínimas de que a distensão prosseguirá dentro de um marco definível para a normalização da vida nacional. O MDB não é um partido que sustente posições inarredáveis.

VEJA — Neste caso, o MDB ainda exigiria a pronta revogação do AI-5?

SATURNINO — Isso não seria indispensável. O MDB poderia colocar como pressuposto, e o governo aceitar, que uma reforma da Constituição fosse feita, criando-se mecanismos eficientes para a defesa do Estado, num prazo "X" e dentro de tais princípios. Por que não? Ao que eu saiba não existiria uma resistência muito grande.

VEJA — Mas esse entendimento, num momento pré-eleitoral, não enfraqueceria o MDB?

SATURNINO — Não tenho dúvida de que, em termos eleitorais, o MDB sairia prejudicado. Mas estou certo de que o partido aceitaria essa desvantagem em nome dos objetivos pelos quais vem lutando esse tempo todo.

VFJA - - Suponhamos que tudo corra bem, mesmo sem união nacional. O senhor acredita que em 1977 se preparará alguma reforma política?

SATURNINO - Acredito que, pela lógica das coisas, o governo tente uma reforma política em 1977. E isso confere com as informações que se têm ouvido informalmente de lideranças do governo. Acho que essa reforma alteraria o quadro partidário, com a dissolução dos partidos atuais e com: a dissolução, com a criação de mais um ou dois partidos. Isso é algo de que o governo pode estar cogitando a sério para melhorar sua base política e sua situação eleitoral em 1978. O simples fato de contar com dois ou três partidos que o apoiem, em vez de um só, aumenta sua probabilidade de fazer maioria em 1978. É uma questão estatística: se com um partido o governo pode apresentar 1 200 candidatos a deputado federal em todo o país, com dois partidos ele apresenta 2 400 e, com três, 3 600 candidatos. Só aí já aumentaria a probabilidade de captar mais votos e melhorar sua posição para a batalha da renovação do Congresso.

### JK, BROSSARD e a união nacional

Após reclamar do Governo a demora na decisão de prestar homenagem ao ex-Presidente morto, cujo enterro classificou como uma verdadeira demonstração do espírito do povo, o Senador Paulo Brossard defendeu a necessidade de uma união nacional e da anistia.

JB 26/8/76

O Senador Jarbas Passarinho contestou a afirmação de que o Governo havia sido lento em sua decisão, acentuando que esta não poderia ter sido tomada sem levar em consideração todas as implicações.

O povo - afirmou o Senador gaúcho - se opôs aos restos do proscrito como se fosse algo que lhe pertencesse e do qual houvesse sido despojado. As sucessivas restrições aos direitos populares, parece que se condensavam no esquite de um perseguido e provocaram a explosão dos mais nobres sentimentos populares.

### no enterro de JK: manifestação

BRASILIA (O GLOBO) - O ex-Presidente Juscelino Kubitschek foi sepultado ontem às 23h30m no Cemitério Campo da Esperança, depois de seu corpo ter sido carregado durante quatro horas num percurso de quase dez quilômetros por cerca de 80 mil pessoas da Catedral até o Cemitério. Durante o caminho tornou-se um misto de cortejo fúnebre e manifestação política, cortada por hinos e músicas populares.

24-8-76

BRASILIA (O GLOBO) - O Presidente Geisel assinou ontem decreto de um único artigo, em que declara "luto oficial em todo o País, por três dias, a partir desta data, pelo falecimento do ex-Presidente da República, Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira".

## FRANCELINO NÃO QUEREMOS COLABORAÇÃO

JB-26-8-76

Brasília - O presidente da Arena, Deputado Francelino Pereira, afirmou ontem que "a tese de conciliação entre os dois Partidos ou de enquadramento com vistas a determinadas soluções sempre ajustadas a uma coalizão só se justifica diante de crises invencíveis que afetem a Nação como um todo - seu povo, suas instituições, suas necessidades básicas, seus amplos destinos."

Deve-se observar que a união nacional, quando realizada inoportunamente, esconde, quase sempre, algumas imposturas. Agora, sobre o clima compreensível e natural do falecimento do Presidente Juscelino Kubitschek, de cujas homenagens todos participamos, surge novamente a idéia, através de alguns líderes, sob a denominação de reconciliação nacional, como se o Brasil es-

tivesse mergulhado em impasses inconvertíveis.

Todos combatemos as esparsas aparições de terrorismo ou qualquer outra manifestação de extremismo de esquerda ou de direita. Temos que, agora, valorizar os caminhos da distensão democrática que estamos alcançando sob a permanente inspiração do Presidente Geisel, de acordo com os ideais da Revolução através das urnas e da participação no processo eleitoral de todos os brasileiros. (...)

Todos o sabem - observou - que não há crises ou situações que impliquem fazer cessar a luta política para todos nos juntarmos em torno de um plano ou idéia supostamente salvadora. O país está sendo conduzido em ambiente de confiança, respeito e fé em sua vocação de grandeza. (...)

### Ulisses queremos colaborar

JB-25-8-76

São Paulo - "A Oposição, dada a situação do país - que é grave - está disposta, se houver iniciativa por parte do Governo, a debater os problemas nacionais e oferecer a sua contribuição para dar-lhes soluções responsáveis" - afirmou, ontem, o presidente nacional do MDB, Deputado Ulisses Guimarães.

Dizendo que "a atual situação brasileira, em todos os setores - notadamente no setor econômico e financeiro - se apresenta extremamente grave", o Deputado Ulisses Guimarães destacou que "a Oposição, patrioticamente, não nega a sua contribuição, em hora tão difícil e até perigosa, para a avaliação em profundidade dos males brasileiros e o oferecimento de remédios condizentes, através de um consenso que condense as forças atuantes no país".

## O EXERCÍCIO INTELLECTUAL E A PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Chico Pinto MOVIMENTO 5/7/76

Há uma considerável dose de boa vontade na maioria do MDB com o atual governo. O fato não é de hoje. Mesmo antes de empossado, a quase totalidade do partido manifestava-se, de público ou nos bastidores, confiante na ação e nos propósitos democráticos e nacionalistas do novo governante. O discurso proferido pelo Presidente da República na Convenção da Arena, que o sagrou candidato, e o pronunciado em sua posse, mereceram variados e calorosos elogios. Algumas frases, pinceladas por muitos emdebistas, serviram de bandeira e deram respaldo às suas convicções. A referência feita às multinacionais - "não sei se um bem ou um mal" - ou a definição do método de institucionalização - "uma distensão lenta, segura e gradual" - foram recebidos e interpretados com muito otimismo. Após as eleições de 1974, que favoreceram o MDB, o senador Franco Montoro, entre outros, transferiu ao Presidente da República os méritos da vitória eleitoral. Este, segundo o Senador, com a sua autoridade é que assegurou o clima de normalidade indispensável à prática democrática. Posteriormente vários líderes, responsáveis pelos destinos da oposição legal, propuseram um "diálogo franco com o governo".

Ainda no ano passado, o senador Roberto Saturnino elaborou um "decálogo" de sugestões no setor econômico, que, se adotadas pelo governo - segundo afirmava - viriam a desafogar a economia brasileira das pressões oriundas do exterior. O racionamento da gasolina e a crise brasileira é uma consequência da crise mundial.

Esta semana, após manifestações calorosas de expressivas figuras do MDB em favor da "união" ou de um "acordo nacional de alto nível" - contestada pelo deputado Ulisses Guimarães em Vitória do Espírito Santo - o senador Roberto Saturnino, com a sua experiência de economista do BNDE, e através de bem elaborada entrevista concedida a "Veja", sugeriu medidas colaboracionistas que não "medariam" - como diz - o modelo econômico que "se esgotou", mas o reforça e o fortalece. Corrigiria, isto sim, algumas distorções ou exageros, facilmente detectados.

Estas medidas, no setor econômico, se resumiriam no seguinte: "contar seriamente as importações" além de manter a "ênfase que o governo dá ao incentivo às exportações"; necessidade de "uma indispensável e urgente reforma tributária" que, basicamente, se concretizaria em uma "maior incidência do imposto de renda sobre ganhos de capital" em geral e pessoas físicas"; instituição de "um imposto de herança progressivo, em substituição ao imposto de transmissão causa

mortis, que tem uma taxa ridiculamente baixa, 2%; e "carregar mais no imposto territorial rural as grandes propriedades improdutivas". Esclarece, ainda, que "nenhuma dessas medidas teria reflexos sobre a vida das empresas, pois o imposto sobre a pessoa jurídica fica como está".

Estas propostas, se adotadas, revigorariam o sistema que, esperando dificuldades conjunturais, ganharia alento para sua própria manutenção.

Como a preocupação de ajudar o governo, sem ferir profundamente interesses de setores privilegiados, não é só de alguns, mas de muitos, o senador Marcos Freire, esta semana, no Senado, também ofereceu a sua contribuição, para que o governo, sem modificar a legislação, poderia "limitar as remessas de lucros (das empresas multinacionais) por tempo determinado" e durante esses prazos os valores correspondentes, depositados em contas especiais, renderiam (para aquelas empresas) juros e correção monetária nos moldes aplicados nas cadernetas de poupança". Entende o senador nordestino que "assim o governo estaria fazendo recair sobre esse setor o ônus de sacrifício que está sendo imposto a outros".

Não se esgota no plano econômico, a linha colaboracionista de setores do MDB. Respondendo ao repórter de *Veja*, se o MDB ainda exigiria a pronta revogação do AI-5, respondeu o senador Roberto Saturnino: "isso não seria indispensável. O MDB poderia colocar como pressuposto, e o governo aceitar, que uma reforma constitucional fosse feita, criando-se mecanismos eficientes para a defesa do Estado, num prazo X. Por que não? Ao que eu sabia, não existiria uma resistência muito grande".

O senador revela-se bem informado. As resistências não seriam muito grandes. Elas se circunscreveriam, apenas, à maioria do grupo autêntico e a um outro moderado, isoladamente. A tese de substituição do AI-5, por outro instrumento vem sendo trabalhada, pacientemente, nas hostes do MDB. Atualmente já não se faz segredo das suas vantagens. Partindo do princípio de que o Estado de Sítio é um instrumento superado e de que o Estado Moderno precisa de instrumentos, prontos e eficazes, para responder aos desafios da subversão, estes setores "oposicionistas" advogam a inserção na Constituição destes mecanismos de defesa.

O que adotam a linha seguida, no MDB, não querem perceber que o Estado de Sítio não é uma coisa estática, o mesmo em qualquer Estado, com princípios e limites rígidos e imutáveis. O que o diferencia de um Estado para outro, de um regime para outro, é o volume de poderes articulados no texto constitucional e conferidos aos seus executores.

## Bombas têm idéias <sup>JB</sup> 21-8-76

Brasília — Concordo com o Senador Peirão Portela quando diz que os terroristas se nivelam, mas discordo dele quando diz que não cabe apurar a coloração dos que praticam todos e cada um dos atos de terror. Bombas costumam ter idéias e é sempre bom identificá-las. Estas, por exemplo, colocadas na sede da Associação Brasileira de Imprensa e na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, parecem ter as mesmas idéias do Deputado José Bonifácio. (...)

A disposição governamental, já manifestada pelos porta-vozes competentes, é agir segundo a natureza do desafio. Já se sabe que a investigação não seguirá a rota do Sr José Bonifácio, o qual, colhido de surpresa, se limitou a repetir como um autômato: foram os comunistas. Pode até ser que a imaginação de extremistas faça uma operação desse tipo, agindo de um lado e pondo a responsabilidade no outro lado. Neste caso, no entanto, quando se atenta contra um Governo que quer distender, normalizar e democratizar o país, o mais provável é que as bombas tenham idéias de direita, hoje o principal obstáculo à implantação de um estado de direito no país. *Castello Branco*

## Sócios postos à distância

Brasília — Embora haja contínuo esforço para manter a unidade do sistema que exerce o Poder desde 1964, por intermédio de quatro Presidências e episodicamente de uma Junta Militar, os sintomas de diferenciação são crescentes. Poderíamos citar dois ou três sintomas de natureza política. Preferimos, contudo, hoje, chamar a atenção para a verdadeira ruptura que ocorreu, ao longo do atual Governo, na concepção de modelo econômico. Prossequimos, é certo, sob a inspiração do binômio segurança e desenvolvimento, mas a realidade é que o desenvolvimento que hoje se busca não é o mesmo desenvolvimento conduzido pelo antigo Ministro Delfim Neto em desdobramento do prévio saneamento financeiro operado pelos Ministros Roberto Campos e Gouveia de Bulhões. (...)

Dessa ruptura há reflexos no relacionamento entre empresários, que deixaram de ser os sócios privilegiados do regime, e as autoridades da área econômico-financeira. O diálogo é escasso, mas da parte do Governo ele é formal e respeitoso, jamais íntimo. O Governo traça normas mas não resolve situações nem atende a crises eventuais. Também a modificação no sistema de decisões contribuiu para que se agravasse o distanciamento dos empresários. Os ministros que compõem o CDE já não decidem. Colaboram. A decisão é do Presidente. Os ministros não podem transpor no seu diálogo com empresários certos limites, pois eles mesmos não sabem o que irá acontecer. (...)

*Carlos Castello Branco*

BRASILIA (O GLOBO) — Os Senadores Virgílio Távora (CE) e José Lindoso (AM), vice-líderes da Arena, afirmaram ontem que só as autoridades de segurança, após a conclusão das investigações que estão sendo realizadas, poderão dizer se realmente há ou não o grupo terrorista auto-intitulado Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), que se responsabilizou pelos atentados à Associação Brasileira de Imprensa e à Ordem dos Advogados do Brasil.

## FALCÃO E A DEMOCRACIA <sup>movimento</sup> 23/8

O discurso do ministro Armando Falcão em Recife, no dia 13 de agosto, serviu para atizar o debate, sempre atual, acerca do conceito de democracia e das perspectivas políticas do país. O ministro da Justiça condenou a "democracia liberal" como ultrapassada e defendeu, na linha do Programa da Arena, uma "democracia moderna" — com Executivo forte, eleição indireta do presidente da República, "presença atuante das Forças Armadas" e "normas especiais de defesa do Estado ao lado das normas constitucionais".

*JB-22/8/76*  
artigo

## "O MILAGRE BRASILEIRO E AS ELEIÇÕES" <sup>do THE TIMES</sup>

Londres — Enquanto a campanha para as eleições municipais de novembro toma impulso no Brasil, os limites da ação estão sendo claramente definidos pelo Governo. Um Almirante da reserva, antigo alto funcionário de um Governo passado, Macedo Soares, está para ser julgado por "ameaçar a segurança do Estado" debaixo dos Atos Institucionais que dominam toda a vida no Brasil. O motivo ostensivo diz que ele teria "ofendido a dignidade de um ministro", ao criticar levemente o Ministro do Planejamento, Reis Velloso, numa entrevista a uma revista. Mas, na verdade, o motivo é o de ter escrito artigos acusando o Presidente Geisel de não ter a postura de um estadista e de manter uma equipe ministerial fraca e incompetente.

Uma outra preocupação do Presidente Geisel é a advertência feita pelo ex-Presidente Médici sobre os perigos de "idéias liberais", durante o primeiro discurso impor-

tante que pronunciou desde que deixou o Poder há dois anos e meio. Acredita-se que Médici, que ainda tem considerável apoio entre os militares de "linha-dura" e os empresários insatisfeitos, se considera um possível candidato à Presidência, quando Geisel deixar o Governo, em 1979, ou mesmo antes, como têm veiculado os rumores, se houver uma intervenção dos militares radicais antes de novembro.

Médici e seu ambicioso ex-Ministro da Fazenda, Delfim Neto, agora embaixador em Paris, gostariam de voltar às políticas monetárias deflacionárias de 1968 para provocar o mesmo efeito que conseguiram então. Contam com o apoio dos homens de negócio de São Paulo, que também sonham com os bons tempos de lucros ilimitados, 12% de crescimento anual

## Médici critica liberais <sup>ESP</sup> 19/8

O general Emílio Garrastazu Médici afirmou ontem que, quando os governos da Revolução sustentam a bandeira de combate à subversão, "não se renega a liberdade", mas, ao contrário, busca-se "defendê-la contra aqueles que, valendo-se das franquias do Estado de Direito, pretendem, na verdade, aniquilá-la pelo confisco de todas as liberdades". O ex-presidente da República acentuou que esse combate certamente não agrada "aos preconceitos dos que, em termos de formação política, estão agrilhoados ainda aos padrões da era vitoriana". E advertiu: "Não vêem, entretanto, na sua miopia política, esses arautos inconsequentes do liberalismo, que se cavaria por essa forma a ruína total e irremediável precisamente daquilo em cuja defesa se empenham."

Em seu primeiro pronunciamento público desde que deixou a Presidência da República, no início de 1974, o general Garrastazu Médici fez um longo discurso em agradecimento às homenagens que lhe foram prestadas por agricultores mineiros ontem, em Viçosa, a 228 quilômetros de Belo Horizonte.

Imprimindo grande importância ao desenvolvimento pleno das atividades agrícolas no país, o ex-presidente falou sobre a posição revolucionária frente à subversão depois de mencionar que todos os governos pós-1964 preferiram sempre falar a "linguagem da austeridade e do realismo, ainda que sob o risco da impopularidade", não só no plano administrativo como também no político.

## O anti-liberal

ESP 1-7-76

Médici em Viçosa é tão curioso como as circunstâncias de vária ordem em que afinal de contas está inserido. (...)

Que teria motivado o pronunciamento? É curiosa também esta questão da oportunidade, na medida em que se vai tornando um segredo de polichinelo que a sucessão presidencial está em plena efervescência e que o grupo anelar de s. exa. durante o mandato que lhe coube exercer na chefia do governo, longe de se haver dispersado, ainda se mantém fiel à sua pessoa e aos seus projetos.

## COMANDO DE GEISEL É COMPLETO

Os rumores sobre riscos de descontentamento na área militar são uma constante nos bastidores da política. Ainda agora, depois do pronunciamento do ex-presidente Emilio Garrastazu Medici em Viçosa e com a alteração dos critérios que regulam as promoções nas Forças Armadas, esses rumores ganharam maior intensidade; mas nada existe por detrás deles. O general

Mesmo sem a preocupação de o analisar nas entrelinhas, o discurso pronunciado pelo sr. general Emilio Garrastazu

Visão, 9 de agosto de 1976  
Ernesto Geisel mantém incontestada sua autoridade e, se há descontentes, eles não chegam a formar grupos dotados de poder de ação ou de tutela, representando precisamente o efeito do absoluto domínio do presidente da República sobre suas atribuições constitucionais, infenso às pressões de quem pretendesse, em pura perda, influenciar o Governo, a fim de que alterasse os rumos que se traçou ou substituisse os objetivos que constituem as suas metas.

## NOVAS NORMAS

A comissão de Justiça da Câmara aprovou, ontem, o projeto de lei do Executivo que estabelece novas normas para a promoção de oficiais-generais das Forças Armadas, acolhendo parecer do relator, deputado Luiz Braz (Arena-RJ). Este projeto ainda vai a

apreciação das comissões de Segurança Nacional e de Finanças e apresenta apenas uma alteração na legislação atualmente em vigor: aumenta de três para cinco o número de candidatos a primeira vaga de general de Exército, mantendo o critério atual de dois candidatos para as vagas subsequentes.

## O NOVO CHEFE DO EMFA

ESP 6-8-76

"Pela segunda vez em minha carreira militar — disse Potyguara — venho somar esforços junto aos que aqui, neste alto órgão de assessoramento, acreditam e labutam por uma racional e paulatina integração das Forças Armadas.

Na primeira vez foi, a convite do inclito ministro Orlando Geisel, para exercer a subchefia de Exército e nesta derradeira oportunidade retorno na qualidade de ministro, chefe, atendendo ao honroso chamamento de Sua Excelência o senhor presidente da República, general Ernesto Geisel, a quem agradeço, mais uma vez, a confiança em mim depositada"

Citando o presidente Castelo Branco, o general continuou:

"Modernamente nenhum país mais pode possuir For-

ças Armadas isoladas ou dispersadas. Porque a decisão militar, na atualidade, não assenta em esforços apenas interdependentes.

A guerra total mobiliza recursos totais de uma nação. A guerra global alinha esforços de muitas nações. Mas, numa e noutra, o esforço militar combinado e conjunto promove a decisão nos domínios do total e do global.

Quanto mais poderosos os meios, mais necessidade de integrá-los e quanto mais reduzidos eles forem, mais indispensável se torna aproveitar o seu rendimento conjugado"

Sábias palavras e plenas de atualidades estas, do primeiro presidente que a Revolução de março de 1964 deu ao Brasil e por sua excelência pronunciadas naquele mesmo ano.

## O GRUPO MÉDICI

A busca de ascensão política de um grupo de militares e civis ligados ao general Garrastazu Médici teve sua existência reconhecida pela bancada do MDB (...)

... alguns dos fatos mais recentes indicam a procura de articulação desse grupo, tentando impor-se no quadro político nacional. (...) a articulação do grupo Garrastazu Médici incluiu indicação de alguns de seus componentes aos governos dos estados nas eleições de

1978, diretas ou não e ao Senado. Assim, no Rio de Janeiro, o candidato a governador seria o coronel Mário Andreazza, em sintonia com os "pensares" do ex-presidente, em cujo nome realizou o recente pronunciamento em São Paulo em defesa da economia privada. Em São Paulo, o candidato seria o ex-ministro Delfim Netto, considerado favorito na disputa de uma mesma faixa que incluiria ainda o ex-governador Laudo Nete! ESP 4-9-76

## LEI ALTAMENTE SIGNIFICATIVA

Os novos critérios para promoção nas três Armas, inclusive para o acesso ao posto mais alto da carreira militar, como não poderia deixar de ser, acarretarão alegrias e amarguras. O assunto foi examinado no Estado-Maior das Forças Armadas, acionado pelo Palácio do Planalto, e encaminhado ao Congresso durante o período de recesso, no mês passado. Uma coisa é certa: por esses critérios, surgirão depressa oficiais mais jovens, em postos mais altos — sobretudo em 1978, um ano político.

## OS NOVOS COMANDANTES

ESP 6-8-76

Os generais Fernando Belfort Bethlem, atual chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército, e Argus Lima, promovido a general de quatro estrelas no dia 31, foram ontem nomeados, por decreto do presidente Geisel, comandantes do III e IV Exércitos, com sedes em Porto Alegre e Recife. O general Tácito Teóphilo Gaspar de Oliveira, também promovido no dia 31, foi nomeado para a chefia do Departamento Geral de Serviço, do qual era vice-chefe

Os reflexos de tais assertivas do presidente Castelo Branco — continuou — tiveram consequência na atuação, cada vez mais dinâmica, deste Estado-Maior, como principal órgão encarregado de assessorar o presidente da República nos problemas conjuntos das Forças Armadas. (...)

Na chefia do Estado-Maior das Forças Armadas, pretendo dar continuidade aos trabalhos que aqui se realizam, centrando na pesquisa de novas idéias opções várias para a decisão de problemas que nos sejam propostos.

O desenvolvimento do Brasil e a escalada no rumo de seu destino manifesto de potência — disse, por sua vez, o general Correa — exigem o aperfeiçoamento gradual da estrutura de segurança, na cúpula da qual se

encontra o órgão de coordenação, que deve ter real capacidade para fazê-la, no sentido de concentrar esforços, a fim de colaborar para a segurança nacional, com eficiência e economia de meios.

Permito-me dizer, com a experiência de quase dois anos do exercício da chefia do EMFA

e, bem assim, da apreciação do que foi realizado nos trinta anos de vida do EMFA, afirmo, que o modelo brasileiro de estrutura militar apresentar-se-á satisfatório e responderá a todas as necessidades, bastando que este Estado-Maior receba o apoio indispensável do Exmo Sr. presidente da República e dos senhores ministros, no sentido de que venha ter a ação fortalecida e livre das incompreensões que felizmente não se dissipando".

## Discurso de Araripe

JB-26-8-76

Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Sylvio Couto Coelho da Frota. Digníssimo Ministro do Exército. A voz que nesta data maior aqui se eleva, simbolizando a unidade dos homens de farda

Senhor Ministro, seus camaradas da Marinha e da Aeronáutica acompanham, com o mais vivo interesse, o patriótico esforço de Vossa Excelência no aprimoramento, cada vez maior, das condições de operacionalidade do nosso Exército. Este interesse reflete a convicção de que o sucesso de toda ação conjunta e convergente repousa na efetiva independência das forças singulares que, assim, melhor se somam e melhor se completam.

*No plano da segurança interna, as Forças Armadas continuam atentas ao desenrolar dos acontecimentos. Não permitiremos que crises artificiais sejam manipuladas na tentativa de solapar as instituições e a autoridade do Governo. Lamentamos os que, de boa fé, ainda se deixam seduzir pelas palavras fáceis da contestação estéril.*

Uma simples análise da conjuntura mundial demonstrará a necessidade de uma sólida coesão na frente interna. O expansionismo do mundo comunista, com seu braço armado já hoje debruçado sobre o Atlântico, é uma ameaça concreta, que não comporta qualquer ilusão. Neste quadro, temos de considerar ponderadamente

a consciência ideológica do povo brasileiro.

Encontrem nossas idéias o terreno fértil da compreensão, onde cada palavra tem sempre o seu melhor sentido, para que este encontro, culto ao soldado da pátria, seja também a reafirmação de uma eterna aliança.

Excelentíssimo Senhor Ministro Sylvio Couto Coelho da Frota. Cumprindo a grata missão que me foi confiada, em nome da Marinha por honrosa delegação do seu ilustre chefe, Almirante-de-Esquadra Geraldo Azevedo Henning, e em nome da Aeronáutica, tenho o grande privilégio de saudar o Exército brasileiro, no transcurso de sua data magna, *formulando votos pelo crescente progresso do poder militar*. Que o Exército de Caxias continue a ser mensageiro do mais puro nacionalismo e sentinela vigilante de nossas mais caras tradições.

## Discurso de Frota

JB-26-8-76

“Excelentíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macedo:

Esta indestrutível coesão representa, sem sombra de dúvida, segura garantia de que não prevalecerão as torpes atividades dos que, inspirados em doutrinas alienígenas, de cunho totalitário e anticristão, ou em medidas ambíguas pessoais, *pretendem perturbar nossa tranquilidade, exacerbando antagonismos ainda não superados, explorando maldosa-*

*mente vulnerabilidades do nosso atual estágio de desenvolvimento e lançando a cizania e a desconfiança entre parcelas da comunidade pátria.*

As Forças Armadas, na sua quotidiana devoção de servir ao povo brasileiro, são particularmente sensíveis às ameaças desagregadoras, pois nelas vêem sério risco de frustrar-se o anseio maior da nacionalidade de uma Pátria una e indivisível, na qual se pratique a justiça e a liberdade, numa ampla e fraterna convivência. Assim pensaram aqueles que, com inauditos sacrifícios e extrema coragem, desencadearam o Movimento de 1964. Assim pensamos nós, ainda hoje, depois de 12 anos de luta incessante pela concretização dos ideais da Revolução democrática.

Senhor Ministro. Ao agradecer a V. Exa. as expressões enaltecedoras com que se referiu ao soldado brasileiro, cujas virtudes maiores encontram-se sublimadas na figura tutelar do seu patrono, *quero manifestar a firme disposição do Exército de, em íntima e perfeita sintonia com os marinheiros e aviadores, fiéis às diretrizes governamentais, perseverar na nobilitante tarefa de — como disse V. Exa. alguns — manter, a qualquer preço, a segurança indispensável ao desenvolvimento, com vistas ao bem-estar geral do Brasil”.*

# A CORRUPÇÃO DA DITADURA

esp - 1 DE AGOSTO DE 1976

O trinco da geladeira quebrou e a mulher não teve dúvidas: chamou um mordomo, pago pelo governo, e deu-lhe ordens para requisitar imediatamente uma geladeira nova, paga pelo governo.

Atinal, para quem é mulher de um diretor do Banco do Brasil, pago pelo governo, é mais fácil comprar uma geladeira nova do que mandar consertar a velha — velha de dois meses de uso.

Surgiu, porém, um imprevisto: o depósito do Banco do Brasil, no Setor das Indústrias, em Brasília, já está lotado de equipamentos domésticos de toda espécie, considerados indesejáveis. Por falta de quem os queira, estragam com o tempo.

Fior é quando a casa inteira é rejeitada, como aconteceu com a casa de um ministro. A casa só não foi abandonada, porque se encontrou uma solução pacífica: um subordinado do ministro aceitou ficar com ela em troca da sua, enquanto o ministro cuidava da construção de uma nova.

A mesma sorte já não teve a residência oficial do pre-

sidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A mulher de Lourenço Tavares Vieira da Silva, superintendente do INCRA, não gostou do apartamento da quadra SQS 316 e foi alugado um outro, pago pelo governo, na SQS 111. O da SQS 316 está fechado até hoje.

### Filmes Proibidos nas Sessões Privadas

Para as noites em Brasília, só há uma opção melhor que as festas: as sessões privadas de cinema, um hobby que já faz parte das melhores tradições da cidade. As sessões mais concorridas — e disputadas — são as promovidas por Reis Velloso, Armando Falcão, Ney Braga, Itamarati, Presidência da República, EMFA, BNDE e outras siglas menos votadas. Com uma atração que nenhum outro cinema pode apresentar, os filmes não são censurados.

Sem precisar sair do País, os superfuncionários da Nova Capital já assistiram ao “Último Tango em Paris”, “Decameron”, “La-

ranja Mecânica”, “Estado de Sítio”, “Z”, “Emanuel”, entre os mais conhecidos.

### As Orgias

Por isso, talvez, sejam tão cultivados os “open-house” em Brasília. Mas há outros bons motivos. Por exemplo: ninguém gasta nada e todos se divertem. Das suntuosas casas no Lago Paranoá, todas com piscina, aos comesses e bebês das melhores marcas estrangeiras, passando por garçons e criados, até os carros e motoristas que levam os convivas além das flores ofertadas às anfitriãs, tudo fica por conta das verbas de mordomia ou representação — ou seja, tudo é pago pelo governo.

### A Piscina Térmica de UEKI e os 28 criados do Ministro do Trabalho

Se a festa for na casa do ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, os convidados poderão dar um mergulho na piscina, até mesmo nas noites mais frias do ano: ela é térmica. Mas, se por

algum motivo, preferirem bebidas nacionais às estrangeiras, terão de ir à casa do ministro da Saúde, Almeida Machado — um dos poucos locais onde ainda se serve uísque nacional, um produto raro em Brasília. Para os que gostam de ser bem servidos, a melhor opção ainda é a casa do ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, que dispõe de uma criadagem fixa de 28 pessoas.

Um dos casos mais comentados em Brasília é o do secretário geral do Ministério da Saúde. Irritado com a decoração que encontrou, mandou trocar tudo. Mas não se limitou a ir à uma loja para comprar móveis novos. Chamou um decorador paulista, mais ao seu estilo, e encomendou móveis sob medida. A reforma acabou custando mais caro que o próprio apartamento.

### Ilha Particular

O atual presidente da CVRD, desgostoso com a poluição sonora e a provocada pelo pó de minério resolveu tomar providências. Comprou a mais bela praia de Vitória, a “Praia das Gaivotas”,

que fica de frente para a "Praia Comprida", na Ilha do Frade. Nela será construída a nova residência de verão para o presidente da companhia. Entre terreno e residência, o projeto está orçado em 12 milhões de cruzeiros.

#### Cartões de Crédito

Além das casas luxuosamente mobiliadas pelas empresas nos bairros mais elegantes, carros e aviões oficiais a disposição, proliferam as mordomias, os cartões de crédito e as contas abertas em supermercados. Cada um pode gastar um teto mensal, em quaisquer circunstâncias, que abrangem até contas de bares e butiques, como foi recentemente denunciado com a publicação das contas de uma empresa estatal carioca.

#### Carros e Aviões

O ministro da Justiça, Armando Falcão Tirou o carro de representa-

ção individual dos assessores do seu gabinete, mantendo apenas um para o uso de todos eles, em horário de serviço. Mas manteve os 4 carros da sua segurança, que acompanham o LTD ministerial.

Outro que diz ter "dado o exemplo" foi o diretor-geral do DASP, Darcy Siqueira: reduziu sua frota de 43 veículos de representação individual (os demais não contam no caso) para apenas três. O que Darcy Siqueira não conta é qual o destino dado aos automóveis que não são mais utilizados. Segundo um jornalista das suas relações, no entanto, 20 desses carros foram transferidos para o DOI-CODI do Rio de Janeiro.

De certa maneira, contudo, o carro oficial foi aos poucos deixando de ser um símbolo do "status" dos superfuncionários. Hoje, qualquer funcionário subalterno pode ter um à disposição e essa facilidade ti-

rou toda a sua imponência.

O "brut-de-brut", hoje, são aviões e helicópteros oficiais. A nova moda começou pelos Ministérios e, a exemplo do que ocorreu com casas, carros e mordomias, estendeu-se rapidamente às empresas estatais e de economia mista, autarquias e fundações, governos estaduais e municipais.

Salário: Mais de Cem Vezes o Mínimo

Mas os diretores da Eletrobrás continuam recebendo 17 salários por ano, além das férias e demais vantagens. Os dados oficiais da Eletrobrás mostram que os seis diretores receberam honorários equivalentes a Cr\$ 2.800.000,00 em 75, além da participação nos lucros da empresa.

Na Companhia Docas de Santos, os seis diretores ganharam Cr\$ 2.800.000,00 em honorários, mais Cr\$ 2.400.000,00 em participação nos lucros, o que corres-

ponde a um salário anual de Cr\$ 800.000,00.

A Petroquímica União, por sua vez, quase dobrou os honorários de seus dirigentes: pagou-lhes Cr\$ 2.090.000,00 em 75, contra Cr\$ 1.100.000,00 no ano anterior, sem contar outras participações.

O Banco do Nordeste, por exemplo, nada fica a dever às melhores fontes pagadoras estatais das regiões mais desenvolvidas do Centro-Sul do País.

Tão bem remunerados são seus diretores que, até há bem pouco tempo, os recursos destinados à sua participação nos lucros e às gratificações de funcionários eram superiores aos reservados para o pagamento de dividendos aos acionistas. No ano passado, o Banco do Nordeste deu aos seus cinco diretores, além dos salários, uma participação nos lucros que atingiu a Cr\$ 2.075.000,00.

#### PRIETO: CORRUPTO E INCAPAZ

ESP 6 DE AGOSTO DE 1976

O deputado Dalton Canabava, do MDB, declarou ontem na Assembléia Legislativa de Minas Gerais que o ministro Arnaldo Prieto, que possui um batalhão de serviços para sua casa, ao mesmo tempo que fixa uma

minguada quantia de 768 cruzeiros mensais como remuneração para o trabalhador brasileiro, não tem condições de cuidar da política trabalhista nacional, porque está gastando na opulência o suor do operário brasileiro".

#### BROSSARD: FIM DE EPOCA

"Houvesse responsabilidade e o mínimo que se pode dizer é que o escândalo das mordomias já teria posto abaixo o governo", afirmou, ontem, o senador Paulo Brossard, que retornou a Porto Alegre depois de alguns dias no interior

do Estado. Brossard comentou uma série de denúncias sobre os superfuncionários, publicados no "Estado de S. Paulo", chamando-as sempre de "escândalos das mordomias" e observando que eles têm a "feição de um fim de época".

economia

## "Times" critica situação da economia brasileira

JORNAL DO BRASIL

26/8/76

Londres — O jornal The Times afirmou ontem que "existe, no Brasil, considerável mal-estar capaz de se voltar contra o Presidente Ernesto Geisel nas próximas eleições municipais".

"A situação econômica do Brasil — disse o jornal — é tensa e os brasileiros, até hoje orgulhosos do seu milagre econômico, compreenderam que a ascensão do país, ao plano de potência mundial é algo que se pode verificar, mas em futuro distante".

Assinala o jornal que o Brasil

já atingiu praticamente o seu teto de empréstimos internacionais e os prestamistas já viram chegar o momento de repartir os riscos. Disse também que a Argentina é atualmente mais atrativa do que o Brasil, assim como o Peru, a Bolívia e o Paraguai.

"Resta ver — concluiu o Times — se os fatos ajudarão o Presidente Geisel ou se a classe média manifestará o seu descontentamento e suas preocupações de tal forma que o edifício se veja proximamente ameaçado".

multi esp-15-7-76  
importam três vezes mais

"Em 1974, as 115 maiores empresas do País, na maioria multinacionais, exportaram em torno de 850 milhões de dólares e importaram por volta de 3 bilhões, onerando a nossa balança comercial", afirmou ontem Lauro Moreira, coordenador do MIC para assuntos do Concec, em palestra que fez em seminário de comércio exterior, em Salvador. Como exemplo da especulação haviada no período, Moreira citou o setor siderúrgico, cujas importações cresceram de 440 milhões para 1,4 bilhão de dólares, entre 1973 e 1974.

#### FINANCIAL TIMES: BRASIL NOS ÚLTIMOS RECURSOS

8/76

LONDRES — Em comentário sobre a economia brasileira, o jornal londrino Financial Times, assinalou: Apesar do apoio dos banqueiros estrangeiros, "o Brasil está chegando aos últimos recursos para enfrentar o déficit comercial e estes recursos são os piores para sua economia."

"Para aliviar a carga das importações e deter a espiral inflacionária — informou — o governo já sacrificou a esperança do crescimento econômico, suprimindo as importações de maquinaria à indústria e tornando mais difícil a obtenção de créditos". "Supõe-se que o crescimento do Pro-

duto Interno Bruto do Brasil, neste ano, será inferior a 4%". "O governo espera que, pelo menos, seja de 3%, para igualar a taxa de 3% do crescimento anual da população, a fim de evitar um declínio da renda per capita".

Segundo o comentário do Financial Times, a questão é saber o que se passará de-

pois das eleições e se o governo esperará até as eleições para adotar outras medidas. Na opinião do comentarista, "a recente complexidade administrativa, gerada pelas restrições às importações, associada a outras medidas está causando descontentamento e há um pequeno aumento da corrupção".

## MAIS MEDIDAS PARA TENTAR CONTROLAR INFLAÇÃO

O ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, anunciou ontem um conjunto de cinco medidas aprovadas durante reunião do Conselho Monetário Nacional, visando ajustar o crescimento dos meios de pagamento

aos níveis previstos no orçamento monetário, tendo em vista que, no primeiro semestre, a sua expansão foi de 12%, prejudicando a estratégia de combate à inflação

Mário Simonsen explicou que se trata de

medidas de ajuste da economia ao orçamento monetário. "É preciso não dramatizar essas medidas — preveniu —, porque nenhuma delas é violenta. Acontece que o orçamento monetário estourou no primeiro semestre, não a

esp- 22 DE JULHO DE 1976  
níveis insustentáveis, mas estourou. Então, começaram a ocorrer aumentos dos componentes de custos, aliados ao elemento básico do atual ritmo inflacionário, que é a pressão de demanda".

### Um "pacote" de medidas em várias áreas

As decisões tomadas pelo Conselho Monetário Nacional foram as seguintes:

1. Bancos comerciais privados — Eleva de 33% para 35% o recolhimento compulsório sobre depósitos à vista. Estes 2% a mais, elevando o recolhimento ao seu limite máximo previsto em lei, a partir da segunda quinzena de julho, devem ser representados em dinheiro e não por títulos públicos federais. Significa a retirada, do meio circulante, de cerca de 2,4 bilhões de cruzeiros.

2. Crédito ao consumidor — Estabelece o prazo máximo de 36 meses para financiamento não superior a 80% do valor, na compra de máquinas e equipamentos, ônibus, caminhões e tratores, novos e de fabricação nacional. No caso de outros veículos, também nacionais, como carros de passeio, o prazo se reduz para 24 meses e o limite de financiamento para 70%. Se o bem financiado, de produção igualmente nacional, for de valor superior a 12 766 cruzeiros, o prazo máximo é de dezoito meses e o limite de financiamento, 70% do valor de compra. Nas três hipóteses previstas exige-se a garantia da alienação fiduciária. No financiamento de outros bens e serviços, inclusive operações de crédito direto sem alienação fiduciária, o limite de prazo é de doze meses.

3. Empresas estatais — Não poderão mais aplicar suas disponibilidades financeiras em títulos que não sejam os do Tesouro Nacional. Trata-se de mais um meio para reter parcela maior do dinheiro em mãos do governo.

4. Habitação — Uma série de medidas para conter a especulação imobiliária e incentivar a construção de casas e apartamentos do tipo média e baixa renda. E as instituições financeiras em geral não poderão mais financiar parte da poupança ou entrada, como era usual em unidades de luxo.

5. Fundo 157 — Estabelece nova forma de aplicar os recursos do fundo fiscal previsto pelo Decreto-lei 157. E estabelece taxas de administração, que variam de 2% a 4% em função do patrimônio líquido.

VEJA, 28 DE JULHO, 1976

**Gradualismo** — Cautelosamente, Simonsen esclareceu que as resoluções do CMN "não são de impacto, são de ajuste". Sem dúvida, elas não foram tão longe como alguns chegaram a temer e outros a desejar. Por exemplo, um aperto mais duro no crédito agrícola, defendido por alguns membros do CMN, ao fim acabou não ocorrendo. O governo estaria, assim, disposto a continuar lidando com a inflação de modo gradual. Com as novas decisões, ao mesmo tempo, as autoridades econômicas reconhecem implicitamente que as anteriores — liberação das taxas de juros e elevação do

depósito compulsório dos bancos privados — não surtiriam o efeito esperado, de desaquecimento da economia. No primeiro semestre, o crescimento do Produto Interno Bruto poderia ser estimado em 10%, enquanto a inflação atingia os alarmantes 22,7%.

A convivência com taxas altas de desenvolvimento deixava, assim, de ser um objetivo desejável para o governo, mesmo porque escutada por tão desagradável companhia. Além do mais, o crescimento acelerado, conforme têm salientado as autoridades monetárias, implicaria importações maciças de matérias-primas

e equipamentos, a um só tempo desencorajando a produção interna desses bens e alargando a brecha nas contas comerciais e financeiras do país com o exterior. As alternativas não poderiam ser outras, admitiu a Valdimir Diniz, de VEJA em Brasília, o ministro interino do Planejamento, Elcio Costa Couto: "O déficit do balanço de pagamentos é um fator de limitação do crescimento constante. Como uma parcela do crescimento ainda é comandada pela capacidade de importar — e como as importações, apesar das medidas de controle, são pressionadas pelo crescimento industrial —, é necessário fazer a opção, estourar o endividamento externo ou segurar".

### carros: recessão a vista?

ESP-22-7-76

As restrições ao crédito direto ao consumidor, adotadas ontem pelo Conselho Monetário Nacional, reduzindo o prazo e o volume dos financiamentos para a compra de automóveis, "provocará sérios reflexos na comercialização de carros", gerando em decorrência graves reações subsequentes, "dentre as quais uma eventual recessão na produção da indústria automobilística", disse ontem em São Paulo Alencar Burti, revendedor Ford e ex-vice presidente da Associação Brasileira dos revendedores de veículos (Abrace).

### ABDIB expoe programa

ESP-21-7-76

As pressões exercidas pelas empresas estrangeiras que querem entrar no mercado brasileiro e as dos governos estaduais, preocupados com o desenvolvimento de suas regiões, foram apon-

tadas ontem pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria de Base (ABDIB), Cláudio Bardella, como alguns dos principais obstáculos à consolidação da indústria de bens de capital no País.

Embora ressaltando que a ABDIB não adota posições xenofobas em relação ao investimento estrangeiro, Cláudio Bardella disse que, "mesmo enviado", o capital externo no setor de bens de capital deve preencher alguns requisitos básicos, como:

1 — Aporte efetivo de capital de risco. Entende que não se justifica a entrada de qualquer nova empresa no País se, efetivamente, não está ingressando, além do indispensável "know-how", o capital dessa empresa.

2 — O investimento estrangeiro deve trazer um efetivo superavit para a balança comercial brasileira, isto é, deverá exportar mais

do que importar em partes e componentes.

3 — Deve haver uma ocupação efetiva pela transferência de tecnologia. "Não há interesse em investimentos que não se preocupem em trazer tecnologia e adaptá-la ao País."

4 — É preciso que o novo investimento esteja realmente compatibilizado com o mercado. "Para isso, é necessário que ele substitua efetivamente importações."

5 — Finalmente, o novo investimento deve integrar-se na economia nacional e em seus objetivos. "Toda empresa localizada no Brasil deve efetivamente participar dos problemas e anseios do País."

## SALÁRIOS

## Míni-reajustes

Fixando a posição oficial da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo (FCCESP), o presidente em exercício José Edgard Pereira Barreto Filho defendeu, na semana passada, a correção trimestral como "eficiente instrumento de recomposição do salário do trabalhador, devolvendo-lhe sua capacidade de compra, que no atual sistema se deteriora a curto prazo". Refletindo a opinião dominante entre os associados da FCCESP, e com respaldo em estudos dos economistas da instituição, Barreto Filho sustenta que os efeitos positivos da medida suplantam suas contradições. Os aumentos de custos dela decorrentes, por exemplo, seriam vantajosamente compensados, pelas empresas, por maiores vendas, uma vez que o poder de compra dos salários seria recom-

VEJA, 21 DE JULHO, 1976

posto em menor espaço de tempo. Mais ainda, a medida criaria "condições para tornar o mercado interno cada vez mais sólido". No mesmo sentido, conclui a FCCESP, "medidas gradualistas, como esta, são menos inflacionárias que os reajustes totais concentrados num determinado momento".

Do ponto de vista dos assalariados, a proposta da FCCESP não poderia ter aparecido em momento mais oportuno. Ela se contrapõe à idéia de um desaquecimento da economia, no segundo semestre, às custas de restrição monetária e pela compressão das taxas de reajuste salarial. (Esta última hipótese, de resto, negada no plano governamental, pelo ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, de passagem por São Paulo, na quinta-feira passada.) Além disso, a proposta é inovadora na medida em que amplia sugestões semelhantes em relação apenas ao salário mínimo. Em mar-

ço passado, o economista Rubens Vaz da Costa, ex-presidente do BNH, defendia em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* míni-reajustes trimestrais do salário mínimo como forma de reduzir para "os trabalhadores o furto" que a inflação faz mensalmente nos seus salários".

No mês passado, o senador pernambucano Marcos Freire, do MDB, apresentava no Congresso projeto de lei com idêntica finalidade. Mesmo partindo da oposição, Freire acredita que a sugestão contará com a simpatia dos parlamentares arenistas. Parece improvável, no entanto, que idéias dessa ordem despertem especial entusiasmo na área do Executivo. Em Brasília, o ministro do Trabalho Arnaldo Prieto foi categórico: "O governo não pensa em modificar a política salarial em vigor, que tem como um de seus postulados básicos o espaçamento de um ano entre as revisões salariais".

## SATURNINO PROPÕE OUTRO 'MODELO'

VEJA — Por que o senhor considera crítica a situação econômica do país?

SATURNINO — Podemos prever para o segundo semestre a possibilidade de recessão em decorrência da febre inflacionária do primeiro semestre e das medidas que estão sendo adotadas pelo governo para conter o recrudescimento da inflação. Com relação ao balanço de pagamentos, teremos pelo terceiro ano consecutivo um grande déficit nas transações correntes (balança comercial mais balança de serviços), da ordem de 5 bilhões de dólares. Isto, segundo estimativas do governo, que considero otimistas. E, somando a esse déficit de transações correntes um déficit de pelo menos 1 bilhão de dólares na conta de capital, teríamos de aumentar o nosso endividamento ou reduzir substancialmente as nossas reservas cambiais. Mas, reduzindo as reservas ou aumentando o endividamento externo de 22 bilhões para 23 bilhões de dólares, chegaremos no fim deste ano a uma situação de impasse, que levará fatalmente à renegociação da dívida externa ou à moratória. É tudo a mesma coisa.

VEJA — O senhor acha que haveria outra maneira de contornar esse problema?

SATURNINO — Acho que sim, mas com medidas drásticas no corte das importações. O governo continua a dar ênfase ao incentivo às exportações. Sustentamos que, além desse incentivo, é preciso cortar seriamente as importações e não mantê-las como o governo vem fazendo, encarecendo-as com o depósito compulsório, do que resultam duas conseqüências graves. A primeira é que essa política não surte o efeito necessário de conter as importações.

Em segundo lugar, há o efeito inflacionário que o governo se recusa a reconhecer mas é evidente, no momento em que se encarecem todas as importações, principalmente de matérias-primas e equipamentos básicos, isso se espalha por todos os setores da economia.

VEJA — Qual a fórmula do MDB para conter as importações?

SATURNINO — Um mecanismo administrativo tipo Cexim, a antiga carteira de exportação e importação do Banco do Brasil. Orçamento de câmbio rigoroso, estabelecendo para este ano um teto para as importações abaixo dos 10,5 bilhões, pelo menos por volta dos 9,5 bilhões, para equilibrar a balança ao nível da estimativa de exportações. E para o ano que vem, um teto que permitisse saldo na balança comercial.

VEJA — Mas o governo está otimista quanto ao segundo semestre.

SATURNINO — O governo tem uma base para a sua previsão. O comportamento da economia no primeiro semestre, em termos de crescimento, não será mau, pois as vendas continuam boas e a produção está num nível razoavelmente bom. Mas, por quê? Porque a febre inflacionária leva a isso. O recrudescimento da inflação leva empresas e consumidores a anteciparem muitas de suas compras, seja para estocar, seja para ganhar mais com a inflação. E isso alimenta um processo de crescimento que é falso. Então, na medida em que o governo enxuga o crédito para conter a demanda, isso pode se refletir duplamente no segundo semestre. Não só pelo efeito das medidas tomadas mas pela cessação dessa febre que alimentou o primeiro semestre. Por isso digo que corremos o risco de recessão no segundo semestre.

VEJA — Quem pagará o maior preço pelas medidas de correção?

SATURNINO — Aí é que está. Devemos adotar medidas que tendam a distribuir esse sacrifício de forma razoavelmente justa. Não devemos inverter a tendência da política salarial, que é de dar aos salários a recuperação do seu valor de alguns anos atrás. Tememos que o governo esteja hesitando e, na hora em que a inflação apertar, ele venha a segurar também a política salarial. Além de manter a política salarial, seria indispensável e urgente uma reforma tributária de intenções claras.

VEJA — Isso sugere uma mudança de modelo. O senhor acha possível?

SATURNINO — Se essa disposição não existe, ela se imporá pela força das circunstâncias. Estamos diante de um impasse. O prosseguimento do modelo que aí está é inviável por causa dos problemas do balanço de pagamentos e porque o crescimento da economia só poderá se sustentar pela expansão do mercado interno. Não há saída. E, mesmo do ponto de vista econômico, o modelo atual está esgotando, se ainda não esgotou, as suas possibilidades. E, sob o ângulo político, nem se fala.

VEJA — Isso provocará alterações também na área política?

SATURNINO — Pelo menos, deve ser acompanhada de uma mudança política. É uma questão de tornar o novo modelo econômico politicamente viável. E, se o governo se vir forçado a mudar

VEJA, 30 DE JUNHO, 1976

as diretrizes econômicas, deve procurar uma base política de sustentação para esse novo modelo, sob pena de cair também na inviabilidade. Pois terá contra si uma oposição forte de todos esses grupos que são os beneficiários do atual modelo.

VEJA — Que grupos são esses?

SATURNINO — Toda a faixa de rendas mais altas, que seria penalizada com a nova política econômica. Todos os interesses de empresas estrangeiras, que estão de certa forma explorando o esgotamento do modelo através da invasão de uma economia que está cada vez mais "precisando" desse capital estrangeiro. Ou se enfrenta essa reação ou, a continuar a política econômica atual, assistiremos à progressiva alienação de ativos nacionais como único meio de fazer face ao endividamento crescente.

## TRANSFORMAR A DÍVIDA EM PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

VEJA — Considera viável, então, para reforço do atual modelo econômico a idéia de se transformar parte da dívida externa em participação acionária dos credores em empresas estatais brasileiras?

SATURNINO — Considero, sim. Embora o governo diga que não cogita disso, sustento que, se não está cogitando, vai ter que cogitar. É esse o encaminhamento natural das coisas, a prosseguir o governo na mesma linha. Como é que vamos enfrentar uma dívida crescente que não vamos poder pagar?

VEJA — O senhor fala de uma alteração econômica que pressupõe mudanças políticas. Qual seria, a seu ver, a reação das Forças Armadas a isso?

SATURNINO — Acho que os militares, a esta altura, com as informações que têm e com a observação da realidade, devem estar percebendo com muita consciência que essa mudança de modelo é necessária e não poderá ser feita sem o seu apoio. Como é que a nação vai enfrentar esse poder fabuloso, que é o poder das multinacionais e o poder dos grandes grupos financeiros nacionais, interessadíssimos na divisão dos benefícios em associação com os interesses estrangeiros, sem o respaldo do poder derivado de suas Forças Armadas? E, no momento em que o governo colocasse diante da nação o quadro, com clareza e honestidade, teria não só o apoio das Forças Armadas como o de todo o povo.

## entrevista com severo

**VEJA** — *As classes empresariais apoiaram a Revolução e a transferência do poder do Congresso para o Executivo. No entanto, hoje se queixam da falta de acesso às decisões. Como é que se deu isso?*

**SEVERO GOMES** — Mesmo que esse acesso fosse bastante grande, a falta de institucionalização das relações pode muitas vezes gerar, até daqueles grupos que tenham maior acesso, uma inconformidade com relação a decisões que não sejam harmônicas com os seus interesses. As decisões podem contrariar determinados grupos de interesses e, como elas não estão institucionalizadas num sentido amplo, sempre poderá haver conflito com outros grupos que estejam sendo atendidos de uma maneira informal, não-institucionalizada. Vou dar um exemplo, embora imperfeito. Decidiu-se criar um pólo petroquímico no Rio Grande do Sul. Dentro de uma racionalidade econômica, ao nível das empresas, elas desejariam expandir o pólo existente em São Paulo, porque já têm ali uma base de investimentos e teriam ganhos de escala. Ora, se a comunidade da Grande São Paulo estivesse debatendo os problemas que a expansão da petroquímica pode criar para as condições de vida da cidade, provavelmente se colocaria em confronto com o empresário. Dentro da racionalidade do empresário, a decisão de levar o pólo petroquímico para o sul não estaria certa. Mas ela foi tomada tendo em consideração, de um lado, a deterioração das condições de vida nas grandes cidades e, de outro, a necessidade de descentralizar o desenvolvimento no país. Se houvesse uma liberdade empresarial absoluta, estar-se-ia marchando na lei da selva.

**VEJA** — *O senhor expressou na ESG grande preocupação com o que considera ser a desnacionalização da economia. Tal desnacionalização seria um fator a impulsionar esse ressurgir do sentimento nacional?*

**SEVERO GOMES** — Eu acho que sim. O nível de participação da empresa estrangeira em faixas importantes da economia tem alguma coisa a ver com esta busca da identidade nacional. No entanto, independentemente do tipo de empresa, de sua origem e de sua composição, tentar reproduzir modelos de outros países é contrastante com uma parte muito importante da opinião pública nacional. Primeiro, porque essa parte da opinião sabe que a reprodução desse modelo só é possível para uma parcela muito pequena da população. Segundo, porque, se fosse possível reproduzir quatro ou cinco Los Angeles no Brasil — o que não é possível —, isso não seria desejável.

**VEJA** — *O pacto político feito em 1964, que sustentou o crescimento da economia a 10% ao ano, deve se abrir para incorporar novos atores?*

— *Quais seriam esses novos atores?*

**SEVERO GOMES** — Vou dar um exemplo: a importância que o governo dá ao fortalecimento da empresa privada nacional. Não só no sentido econômico mas no sentido social e político para que a massa dos empresários brasileiros — é fantástica a massa de pequenos e médios empresários — tenha uma participação maior não só em sua área de atividade, na economia, mas também como expressão do pensamento nacional. Os pequenos empresários têm uma capacidade de comunicação muito

**VEJA**, 28 DE JULHO, 1976 grande. Um padeiro de Planaltina \* tem uma clientela de pão e uma clientela de conversa. Então, um projeto de desenvolvimento da pequena e média empresa seria um dos pactos possíveis.

**VEJA** — *A economia brasileira já teria condições de auto-sustentar seu crescimento de tal maneira que possa prescindir do capital estrangeiro — recursos financeiros, tecnologia e capacidade empresarial?*

**SEVERO GOMES** — Eu acho que o capital estrangeiro, dentro desse conceito amplo, é muito importante para o crescimento da nossa economia. Mas, se não pudéssemos contar com ele, por circunstâncias de crise econômica, de desorganização da economia mundial e de outros acidentes históricos, nós teríamos condições de construir nosso desenvolvimento. Evidentemente, de uma maneira mais lenta, com maiores sacrifícios. Mas não seria uma hipótese catastrófica. O Brasil tem condições de mobilizar recursos e tecnologia internamente. Quando se fala no gap tecnológico, costumo lembrar que esse fosso existe na medida em que se queira reproduzir um determinado padrão de desenvolvimento. Se não quisermos reproduzir um determinado modelo econômico, esse fosso passa a ter outro tipo de dimensão. A tecnologia não é uma força neutra, como a ciência, que você usa num sentido ou noutro. Ela, a tecnologia, já nasce na dinâmica do processo econômico, do processo social. Por isso é que hoje essa dimensão do fosso tecnológico é tão alienante para os que pensam na reprodução de um modelo econômico.

**VEJA** — *Alguns estudiosos detectam a formação de uma "burguesia de Estado" no Brasil, constituindo-se a partir da expansão das empresas públicas, que estariam perseguindo autonomamente a valorização do seu capital. Como o senhor vê isso?*

**SEVERO GOMES** — Acho que a formação do que chamam de "burguesia de Estado", "burguesia burocrática", não é um acontecimento novo. Essa burguesia burocrática tem até uma tradição na nossa História. A vida do Império toda ela é marcada pela existência da burguesia burocrática, herdeira da burocracia portuguesa. Penso que a burguesia burocrática não busca autonomamente a valorização do capital. Na medida em que se têm colapsos na representação formal, surge uma representação informal através de várias atuações, porque todas as grandes instituições brasileiras, onde existem elites burocráticas, todas elas foram extremamente ricas em formação de líderes e também na formação de conceitos políticos, independentemente dessa busca autônoma de valorização do capital ou de constituição de empresas.

### Poderá surgir uma crise mundial

**VEJA** — *Na atual conjuntura, que tipo de alianças externas procura a "burguesia de Estado" dentro do processo de desenvolvimento político?*

**SEVERO GOMES** — A burguesia de Estado vive necessariamente uma ambigüidade. A primeira é que originariamente ela é reformista. Mas ela é eminentemente transacional. Quer dizer, ela procura sempre transacionar, por sua

própria formação. Mas ela é também nacionalista.

**VEJA** — *Em que medida a nova fase de substituição de importações, programada pelo governo, propicia "a construção de uma independência econômica que não seja apenas a mistificação da dependência", como quer o senhor?*

**SEVERO GOMES** — Desenvolvemos uma indústria de bens de consumo duráveis que nos obriga a importar uma barbaridade. Com o que ampliou-se a fragilidade da economia E, com a atual dificuldade do balanço de pagamentos, tornamo-nos extremamente dependentes. Além, evidentemente, de essa dependência estar ligada à presença do capital estrangeiro com um peso tão relevante e certamente inibidor de políticas que deveriam ser mais correspondentes às aspirações hoje tão difundidas. O programa de substituição de importações pode contribuir para reduzir a dependência na medida em que possamos nos livrar de uma das coisas mais dramáticas de hoje, que é o endividamento externo crescente. É claro que o programa pode ajudar a aumentar o endividamento num certo nível. Mas, a longo prazo, se tivermos uma produção de insumos básicos num nível de auto-suficiência, não enfrentaremos mais, amanhã, a possibilidade de ficarmos diante de dificuldades profundas para importar. Mesmo que estejamos devendo

**VEJA** — *Os países produtores de petróleo parecem estar apostando na recuperação econômica dos países industrializados, pois decidiram recentemente não aumentar seu preço. Que acha disso?*

**SEVERO GOMES** — Hoje há, aparentemente, uma comunidade de interesses entre países produtores de petróleo e os países industrializados. Essa comunidade satisfaz aos países industrializados, em primeiro lugar porque já houve uma redução no preço real do petróleo. Há, de fato, desinteresse dos países industrializados numa redução maior no preço do petróleo que viria paralisar uma série de investimentos em pesquisas de fontes alternativas de energia e até mesmo na lavra e exploração em certas áreas do mundo. Ora, estamos numa época em que os países produtores realizam saldo na balança comercial com os países industrializados. Por sua vez, estes últimos reciclam os excedentes árabes através dos grandes bancos privados. Ou seja, manipulam os saldos árabes em operações de empréstimos aos países subdesenvolvidos não-produtores de petróleo. Entendo que cada vez mais vai se acumulando uma massa de recursos, em operações crescentes de financiamento, fora do controle dos diferentes bancos centrais. Na medida em que esses recursos se avolumam, disparando um processo de inflação, poderá surgir uma crise mundial do tipo anterior à II Guerra Mundial, pela impossibilidade de qualquer tipo de providências de corte keynesiano. Exatamente porque essa massa de recursos reciclada através dos bancos privados foge ao controle dos bancos centrais. E, como o desequilíbrio é muito grande entre devedores e credores, pois nem todos os países subdesenvolvidos estão hoje em condições de pagar o endividamento externo assumido, poderá chegar o momento em que os países industrializados tentem impor o congelamento das contas árabes nos bancos privados em contrapartida às dificuldades que teria começado a enfrentar a reciclagem. Aí, então, a comunidade de interesses entraria em crise.

## AGRICULTURA

# UMA EUFORIA QUE FAZ PENSAR

Visão, 26 de julho de 1976

O comportamento da safra 1975—76, que já está colhida, revela um recorde na produção nacional de grãos, estimada em mais de 50 milhões de toneladas, apesar dos problemas ocorridos com o café e o trigo. Para o ministro Alysson Paulinelli, "o agricultor brasileiro está respondendo com sucessivos aumentos de produção aos estímulos e às garantias concedidos pelo Governo Federal, que continua encarando o setor agropecuário como altamente prioritário". Na sua opinião, deve-se acrescentar à explosão da agricultura nacional um fato bastante auspicioso: "Os preços no mercado internacional começam a mostrar indícios seguros de valorização, provocados talvez pela violenta seca que atinge o hemisfério norte e também pela recuperação do dinamismo da economia mundial".

O Brasil, como de resto todos os demais países em desenvolvimento, orientou-se pela concepção de que o caminho do desenvolvimento é o único e que lhe competia repetir a trilha percorrida pelas nações desenvolvidas. Nos termos desse raciocínio, cumpriria avançar a todo custo no sentido da industrialização, pois no industrialismo a qualquer preço residiria a solução para todos os problemas do subdesenvolvimento.

Paulinelli ressalta que não pretende contestar a importância da industrialização como elemento promotor de crescimento e de desenvolvimento. Entretanto, o que exige reflexão é a ascensão do industrialismo a um fim em si mesmo, como elemento único de um processo que é desequilibrado por essência, mas que cumpre seja maximizador por princípio.

"No caso brasileiro", continua o ministro, "a industrialização a qualquer preço, como não poderia deixar de ser, terminou por levar a agricultura a uma situação de caudatária retardatária. E ao fazê-lo, ao relegar a agricultura à posição de simples fornecedor de mão-de-obra desqualificada, de aportador de insumos e subsistência a preços quase sempre vis, de formador de poupança à custa de sua própria capitalização, descurou-se o papel que o setor agrícola poderia desempenhar no processo do crescimento econômico do país."

"O fato é que, apesar dos esforços de um punhado de abnegados, pouca atenção se deu à formulação de uma política agrícola desenvolvimentista, escassos foram os recursos humanos e materiais e as soluções institucionais dedicados à agropecuária. Apesar dos esforços realizados para corrigir essas distorções, o resultado foi que, até meados da década de 60, salvo casos raríssimos, a administração pública agrícola, no

Brasil, apresentava um quadro de pouco ou nenhum dinamismo, onde os meios se antepunham aos fins e onde a clientela, o agricultor antes de tudo, recebia atendimento insuficiente e inadequado."

Para o ministro da Agricultura, os efeitos da nova política econômica, voltada para a promoção do setor agrícola, já começam a dar bons resultados. O esforço que foi feito para neutralizar as conseqüências da crise internacional, gerada pelo aumento do petróleo, também deu certo. O Brasil passou, no período entre 1968 e 1973, por uma fase altamente favorável, com constante elevação dos preços do produto agrícola no mercado internacional. Isso fez com que o produtor deslanchasse no processo e a agricultura teve, então, sua primeira explosão de crescimento. Realmente, foi nessa época que se diversificou a pauta brasileira de produtos de exportação, melhorando de forma significativa nosso balanço de pagamentos, reforçado por alguns produtos que ainda não tinham nenhuma expressão.

Uma nova crise da economia capitalista provocada pela elevação dos preços do petróleo veio criar para os países subdesenvolvidos a necessidade de que se encontrassem novas alternativas de dinamismo econômico. No caso brasileiro, explica o ministro Alysson Paulinelli, o II PND deixa claro que, novamente, é necessário dar ênfase à agricultura, onde repousa a esperança de encontrar a alternativa para a obtenção das divisas imprescindíveis ao processo do desenvolvimento, para estabelecer-se uma oferta agrícola a preços razoáveis e não inflacionários, para a manutenção de taxas positivas de crescimento do produto e para a redistribuição de renda.

Logo após a crise do petróleo, em 1974, sobreveio uma queda generalizada nos preços das matérias-primas e "nós fizemos um grande esforço para evitar o prosseguimento de um fato histórico, ou seja, o Brasil só entrava no mercado internacional para comercializar seus produtos agrícolas quando esse mercado estava favorável. Achávamos que esse comportamento deveria ser evitado e adotamos então certas medidas de correção. O Governo estimulou e garantiu decididamente ao produtor preços mínimos de sustentação, com o propósito de evitar que a crise internacional provocasse redução no plantio."

Para demonstrar seu reconhecimento pela industrialização, Paulinelli lembra que um dos fatores responsáveis pela contínua expansão da área agricultável no Brasil é a mecanização, pois a importância do trator

no aumento da fronteira agrícola é fundamental. "Cada novo trator que entra numa fazenda dá emprego para cerca de dez pessoas. Essa para mim é uma relação bastante realista. Um agricultor que sozinho, valendo-se apenas da sua família, poderia trabalhar de 5 a 10 hectares, com um trator pode trabalhar de 100 a 200."

## Previsões oficiais

Para este ano, o ministro da Agricultura mantém-se otimista: "Em relação à crise econômica mundial, as perspectivas de 1975 não eram muito diferentes daquelas de 1974. Mas este ano o mercado internacional melhorou bastante. Nossa agricultura também vai usufruir dessa situação mais positiva e podemos prever melhorias sensíveis para nossos produtos agrícolas em 1977".

Paulinelli garante que a atuação do Governo tem sido coerente com esse otimismo, pois, "apesar de todas as medidas para conter a expansão dos meios de pagamento em 25%, os créditos para a agropecuária poderão crescer até 45,8% e não haverá limite para financiamentos de custeio e de garantia dos preços mínimos. Oficialmente, os recursos destinados ao setor deverão atingir 156 milhões de cruzeiros no presente exercício".

## PARAR DE COMER FEIJÃO

Segundo ele, "apenas o feijão chega a preocupar mais seriamente o Governo. Em relação à safra passada houve quebra de 18,3%. Precisamos então instituir, de imediato, um programa de estímulo para aperfeiçoar os primitivos métodos de produção. Se eles não forem aprimorados vamos ter que parar de comer feijão, pois os agricultores preferem plantar milho e soja nas áreas antes ocupadas pelo feijão".

O milho também está sendo favorecido pelas cotações internacionais, tendo atingido o preço de 127 dólares a tonelada. O ministro da Agricultura comenta que "este ano a produção nacional foi 2 milhões de toneladas superior à da safra 1974—75, o que possibilitará a exportação do excedente de 1,5 milhão de toneladas. Tal crescimento já começa a preocupar os americanos e o *Wall Street Journal* observou que possivelmente, dentro de mais alguns anos, o Brasil será, também, sério concorrente na exportação do milho, a exemplo do que já ocorre com a soja".

Quanto à soja, o país continua ganhando mercado, diz Paulinelli. Dessa forma, ele garante que não há qualquer risco na expansão de sua lavoura. "A soja e seus derivados vão liderar a pauta de exportações do corrente ano, com a receita de 1,8 bilhão de dólares. O crescimento da produção nacional não chega a preocupar. Nosso produto tem boa qualidade e estamos conquistando mercados que antes eram cativos dos

americanos. Então eu pergunto: Por que parar de produzir? Acho que temos de continuar querendo colher cada vez mais. O mercado mundial não se esgotou e o interno é bastante promissor."

**Auto-suficiência no trigo**  
Mas Paulinelli gosta mesmo é de falar do trigo, que deverá registrar crescimento de 146% na atual safra. "Ao anunciarmos a política do trigo, muita gente nos chamou de visio-

nário, maluco, etc. Contudo, eu tinha autorização do presidente para fazer uma política de estímulo e sustentação. Então estou muito tranquilo." Na sua opinião, os resultados dessa nova orientação governamental justificam tanto entusiasmo. "O alcance da auto-suficiência sempre significou muito mais do que a simples economia de divisas. É a auto-afirmação de um país que não tinha tradição no setor triticola. Hoje eu já vejo mais longe. Antes do fim do atual Governo o Brasil vai estar colocando trigo

no mercado externo."

Essa euforia ministerial, no entanto, não chegou aos produtores. A Federação de Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul diz que "só um milagre promoveria a auto-suficiência de trigo no próximo ano. A previsão oficial é excessivamente otimista. Na realidade os produtores estão estimulados a aumentar a produtividade, mas a mecanização é elemento complexo demais para chegarmos à pretendida auto-suficiência".

**alimento: prioridade para o BNDE** *esp-21-7-76*

"Uma vez que o item alimentação passará a ser a mercadoria mais importante do mundo de amanhã, mais até que o petróleo, o BNDE aderiu à filosofia governamental de dar prioridade ao setor alimentar, não só pelo seu objetivo social, mas também pelo econômico". A declaração foi feita pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Marcos Pereira Vianna.

O setor de alimentação, destacou, "tem importância especial para o Brasil, que reúne condições de vir a ser o celeiro do mundo". Enfatizou ainda que o apoio do BNDE ao setor se evidencia no custo do dinheiro que empresta para pesquisas alimentares: 4% ao ano, sem correção monetária.

**paulinelli diverge de simonsen** *esp-14-7-76*

O preço dos produtos agropecuários pesa 40%, aproximadamente, no Índice de Preços por Atacado e 43% no Índice do Custo de Vida do Rio de Janeiro. Mas em 1975, o item "alimentos" deixou de ser o carro chefe da inflação e em consequência, "um instrumento indireto de taxaçaõ das classes menos favorecidas, tendo contribuído, portanto, para melhoria na distribuição de renda". Ao fazer esta declaração, em conferência na Escola Superior de Guerra, ontem, o ministro Allysson Paulinelli, da Agricultura, refutou, no fundamental, a conferência do ministro da Fazenda.

O ministro da Fazenda dissera que "na raiz" do problema da inflação "está o mau desempenho de várias safras agrícolas" e que "os custos de alimentação, por sua vez, representam o carro-chefe da onda altista nas principais cidades brasileiras".

**A CIA O TEMPO A AGRICULTURA** *esp-8-8-76*

O governo dos Estados Unidos e as entidades representativas dos agricultores norte-americanos gastam, anualmente, muitos milhões de dólares para obter e interpretar dados relativos à evolução agropecuária do mundo. Para alcançar seu objetivo utilizam satélites, computadores e técnicos particulares.

Grandes bancos, empresas de navegação, estradas de ferro e outros grupos relacionados com o comércio agropecuário e com investimentos neste setor têm desenvolvido, nos últimos anos, serviços próprios dedicados a prognósticos de tempo.

**O papel da CIA**

A Central Intelligence Agency, dos EUA, fornece, a assinantes particulares e públicos, um serviço que resume artigos e transmissões radiofônicas de todos os países sobre as perspectivas do volume da produção agropecuária e da evolução de suas respectivas cotações.

CIA está principalmente empenhada em avaliar as implicações políticas de modificações no volume e nos preços da produção agropecuária. O interesse especial da Central Intelligence Agency concentra-se obviamente na situação vigente na Europa Oriental e na China. Mas, ela tem também plena consciência de como um excesso ou um déficit na produção agrária poderão afetar a estabilidade política de numerosos outros países.

Outro assunto persistentemente estudado são as modificações fundamentais que se vêm verificando nas condições meteorológicas de amplas áreas do mundo.

**A razão é simples de explicar: tais modificações poderiam, a curto e médio prazo, mudar as relações de poder entre os países, especialmente na África e na Ásia. Como a explosão demográfica é comum nessas áreas, a disposição ou não de fornecer cereais poderá transformar-se facilmente numa arma política, mais eficiente do que tanques, aviões e mísseis.**

Já existe há muito tempo a possibilidade técnica de provocar chuvas artificiais. Não será possível, um dia, causar secas ou geadas artificiais? Considerando-se o atual grau da tecnologia do mundo, essa perspectiva nada tem de irreal

**FALTA FEIJÃO** *esp-31-7-76*

Em um seminário promovido pelo BNDE, Bertoldo Kruse apontou as principais causas da diminuição da produção de feijão: sementes de má qualidade, variedades inadequadas, problemas de clima e solo, além da substituição da cultura por outras mais rentáveis. *esp-6-8-76*

**FEIJÃO VEM DO CHILE**

A Interbrás, subsidiária da Petrobrás, adquiriu no Chile 6 mil toneladas de feijão preto, das quais 3.600 deverão chegar ao Brasil dentro de duas semanas, aproximadamente, pelo navio Loide Chile. As 2.400 toneladas restantes serão embarcadas ainda este mês, prevendo-se seu recebimento no Brasil em princípios de setembro. O preço obtido pela Interbrás é inferior ao de outros fornecedores, como o México e a Colômbia.

**CFP ROUBA LAVRADOR** *esp-19-7-76*

A Comissão de Financiamento da Produção vai obter lucro superior a Cr\$250 milhões, com a venda em leilão de 50 mil toneladas de algodão, adquiridas dos produtores no ano passado a preços inferiores aos custos de produção. Ao fazer a denúncia, o deputado Sérgio Cardoso de Almeida, da Arena-SP, pediu medidas para que esse lucro seja revertido em benefício dos produtores.

Cardoso de Almeida mostrou que a produção de algodão vem caindo, não por causa de pragas, "pois o cotonicultor sabe como exterminá-las", mas em função de "medidas da Cacex e agora recentemente da CFP".

**LEITE tipo B 5,00**

**1º de agosto.**

Após ser mantido sem qualquer elevação durante mais de um ano, o preço do Leite tipo B, em embalagem plástica, sofrerá a partir do dia 1º de agosto, reajuste de 25%, passando a ser vendido no varejo, em São Paulo, a Cr\$ 5,00 o litro.

O presente aviso objetiva informar corretamente e resguardar os Srs. Consumidores, de eventuais abusos.

**Leite tipo B**

- embalagem plástica -

**5,00**

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE LEITE "B"**

**Campo**

## Terra está mal dividida

Calcada no conceito de Propriedade familiar, a legislação fundiária do País visava (e ainda visa) a acabar com os latifúndios e minifúndios então existentes. Os resultados de sua aplicação, pelo menos no Nordeste, deixam a desejar: no período 1960/70, o número de minifúndios aumentou em quase 700 mil e os de área de até um hectare aumentaram de 114 mil para 350 mil. Por outro lado, estatísticas sobre o cadastramento rural de 1972 indicam que os minifúndios constituem hoje, 72% das propriedades rurais do País, em número de 2,4 milhões, e ocupam área de apenas 48 milhões de hectares, ou seja, 12% do total de terras cultivadas. As empresas rurais são, atualmente, 162.800, e os latifúndios são pouco mais de 787 mil, ocupando 324 milhões de hectares.

Embora ocupando pouca terra, os pequenos proprietários têm, hoje, importante participação na produção de alimentos consumidos no Brasil. Em sua maioria, eles quase não utilizam mecanização na agricultura, e os

detentores de propriedades abaixo de 50 hectares são discriminados pela política de crédito agrícola, seguro e empréstimos bancários, mesmo de instituições governamentais. Os dados levantados pelo Ministério da Agricultura indicam que os estabelecimentos com menos de 50 hectares são responsáveis por 88% da produção de feijão no Rio Grande do Sul e Paraná, 87% do feijão produzido em Alagoas, 85% da produção sul-riograndense e 80% da paranaense de milho, além de 93% da mandioca produzida em Sergipe e 88% da produção desta fécula em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os estudos realizados pelos técnicos do governo indicam a necessidade de maior amparo aos pequenos agricultores, em termos de política agrícola, pois pesquisas feitas no Nordeste indicam, entre outros aspectos, que as propriedades com menos de dez hectares empregam a média de 1,065 trabalhadores por hectare e cultivam com lavouras 62,3% de suas terras, en-

quanto aquelas de dez a cem hectares empregam 0,134 trabalhadores por hectare e cultivam com lavouras cerca de 21,6% de sua extensão total.

Segundo os especialistas, os pequenos produtores estão, hoje, totalmente a margem da política de crédito agrícola do governo, voltada preferencialmente para auxílio às médias e grandes propriedades rurais, as quais se dedicam a produção de gêneros que, exigindo alta mecanização e emprego maciço de capital, destinam-se ao mercado externo. Despreparados educacionalmente e sem garantias financeiras a oferecer em troca de crédito, os pequenos produtores são prejudicados ainda pela política tributária rural, que incide com maior rigor sobre as propriedades de até 20 hectares.

A falta de incentivos a formação de associações ou cooperativas agrícolas dá margem a ação dos especuladores junto aos pequenos produtores rurais. Estes, depois de consumir em sua própria alimentação

grande parte da produção, entregam a intermediários o restante, por falta de volume de produção que lhes permita "jogar" com as leis do mercado.

Desamparados pelas políticas de crédito, sem capital de giro ou outro tipo de poupança, os produtores de baixa renda utilizam toda a família no trabalho agrícola e, em consequência, o nível educacional entre eles é baixo. Por outro lado, a falta de terras a serem trabalhadas, aliada a necessidade de recursos maiores no sustento da família, leva muitos deles a trabalhar, durante as épocas de colheita, na condição de empregados de proprietários maiores.

Todos esses problemas, no entender dos técnicos, mostram a urgência de decisões políticas por parte do governo nesse campo, a fim de apoiar os agricultores e evitar que maiores contingentes continuem migrando para as cidades em busca de melhores oportunidades, onde são imediatamente marginalizados pela falta de especialização em atividades urbanas, e passam a viver nas áreas periféricas, engrossando o cordão de desempregados, subempregados ou mesmo criminosos.

Os "bóias frias" constituem, hoje, talvez o maior problema social do meio rural brasileiro. Todavia, outros graves problemas existem, aguardando atenção do governo. O trabalho rural sustenta, no momento — embora precariamente — cerca de 40 milhões de brasileiros, ou oito milhões de famílias, que continuam vivendo no campo.

Diaristas e outros assalariados, e mesmo pequenos proprietários, todos esses brasileiros esperam do governo Gelsel decisões políticas, que lhes permitam usufruir o progresso econômico e social verificado no País, nos últimos anos, ou, pelo menos, assistência, leis favoráveis a sua segurança e crédito fácil pa-

## 40 milhões dependem da atividade agrária

ra o cultivo da terra. Estudados pelos técnicos de órgãos federais, os ruralistas de baixa renda, são, hoje, objeto de extensos trabalhos, estatísticas e dados que demonstram a situação de desamparo em que se encontram.

A nível técnico, o governo já dispõe de estratégias de ação para resolver, ao menos em parte, os problemas que atingem desde os minifundiários — que, embora proprietários, cultivam terras as vezes insuficientes para sua manutenção — aos "bóias frias", que não dispõem de propriedades nem de lugar para morar. no campo, vivem

em favelas próximas a cidades ou vilas e desempenham trabalhos temporários, nas fazendas, como diaristas ou tarefeiros, sem qualquer garantia de assistência social.

Os "bóias frias" somam 1.400 mil famílias, obrigadas a longas e constantes viagens, em busca de trabalho, em fazendas distantes. Mas há, ainda, segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura, 2.700 mil famílias sobrevivendo em função da exploração de diminutas propriedades agrícolas, 700 mil famílias na condição de posseiros e dois milhões como arrendatários ou

parceiros, além de 3.900 mil famílias empregadas em propriedades rurais que não lhes pertencem. Todas essas categorias, embora distintas, tem, atualmente, renda inferior a Cr\$ 4 mil, havendo casos de pequenos proprietários que não atingem a cifra de Cr\$ 2,5 mil anuais.

O problema básico do agricultor de baixa renda, segundo quase todos os estudos já realizados pelo governo, é o fator terra. Os técnicos são unânimes em reclamar a necessidade da abertura de novas fronteiras agrícolas no País, regularização das poseses ilegais de terras da União e mesmo reestruturação na atual disposição agrária. Embora toda a legislação rural instituída após 1964 visasse a resolver proble-

(cont.)

mas do meio rural mediante a reforma agrária, colonização e política agrícola

pouco até agora foi feito dentro dessa perspectiva, principalmente na região Nordeste, onde a grande concentração humana e a falta de terras inexploradas praticamente bloqueou, a novos contin-

gentes da população, o acesso aos meios de produção agrícola.

Após dez anos dessa legislação de regularização fundiária e colonização, pouco mais de 20 mil famílias teriam sido instaladas em terras próprias, embora organismos internacionais recomendassem ao governo, em 1965, o assentamento de 250 mil pro-

prietários por ano, durante 20 anos seguidos, para resolver os problemas dos cinco milhões de rurícolas sem terra. Nesse período foram criados órgãos como o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA (extinto), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Programa de Redistribui-

ção de Terras no Nordeste — Proterra, e outros, mas enquanto possesores e colonos tomarem posse definitiva de cerca de seis milhões de hectares, instalaram-se no Nordeste e na Amazônia, respectivamente, 477 e 311 grandes empresas agropecuárias, ocupando área equivalente a dez milhões de hectares.

**A**tualmente, 37 mil agricultores gaúchos deixam o campo, a cada ano, para procurar emprego nas cidades. Outros 25 mil vão para outros Estados ou países, procurando continuar trabalhando na agricultura. Para fixá-los no campo é necessário antes saber por que abandonam suas terras, ou seus empregos. Um exemplo é suficiente para compreender o êxodo dos assalariados rurais: uma pesquisa realizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul revelou que 92% dos trabalhadores rurais assalariados do Alto Uruguai (uma das principais regiões produtoras de soja) não sabem nem o que é uma Carteira Profissional. Na Serra do Sudeste, a proporção é de 60%.

Para compreender o problema dos que abandonam suas terras, é importante verificar a situação fundiária do Estado. De acordo com um trabalho elaborado pelo deputado estadual Pedro Simon (presidente regional do MDB) e por uma equipe de assessores do partido, "Situação da estrutura agrária do Rio Grande do Sul", as propriedades rurais do Estado podem ser divididas em três grupos:

Em primeiro lugar, pela área que ocupa a propriedade dedicada à pecuária tradicional, de corte. Em 1968, era responsável por apenas 11,3% da produção rural do Estado, empregava 5% da mão-de-obra do setor primário, toda ela assalariada, e ocupava 68% da área rural.

Em seguida, vinha a agropecuária colonial (produção de milho, mandioca, feijão, uva, batata, criação de suínos e de gado e leiteiro e também trigo e soja). Estas propriedades, embora ocupando apenas 21,8 por cento da área rural do Estado, eram res-

## Família, cidade e campo

**Movimento 5-7-76**  
responsáveis pelo emprego de 87% da mão-de-obra e por 55,3% da produção.

Por último, a lavoura empresarial, terras arrendadas para a produção de trigo, soja e arroz, que empregavam, como assalariados, 8% da mão-de-obra, ocupavam 2,5% da área rural e eram responsáveis por 33,4% da produção.

A divisão não corresponde exatamente a uma classificação por tamanho das propriedades, mas é aproximada. Nos minifúndios é praticada a *lavoura colonial*, principalmente, enquanto que nos latifúndios há a criação extensiva de gado ou o cultivo de trigo, soja ou arroz, quase sempre em terras arrendadas. Os dados relativos ao ano de 1968 podem ser comparados com os de 1940 e de 1971, dando uma idéia da evolução da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul.

Os números apenas acompanham a evolução da política governamental para o setor primário. Soja, trigo, arroz e carne são os mercedeiros quase exclusivos das atenções governamentais. Aos grandes plantadores de soja, trigo e arroz são concedidas as facilidades de crédito para aquisição de boas terras, insumos, máquinas e equipamentos e as garantias de preços mínimos. Os mesmos benefícios são usufruídos pelos grandes criadores de gado.

Para o pequeno proprietário, a situação é bem diversa. Os produtos que ele planta não lhe oferecem nenhuma segurança. Assim, a saca de batata, segundo o presidente da Frente Agrária Gaúcha (FAG), Gentil Bonatto, passou de Cr\$ 10,00 em

74, para Cr\$ 100,00, ao ano passado, obedecendo a um antigo ciclo de altas e baixas no preço.

Mesmo o pequeno agricultor que planta soja e trigo fica em desvantagem, uma vez que não tem condições de acumular capital suficiente para mecanizar sua lavoura. Em consequência, com menor produtividade, estará sempre muito mais indefeso diante das oscilações do preço da soja no mercado internacional. Além disso, como necessita de dinheiro com urgência para seu próprio sustento, é obrigado a vender sua produção sem poder barganhar no mercado. Os proprietários das lavouras empresariais, homens que arrendam terras para aproveitar o crédito e outras facilidades, não dependem diretamente da produção primária para sua subsistência. Assim, podem esperar pelos melhores preços.

Tampouco o pequeno proprietário tem condições de adquirir mais terras. Os arrendamentos feitos aos grandes proprietários levaram à supervalorização. Como há um tamanho mínimo (módulo) fixado para as compras de terras, o pequeno proprietário não pode, além de sustentar-se, acumular capital para aumentar sua propriedade. Nestas condições, ele é forçado, na época de safra, a se assalariar nas lavouras empresariais e, finalmente, a vender sua propriedade. Assim, desde 1968, tem diminuído o número de pequenas propriedades. Em 1940, as propriedades com menos de 50 hectares eram 177.911. Em 1968, eram 457.455. Mas em 1972, haviam diminuído para 450.947.

O Ministério do Trabalho firmou, em 1975, quando da visita do ministro Arnaldo Prieto ao Recife, logo após as eleições, um convênio com o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) para estudo do problema dos trabalhadores volantes na zona de mata de Pernambuco.

"Nesse Estado, a ênfase foi dada ao caráter não formal da contratação, predominando, por isso, a denominação de "clandestino"; ou à mobilidade especial, o que tornou também corriqueira a expressão "volantes".

"Compreende-se, assim, que o trabalho volante não seja uma forma solta de relação de produção inventada para atender determinada exigência da atividade agrícola. Na verdade, o fenômeno existe dentro do âmbito das relações sociais da agricultura brasileira e como projeção da problemática de marginalidade, haja visto que o setor agrícola serve como refúgio natural das populações marginais, permitindo-lhes satisfazer parte de suas necessidades de subsistência."

Desse modo:  
"a análise da questão deve ser desenvolvida levando em conside-

## boias-frias: o barateamento extremo da mão-de-obra

**OPINIÃO 13-8-76**

ração eventos históricos (...) e deve destacar os laços que vinculam o trabalho volante na agricultura à miséria da população do campo, procurando compreender como as transformações do sistema produtivo condicionaram realmente a aparição e persistência do fenômeno".

Esses eventos históricos e transformações, o documento os identifica num processo "distorcido e incompleto de proletarianização, condicionado por uma forma de capitalismo dependente que, para satisfazer as necessidades de sempre maiores taxas de retorno de capital, teria optado pelo barateamento extremo da mão-de-obra, através de modelos informais de recrutamento e contratação de pessoal."

"Ao optar — prossegue o estudo — por uma modernização conservadora do campo (processo objetivando o crescimento da produ-

ção agro-pecuária, sem modificações estruturais), ao invés da reforma agrária, a agricultura da área permitiu, no entanto, que sua principal unidade produtora, a usina, passasse por uma série de transformações que a envolveram num grande complexo agro-industrial extremamente dependente do mercado externo, quer a nível de compra de insumos tecnológicos, quer a nível de preços para os seus produtos, repousando no peso maior dessa dependência nos ombros do campesinato

"Para atendimento de tais exigências externas, o complexo agro-industrial equicêntrico partiu para intensificar o quanto possível a mecanização agrícola, a expansão das áreas plantadas e o aumento do contingente de mão-de-obra. As duas últimas iniciativas vieram acelerar o processo de proletarianização da mão-de-obra rural, sem estender a ele, pelo menos até

1968, as mesmas vantagens oferecidas aos trabalhadores urbanos industriais, colocando a unicamente a serviço da acumulação progressiva de capital."

A par disso, a proletarianização da mão-de-obra rural foi feita às custas da concentração fundiária, ou seja, (citando Francisco de Sá Júnior, em "O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência" — Estudos Cebrap, São Paulo, jan. 73):

"a formação histórica da economia regional selecionou para as atividades de exportação as melhores terras e favoreceu um processo de concentração de renda e de propriedade que resultou na atrofia do mercado interno e, consequentemente, na marginalização das atividades de subsistência."

Essa modernização, porém, se fez descompensadamente, pois subsistiram ainda formas de relação de produção arcaicas dentro da usina (parceiros, arrendatários) que, aliadas aos citados processos de latifundização e minifundização, liberadores de grandes contingentes de mão-de-obra, "determinaram o aparecimento de um tipo distorcido de

proletarianização, pois o sistema agro-industrial açucareiro não estava, como ainda não está, devidamente preparado para aceitar, em termos absolutos, formas modernas de contratação de todo efetivo de mão-de-obra necessária (...). Tal quadro explica, de certa maneira, o fato de, na usina, renunciarem-se com grande evidência a desigualdade de privilégios e recompensas entre os setores modernos (indústria) e tradicionais (agricultura) de produção. Ali, obviamente, todas as categorias profissionais ligadas, de um modo ou de outro, aos processos industrialização e urbanização (motoristas, mecânicos, operadores de máquinas, escriturários, contabilistas etc.) estão protegidas pelo sistema previdenciário e possuem

vínculos formais de contratação (CIT). O mesmo não acontecendo, possivelmente, à maior parte dos efetivos do campo."

"A legislação sobre o trabalho rural - continua o estudo do IJNPS - de modo específico o Estatuto promulgado em 1963, e a Lei 5889 de 1975, que o modificou, não conseguiu modernizar as formas de contratação dos contingentes de trabalhadores que atuam diretamente no trato com a terra. Quando muito, veio institucionalizar, a nível governamental, um fenômeno pré-existente, o dos trabalhadores rurais volantes ou clandestinos (...)"

"Esse tipo de trabalhador adquire aspectos urbanos de conotação marginal e embora funcione

como avulso, encontra na realidade um novo padrão na figura do empreiteiro, que localiza as oportunidades de emprego e extrai parte de ganho do trabalhador para remunerar sua tarefa de agenciamento."

Finalmente, o estudo do IJNPS questiona a posição do trabalhador volante em relação ao trabalhador permanente e propõe uma investigação para se saber se não há estímulos à continuação dessa espécie de contrato informal de trabalho:

"Algumas entrevistas realizadas com a população da área em estudo, no período da safra, foram suficientes para sugerir a hipótese de que, pelo menos em termos imediatos, a situação dos trabalhadores volantes, quanto à remuneração, parece ser relativamente melhor do que a dos trabalhadores rurais permanentes, o que deixa margem a especulações sobre as possibilidades de estar havendo na área estímulos financeiros à clandestinidade."

"Em outro nível de discussão, poderia ser verificada a própria situação dos trabalhadores chamados permanentes ou "fichados" ou até que ponto seus direitos previdenciários e trabalhistas vêm satisfazendo ou não suas necessidades mínimas de sobrevivência, ou, ainda, até que ponto esses direitos asseguram-lhes uma vantagem real e significativa em relação à que, porventura, possa ter o número sempre crescente de trabalhadores volantes. (Nelson Torção Jr.)

## PARÁ E MATO GROSSO - TERRAS PARA

### EMPRESAS AGRARIAS ESP. 28-9-76

Diante do agravamento do clima de violência reinante em determinadas áreas do interior brasileiro, notadamente naquelas que se valorizam rapidamente como consequência da abertura de novas estradas, o governo da União deliberou recentemente declarar de utilidade pública, para discriminação e posterior desapropriação, as faixas de 100 quilômetros situadas de ambos os lados da rodovia BR-158, que ligará Altamira, no Pará, a Barra do Garças, em Mato Grosso.

Algumas autoridades justificaram essa atitude do governo federal com o argumento de que a especulação e os conflitos em torno da posse de terras estariam preocupando muito as autoridades do Ministério do Interior e mesmo alguns setores das Forças Armadas. Para o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - a ocupação ordenada dessas áreas declaradas de utilidade pública, que perfazem cerca de 32 milhões de hectares, abre

perspectivas amplas para que se aproveitem racionalmente grandes extensões de terras para a instalação de projetos agropecuários.

Não podemos deixar de reconhecer que se justificam as apreensões do governo federal em relação aos problemas ligados à posse da terra, que começam a se avolumar em determinadas áreas da Amazônia, cujos Estados, notadamente o Pará, continuaram vendendo suas terras devolutas mesmo sem tê-las discriminado e sem dispor de um cadastro confiável. Essas vendas de terras públicas, feitas por processo caracterizado por muitas irregularidades, aumentou os conflitos, que têm sua origem no fato de o Estado, ao ceder determinada área, não ser capaz de garantir que ela está realmente livre de posseiros ou que ele próprio não a vendeu antes. Há, atualmente, cerca de 8 mil requerimentos de compra de terras públicas no órgão competente do Estado do Pará. Se todos esses pedidos fossem aprovados, esse Estado ficaria sem um só hectare, criando-se uma situação explosiva: haveria títulos de propriedade sobrepostos, posseiros seriam expulsos à força, faltariam terras para todos os pretendentes.

Não é intenção do governo federal prejudicar os empresários e investidores que adquiriram de boa fé terras na Amazônia Legal de pessoas que forjaram ou adulteraram documentações de domínios de terra na região. Embora o Incra pretenda iniciar um amplo levantamento da situação das terras na Amazônia Legal, seu presidente, Lourenço Vieira da Silva, garantiu que o governo não pretende paralisar os empreendimentos desses empresários, muitos deles contando com incentivos fiscais oriundos da Sudame e organismos oficiais de crédito.

"Queremos, nesse trabalho de uma vez por todas - afirmou - separar bem o investidor e o empresário rural do especulador fundiário. O

## INCRA NÃO PREJUDICARÁ GRANDES PROJETOS AGRÁRIOS ESP. 4-9-76

grileiro do proprietário rural e o invasor do posseiro".

Depois de comprovada a legitimidade da terra, dentro desse trabalho que será feito pelo Incra, será cuidado de perto o problema dos posseiros que existam nessas áreas.

"Agora - continua - nossa preocupação é de proceder, no caso dos posseiros, do mesmo modo que com os empresários, não confundindo os colonos com os invasores de terras. São estes invasores que têm conturbado e dificultado a regularização das terras em favor de posseiros autênticos.

O presidente do Incra anunciou também que o órgão já está con-

cluindo o trabalho de separação de áreas, especialmente nos Estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Amapá e Roraima, para iniciar a licitação de glebas acima de 3.000 hectares.

As primeiras áreas já selecionadas nos trabalhos de análise e discriminação feitos pelo Incra estão localizadas em Roraima, e os projetos serão implantados com a colaboração do governo do território. Foi escolhida pelo Incra para a implantação de grandes projetos uma área situada entre Caracará e Boa Vista, onde foram discriminados cerca de 2 milhões de hectares que deverão entrar em licitação, destinados a grandes em-

presas. A outra área, também já discriminada, está localizada no território do Amapá, calculada em 1,5 milhão de hectares e localizada na área de jurisdição do Polamazônia. Outro trecho, em fase final do processo de discriminação, situa-se no Estado do Amazonas, na altura do município de Humaitá, onde também o Incra destinará uma faixa de 2 milhões de hectares aos grandes projetos agropecuários e agroflorestais.

No Pará, na altura do rio Iriri, o Incra está selecionando ao longo da faixa entre 40 a 100 quilômetros do eixo da Transamazônica, sob a sua jurisdição, terras para licitação acima de três mil hectares, o mesmo ocorrendo na localidade de Rolim Moura, em Rondônia.

## 37 POSSEIROS PRESOS

Os oito posseiros que permaneciam recolhidos há quase três meses na Penitenciária Central de Cuiabá, acusados de terem participado do assassinato de um jagunço, e cuja situação havia sido relatada num documento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso ao ministro da Justiça e ao presidente do Incra, não foram libertados ontem, conforme tinha informado o diretor

interino da prisão, João Severino, mas apenas transferidos para a cadeia de Rosário Oeste, onde já se encontravam seus 29 companheiros indiciados no mesmo processo.

Os 37 posseiros são acusados de haver assassinado, no dia 27 de abril, o jagunço Severiano Soares de Oliveira, contratado de Satoshi Kurionagy, que se diz dono da gleba União, onde vivem aproximadamente 200 famílias de posseiros.

Declarações de D. Henrique Froelich, bispo da Prelazia de Diamantino.

Em abril de 1974, premidos cada vez mais pela expansão do latifúndio, não encontrando mais onde alimentar suas famílias, uns trezentos pais de família, se informaram com os órgãos oficiais (INCRA e Cartório de Imóveis) sobre a legitimidade de ocuparem parte da fazenda União (11 mil alqueires). Viram que apenas o lote denominado Garças, de 4.000 alqueires estaria legalizado. Ocuparam parte da área livre.

Como surgissem logo em maio, atritos entre os posseiros e pretensos donos da área ocupada pelos posseiros, um grupo destes, junto com o seu vigário Pe. Isidoro Shneider veio me procurar, pedindo que me interessasse junto ao presumível proprietário, para dele conseguir a compra das terras. Nesta época, o regional da polícia prendeu um posseiro e os demais debandaram. Com o tempo voltaram a ocupar as terras.

(...)

Expliquei detalhadamente o andamento da minha gestão em Brasília e perguntei aos posseiros se estavam de acordo com as condições de solução. Todos afirmaram que sim. Chegou a vez da palavra do proprietário. O sr. Satoshi negou-se a vender a parte da terra ocupada pelos posseiros, alegando que estava empenhada no banco.

Algum tempo depois, ainda no ano passado, apareceu "outro proprietário" que se dizia dono das terras. A pressão chegou a tal ponto, que mataram friamente um trabalhador

O primeiro proprietário estava resolvido a desalojar os posseiros a todo custo, por meio das mais variadas ameaças. Mas, como os posseiros se conservassem firmes, mudou de tática: empreitava a área dos posseiros para algum empreiteiro roçar e assim arrancar o chão debaixo dos pés dos posseiros. Diversos empreiteiros não obtiveram resultado, por que os posseiros com bons modos pediam para não roçarem a área em litígio e sempre eram atendidos. Descontentos com os resultados, os proprietários escolheram um empreiteiro que iria levar a termo a roçada. Diante do pedido dos posseiros, respondeu que não havia nem bispo nem padre e nem soldados de Afonso que impediriam a roçada e que ele suprimiria um por um os posseiros e que as mulheres iam ficar viúvas e que

não havia fazenda de que ele não tirasse todo o garrancho.

Diante dessas ameaças de morte, os posseiros sentiram-se no direito de defesa e no dia 27 de abril percorreram os diversos barracões de alojamento dos roçados (uns 50) e pediram para os trabalhadores se retirarem. Em todos os barracões iam sendo atendidos. Chegando ao barracão do empreiteiro chefe, este respondeu à balança. Foi quando os posseiros responderam também com tiros, acabando por matá-lo.

Levada a notícia da morte do empreiteiro ao conhecimento do delegado Zuzi Alves, este, taxou os posseiros de facinorosos e coisas deste gênero e organizou uma ação policial. Os soldados entraram como uma tropa de bárbaros, algemaram três crianças, maltratando-as, invadiram casas roubando, prenderam e algemaram sete posseiros e os maltrataram com socos e pontapés. O irmão João Kauling, religioso da Companhia de Jesus, sem suspeitar do acontecido, dirigiu-se para lá, pois ia trabalhar pastoralmente naquela região. Preso com os outros, parece ter sido alvo dos mais graves maus tratos, quando souberam que era membro da Prelazia de Diamantino.

Na terça-feira o irmão foi libertado junto com um posseiro. Os outros seis continuam detidos e incommunicáveis.

Anexo ao documento relatando os últimos acontecimentos da Fazenda União, Afonso, município de Arenópolis.

A voce, amigo da justiça, que está recebendo este documento pedimos encarecidamente entre em nosso favor, posseiros do Afonso, para a nossa libertação, pois o nosso sofrimento já é grande demais com tantas perseguições. O que voce pode fazer é escrever uma carta, modo abaixo, a diversas autoridades, como seja o presidente da república, o ministro da Justiça Armando Falcão, ao governador do Estado do Mato Grosso, sr. Garcia Neto, e ao secretário da segurança do estado, sr. coronel Evora, exigindo que tomem as devidas providencias contra as ações desonestas de Satoshi.

Teor possível de uma carta:

Ilmo sr. ....

Ciente dos acontecimentos que vem se dando na região de Afonso, na Fazenda União, município de Arenópolis, onde o sr. Satoshi Kuroyanagi com o apoio da polícia militar vem cometendo as maiores arbitrariedades que não cabe serem efetuadas num país que se presa ter assinado em 1948 a carta da ONU sobre os direitos humanos, solicito que tome as devidas providencias no sentido de legalizar as terras para os posseiros da região, uma vez que nenhum despejo resolveria o problema dessas 200 famílias que há vários anos vêm cultivando pacatamente a área. Como existe proibição direta do secretário da segurança estadual Cel. Madeira Evora para os delegados municipais intervirem em favor dos posseiros, é preciso então que essas autoridades máximas tomem as devidas providencias. Caso não houver resolução dos problemas pelas autoridades nacionais, será necessário ser chamada a CRUZ VERMELHA INTERNACIONAL para solucionar esse problema que já se tornou uma CALAMIDADE PUBLICA.

Sem mais..... (nome da pessoa e identidade)

## Sangue americano

ESP. 14-7-76

Oficialmente, o americano John Weav. Davis possui 103 000 hectares de terras no município de Paragominas, no sul do Pará. Extra-oficialmente, a Companhia Agro-pecuária Água Azul (Capaz), de sua propriedade, é acusada de explorar madeira em mais de 250 000 hectares da região — o que teria de Davis uma figura particularmente impopular entre as 238 famílias de posseiros que ocupam parte daquelas terras, algumas há mais de dez anos. Depois de inúmeras escaramuças, a disputa acabou chegando a uma tragédia familiar no último dia 3, quando um número indefinido de posseiros — entre trinta e sessenta — atacou Davis e seus dois filhos com espingardas de caça, no portão principal da fazenda.

John Mallory, de 33 anos, e Bruce, de 30, os filhos, morreram durante o tiroteio e Davis foi encontrado minutos depois, ferido e inconsciente, por um casal de lavradores.

Atendendo a um pedido do ministro da Justiça, Armando Falcão, a Secretaria de Segurança do Pará se empenha, agora, em apurar as responsabilidades pelos crimes, enquanto os soldados procuram os outros posseiros envolvidos. Na semana passada, o cônsul dos Estados Unidos, Charles Jacobini, visitou Vila Rondon — e desmentiu que a família Davis tivesse utilizado até metralhadoras na briga com os posseiros. Desde então, Vila Rondon, povoação próxima a fazenda, transformou-se numa assustada praça de guerra, ao ser ocupada pelos soldados do Batalhão de Infantaria da Selva, que até o final da semana já tinham detido 23 posseiros —

## REIVINDICAÇÕES RURAIS

ESP. 13-7-76

Os trabalhadores na agricultura paulista pediram 50 por cento de aumento salarial, no encontro com os empregadores realizado na semana passada na Delegacia Regional de Trabalho. Os presidentes das entidades representativas dos empregados e dos patrões marcaram para o dia 31 de agosto o prosseguimento da reunião; até lá, todos os sindicatos de proprietários rurais deverão apresentar suas posições em relação às 12 reivindicações dos operários. Se não houver acordo, será instaurado dissídio coletivo.

Ao contrário do que haviam anunciado as autoridades governamentais, os problemas sociais da agricultura paulista não foram discutidos ontem, nem tampouco a situação dos boias-frias. Todas as reivindicações versaram somente sobre aspectos econômicos das relações de emprego existentes entre os 1,3 milhão de trabalhadores e os 400 mil proprietários rurais.

Estas são algumas das 12 reivindicações apresentadas aos empregadores pelos

trabalhadores rurais paulistas:

Salário normativo nos termos dos pré-julgados do TST; fornecimento de ferramentas pelo empregador, evitando-se o transporte de ferramentas e trabalhadores no mesmo veículo; transporte gratuito fornecido pelo empregador, quando necessária a locomoção para o trabalho ou por motivo de saúde; meios de proteção contra acidentes do trabalho; férias proporcionais aos dispensados com menos de um ano de relação de emprego e aceitação de atestados médicos e odontológicos fornecidos pelos sindicatos de trabalhadores.

## CONTAG CONDENA FGTS

ESP. 21-7-76

Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag — mostraram-se ontem, em Brasília, totalmente contrários à proposta de extensão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS — ao trabalhador rural. Ao mesmo tempo, revelaram que a Contag vai

sugerir ao Ministério do Trabalho profundas modificações na estrutura fundiária brasileira, responsável por numerosos problemas, entre os quais o do boia-fria, segundo eles.

A idéia de extensão do FGTS ao trabalhador rural foi apresentada pela Federação da Agricultura do Estado de São Paulo. Para a Contag, contudo, a opção oferecida "não passa de uma armadilha, pois, em que pese a disposição constitucional que assegura a escolha por parte do empregado, quem está, na prática, exercendo esse direito é a classe patronal, que vem adotando como prática não permitir nenhum empregado sem que seja assinado, a priori, o termo de opção pelo novo sistema".

Os dirigentes afirmaram que "se as experiências do FGTS no meio urbano foram nocivas aos trabalhadores do ponto de vista social, no meio rural serão com maior razão". E lembraram que atualmente a Contag está num estágio de trabalho em que a luta se desenvolve em torno do pagamento do salário mínimo, do 13º salário, de horas extraordinárias e outras reivindicações.

## operários

ESP. 24-7-76

Os agentes da Polícia Federal de Londrina foram chamados ontem para dissolver uma greve de mil operários da construtora Hatcher do Brasil, que controla 70 por cento das instalações da Usina de Açúcar Central do Paraná, em Porecatu, depois que o delegado de polícia da cidade malogrou na tentativa de conter os trabalhadores.

Os operários revoltaram-se porque, nos salários que receberam sábado passado, não foi incluído o aumento

## POLICIA

## DISSOLVE

## GREVE

## DE

## MIL

## OPERARIOS

prometido pela empregadora em maio. As 8 horas da manhã de ontem, eles concentraram-se de frente do escritório da construtora, afirmando que só retornariam ao trabalho depois de receber o aumento prometido.

Como não pudessem resolver a questão, funcionários da empresa chamaram a polícia civil de Porecatu. Quando o delegado Leopoldo Boeng chegou, todavia, foi ameaçado de espancamento pelos grevistas, de-

sistindo de contê-los. Ele resolveu, então, pedir o auxílio da Polícia Federal em Londrina, cujos agentes dispersaram os operários, que retornaram às suas casas mas não trabalharam ontem.

Não se teve conhecimento de prisões e o gerente da usina, Gustavo Roberto de Sá Pereira, alegou que não houve greve e sim dispensa dos operários para que a fábrica fosse limpa para a visita de diretores do BADEP.

Cada trabalhador recebe

atualmente Cr\$ 3,20 por hora e o aumento prometido foi de 45 por cento, o que elevaria aquela importância a Cr\$ 4,60. Segundo o armador João Aquino Santana, os engenheiros da usina prometeram acertar a diferença no próximo sábado, concordando os trabalhadores em reiniciarem o serviço hoje. Durante o movimento, 2.500 funcionários, que não quiseram aderir, chegaram a ser apedrejados pelos grevistas.

## MOTORISTAS FAZEM GREVE

ESP. 16-8-76

Os 33 ônibus que a Auto Viação Tania possui, para fazer a linha entre o Parque Jabaquara e a Estação Rodoviária, 16 ficaram nas garagens, segunda-feira, pois os motoristas que deveriam movimentá-los — motoristas e cobradores — faltaram ao serviço.

Ao confirmar estas informações, Basílio Ay-ruth, um dos proprietários da empresa de ônibus, afirmou desconhecer o motivo das ausências. "Na verdade — disse — ninguém apresentou qualquer argumento forte ou reivindicação. Chegaram com desculpas variadas, desde doença da mulher até briga com o vizinho."

"Comunicamos o fato ao Deops, seus investigadores estiveram aqui e intimaram seis cobradores, que moravam juntos, na mesma pensão, a comparecer para prestar depoimentos, hoje (ontem) à tarde. Hoje, as coisas voltaram ao normal, mas todos os faltosos, principalmente os cobradores, serão despedidos. Para que os ônibus não deixassem de circular, pusemos até gente do escritório para ficar na cobrança das passagens", afirmou.

## OPERARIOS DO ABC DENUNCIAM

ESP. 23-7-76

O delegado regional do Trabalho, Vinicius Ferraz Torres, reuniu-se ontem, na sede da DRT com representantes da fábrica de pneus Firestone S.A., e do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Borracha de

Santo André. Durante o encontro, o dirigente sindical Sinésio Correia reiterou suas denúncias contra a empresa, que obriga os operários a trabalhar aos domingos, dando-lhes folga em dias da semana, e privando-

os do descanso dominical junto a família. A indústria também foi acusada de aplicar jornadas de trabalho de 12 horas, mas seu representante, o advogado Otávio Bueno Magano, esclareceu que esta irregularidade já fora solucionada pela direção da Firestone. Mas, por

outro lado, defendeu a necessidade da continuação do trabalho aos domingos.

O delegado Vinicius Ferraz Torres mostrou-se favorável a tese do domingo como descanso da família, embora admita as "exceções necessárias".

Os presidentes de diversos sindicatos de metalúrgicos do ABC reiteraram ontem, na sede da Federação dos Metalúrgicos, ao ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, várias denúncias contra as empresas Coferaz e SKF. Entre as denúncias, constam queixas sobre a suspensão ou redução do horário de almoço dos empregados, férias parceladas em quatro ou cinco vezes, de acordo com a conveniência das indústrias, reduções salariais e não comunicação da ocorrência de acidentes de trabalho.

Depois de participar da cerimônia de inauguração da nova sede da Associação Brasileira de Administração de Pessoal, em que o ministro ressaltou os objetivos governamentais de manutenção da paz social e da participação de seu Ministério para o cumprimento dessa meta, Arnaldo Prieto dirigiu-se para a sede da Fe-

## metalúrgicos do abc denunciam

ESP-27-7-76  
deração onde ouviu denúncias não só com relação as empresas, mas também quanto a ineficiência da fiscalização e das reuniões com representantes da Delegacia Regional do Trabalho.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Benedito Marcellio, afirmou que nenhuma das tentativas realizadas até o momento para que a Coferaz regularizasse a situação obteve resultado. A empresa continua exigindo 12 horas de trabalho diárias, não dá horário para almoço, reduziu os salários-hora de 10 para 8 cruzeiros e 50 centavos, além de conseguir falso testemunho para despedir "por justa causa" o operário que tenta recorrer a Justiça.

Da mesma forma foram inúteis, segundo o presidente do sindicato da classe, em Guarulhos, as tentativas para regularização desses problemas com a SKF. A empresa reduziu o horário de almoço para 42 minutos e respeitou por apenas 15 dias decisão assumida em reunião com membros da Delegacia Regional do Ministério, no sentido de conceder uma hora para a refeição. Segundo justificativa dos empresários, existe um processo no Ministério solicitando a redução da hora do almoço. Ontem, o presidente do sindicato pediu para que o ministro indefinisse esse pedido e afirmou que cerca de 400 operários entraram com processo para solicitar pagamento em horas extras dos 18 minutos

descontados de seu horário de almoço.

Os dirigentes sindicais criticaram ainda a legislação referente aos acidentes de trabalho. Para reduzir as taxas pagas com esses acidentes, as empresas passaram a não comunicar sua ocorrência. Segundo os dirigentes, o médico da empresa cuida do operário ou obriga a trabalhar em seguida. Quando o acidente é leve, exige que o operário bata cartão diariamente — mesmo sem trabalhar — para que a empresa tenha condições de esconder o acidente.

Os dirigentes sindicais solicitaram ainda uma revisão no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, pois muitos empregados recebiam mais com a legislação antiga. Além disso, voltaram a insistir para que o governo encontre uma fórmula para amenizar o problema da perda do poder aquisitivo dos salários.

(...)

"Eu sempre fui metalúrgico, desde o meu primeiro emprego, que foi de pintor, quando abri a Volkswagen. Depois eu saí, trabalhei por conta própria, andei em outras firmas e tornei a ir de novo pra Volks. Agora faz pouco tempo que eu saí, tô nessa firminha pequena, acho o serviço melhor, não tem essa de linha de montagem, que acaba com o gosto da gente."

Ao lado de Vitor um rapaz de bigodes grossos presta atenção na conversa, e diz: eu também acho que esse negócio de linha de montagem é a escravidão. Eu trabalho nisso faz dois anos, montando câmbio, antes a gente tinha 1 minuto e meio pra fazer a parte, agora diminuíram pra 50 segundos, a gente parece louco, não dá nem pra piscar."

O ônibus, de parada em parada, vai ficando cada vez mais cheio. É impossível mover-se e todos estão sonolentos.

Um velho, o braço apoiado no encosto de um banco, cochila. Vitor aponta-o sorrindo: "a gente fica mesmo derreado, de sono. As firmas grande, que nem a Volks, exige que a gente faça hora extra todo dia. Se não faz, fica marcado, cai no conceito do capataz e sofre uma porção de desvantagem. Eu por exemplo, tava estudando madureza e não queria ficar todo dia de hora extra, porque senão não dava tempo nem pra dormir. Eu tinha que entrar na Volks às 4 e meia da tarde e só saía às 6 da manhã do outro dia. Quer dizer eu tinha 13 horas e meia de serviço. Depois eu ia chegar em casa às 7. Ai comia alguma coisa e dormia até às 11,30, pra acordar e ir pra escola de madureza. Ficava lá até às 4 e ia de novo trabalhar. Não tem jeito, não tem cristão que aguenta. Dormindo pouco desse jeito, 3, 4 horas por dia o trabalhador não pode ter um gosto na vida. E lá ainda a gente precisa trabalhar no sábado, é a mesma história da hora extra, se não vai, eles dão desvantagem na ficha da gente. Pode olhar na minha carteira de trabalho. Antes de eu começar a madureza, fazia muita hora extra, teve aumento de três em três mês até, depois fiquei um ano inteiro congelado."

"Depois tem outra coisa", prossegue Vitor, "a gente fica com sono e fica que nem anestesiado, não presta atenção direito no que tá fazendo e acaba tendo acidente. Tem muito acidente nessas fábricas; eles têm a Comissão de Prevenção, quando a gente é novito eles convidam pra uma conversa e explicam as regras, como é que deve fazer, tudo de segurança, pra não ter acidente. Mas trabalhando tanto, a gente nem sabe direito o que tá fazendo e faz besteira. Eles, nas fábricas, diz que é os operários quem quer hora extra. Mas pode perguntar pra qualquer um; ninguém gosta. Só faz mesmo porque é obrigar, tem necessidade. E precisa também do dinheiro, porque a vida tá cara de verdade e sem dinheiro a gente não tem como viver."

## VITOR o metalúrgico

MOVIMENTO 29-6-76

O ônibus prossegue, lentamente, parando nas sinalizas, sempre apinhado e sacolejante. Vitor continua falar, quase sem tomar fôlego: "Tem um jeito de melhorar a vida pra nós, é fácil, eles devia era pagar um salário melhor, mais de acordo e não deviam exigir tanta hora extra. Só isso já melhorava a vida da gente."

"Aqui quase ninguém trabalha em firma grande, as firmas grande dão condução pros empregados, leva e traz todo dia e no fim do mês cobra uma taxa, agora parece que é de 15 cruzeiros. As firmas grandes dão muita vantagem, mas chupam até o tutano da gente. Eles vendem almoço baratinho, não atrasam pagamento, dão assistência. Mas a gente tem que trabalhar que nem louco senão não presta. Eu já vi muito operário desmaiar na linha de montagem, a gente fica naquela de virar pra lá e pra cá, a linha vai andando, andando, e tem dia, se não vem o substituto a gente não pode nem ir no banheiro. E isso acontece sempre."

O rapaz de bigode confirma: "isso é verdade, eu agora tou de licença, vou fazer uma operação de apendicite, mas o dia que eu senti mal, não tinha substituto e o chefe da seção não me deixou sair, fiquei mais de uma hora aguentando a dor. Me deu uma raiva danada, mas a linha de montagem fica passando e não tinha jeito de sair."

"Uma das coisas mais ruim que eu acho nessas firmas", diz Vitor, "é que a gente nem pode conversar com os colegas, fica o dia inteiro sozinho, ocê trabalha anos com um colega e as vez nunca trocou uma prosa com ele. Fica na rua e nem reconhece. Não é que nem numa oficina mecânica, numa firma pequena, quando todo mundo fala, bebe uma cachaca na esquina, fica amigo, dá gosto. Vitor fica expremido na borboleta e o cobrador manda que ele passe, mas não há espaço na frente. "Só se trepar nas costas dos outros, diz Vitor, e o cobrador não responde. O rapaz de bigode está com todos os documentos no bolso da camisa, vai indo fazer os exames médicos, preparatórios para a operação. Marcaram as oito horas, mas ele preferiu ir mais cedo, com medo de ter que enfrentar fila: "sabe como é, se tive, fia eu vou ser dos primeiros. Ainda me dói um pouco, e se o sol esquentar e pegar a gente na fila é capaz de fazer mal."

Vitor concorda e diz: "acho melhor ir no sindicato, lá eles atende a gente mais direito do que o INPS, tem menos gente." O rapaz de bigode diz que não vai lá porque não é sócio do sindicato: "eu não sou sócio e nem vou ficar enquanto eles num fizer alguma coisa pra gente. Médico e remédio mais barato a firma dá, não precisa do sindicato."

Vitor não concorda: "que nada, o sindicato pode ajudar muito, ele é a união de nós, só assim dá pra gente enfrentar a firma de igual."

Vitor pergunta: "quanto e que a Volks tá pagando agora?" O rapaz responde: "varia muito: o pessoal da pintura, por exemplo, tá com 9,50 por hora, mas tem gente na linha de montagem que recebe, 7,00 por hora. A gente fazendo umas extras, dá pra tirar uns mil e poucos por mês." Vitor sorri e diz que também está tirando uns mil e poucos e trabalha mais livre. O rapaz não concorda e acha que trabalhar na Volks é melhor, tem mais segurança.

"Isso é porque você ainda é novo na linha de montagem", diz Vitor, "quero ver quanto tempo você vai aguentar o rojão. O rapaz de bigode vai para frente, proe, ande se está no ponto de descer. Vitor permanece em pé e comenta: esse rapaz não tá entendendo nada já foi o tempo que as firmas grandes eram melhor do que as outras. No começo, trabalhei na Volks, na Mercedes, era uma beleza, eles pagavam melhor, dava férias, tudo certo. A gente tava acostumado a não receber direito, foi uma beleza quando elas abriram as fábricas aqui. Mas agora não, toda firminha já paga direito, tem as mesmas coisas das grandes e é mais livre de trabalhar."

"Hoje eu saí um pouco mais cedo", diz Vitor, "todo dia o ônibus tem atrasado nesse trânsito e a gente arrisca chegar atrasado. E se atrasa tem desconto da manhã. Ganhando o que a gente ganha se ainda tem mais desconto, não dá nem pro começo. Só de almoço, nos meus dois cômodos, nós pagamos 600,00. Tenho que pagar a escola minha e as despesas dos meus. Tira a comida, não sobra nada, a gente trabalha por conta do atrasado. Nas firmas grandes tem a Cooperativa que eles fazem pra ajudar a gente. Mas eu acho que a cooperativa é que enterra muito nego. Na cooperativa eles vende mais barato, dão vale, desconta no fim do mês. A gente vai lá, vê aquelas coisas tudo, a mulher pede isso, pede aquilo, a gente vai comprando. Parece que uma coisa puxa a gente pra compra. E a gente gasta o que não pode, nem vê, porque só vai pagar no fim do mês. Ai chega no dia do pagamento o dinheiro vem descontado, não dá pras despesas, tem que fazer outro vale. No outro mês é a mesma coisa, a gente nunca mais sai disso. Eu sei que isso é culpa da gente mesmo, que compra sem poder, mas eu sei que todo mundo tá sempre devendo na cooperativa. Tem sujeito que e desperdiça e o Fundo de Garantia nem dá pra pagar o que ele deve."

"Não sei não, diz Vitor, mas antes, a gente tinha uma esperança, as coisas tinha cara de que ia melhorar. Mas agora não sei, parece que a gente anda meio sem esperança, não sei se estou ficando velho ou se a vida anda mais sem gosto mesmo."

# mulheres

Jornal NOS MULHERES - julho/76

**Dora e Ana são operárias.** Dora tem 29 anos, é casada com Zé e os dois tem tres filhos. Ela já trabalhou em indústrias metalúrgicas e têxteis e agora está desempregada, estudando no Senai. Ana também é operária, tem 27 anos e um filho.

**Dora:** Olha gente, eu vou falar um pouco sobre experiências que a gente tem. A maior dificuldade que a gente tem é principalmente quando a gente é casada e é dona de casa e ao mesmo tempo mãe. Porque às vezes, a gente chega numa fábrica e pede pra arrumar um serviço. Então eles podem estar precisando de serviço, na hora, mas assim que eles pedem o documento da gente e olham, eles falam: «Ah, é uma pena, mas você é casada, você tem filho, então você vai ter problema e a gente não pode pegar esse tipo de pessoa.» Outro problema é com as crianças, é não ter com quem deixar. Eu fiquei sem trabalhar algum tempo porque as crianças eram pequenas e não tinha com quem deixar.

**Ana:** Na metalúrgica e na elétrica, que são as fábricas que pagam um pouco mais que o salário, encontramos as operárias mais jovens. Eles empregam as que tem entre 25 e 28 anos, a maior parte até 25 anos mesmo. Mesmo que a mulher seja casada, ela tá lá como solteira e mente quanto a idade sempre que pode. É que lá ganha mais - em geral pagam até duzentos cruzeiros mais que o salário por mes.

**Dora:** Meus filhos agora já estão um pouquinho grandes. Eu tenho uma filha de onze anos, um menino de nove e outro de sete. Então, eles já se viram e ficam em casa sozinhos, a menina e o menino mais velhos, eles vão na aula de manhã e o mais pequeno vai na aula à tarde. Então, ou já deixo comida pronta e na hora do almoço eles esquentam a comida e comem e na hora de ir pra escola eles se viram também. Eles levantam, eles se arrumam, vão pra escola, e os afazeres domésticos a gente divide. vezes quando não dava tempo, então a gente ajudava ele fazer a marmita. Mas a maioria das vezes a gente não tinha nem tempo de se conversar, principalmente a gente casal, porque na maioria das vezes, quando eu saía, ele não tinha chegado ainda e quando eu chegava, tava na hora dele sair. Então ficava um problema muito difícil sabe? Mas eu e meu marido, a gente dividia as tarefas da casa.

Teve uma época que eu trabalhava de dia e ele de noite. Então eu saía de manhã e ele ainda não tinha chegado. Então o que eu podia deixar pronto, eu deixava. Se eu tinha lavado a roupa, quando ele chegava de manhã, ele estendia a roupa. E às vezes, na hora que eu chegava, à tarde, ele estava quase saindo pro serviço. Às vezes, quando dava, ele já tinha dormido um pouco, ele fazia a janta pra mim.

**Dora:** Eu vou falar um pouquinho sobre em que as mulheres trabalham principalmente. Elas trabalham mais nas metalúrgicas e nas têxteis. Isso aí é um pouquinho de que eu tenho experiência. Nas metalúrgicas as mulheres trabalham mais na linha de produção e na linha de montagem, nas máquinas operadoras, prensas e reatores. E um número muito pequeno de mulheres trabalham no controle de qualidade. E, nas empresas têxteis, as mulheres trabalham mais na faixa da fição, tecelagem e nas rocas, enrolando linhas. No trabalho que eu faço, a mulher não faz certas coisas. Mas não faz porque eles não dão oportunidade pra gente. Porque eu acho que, pelo menos nos setores que eu trabalhei, todo tipo de trabalho que os homens fazem, a gente poderia fazer. Porque nas fábricas eletrônicas os serviços não são

# operárias

muito pesados. O único serviço que a gente não faz é serviço mecânico, eletricista. Mas eu acho que se a gente tivesse oportunidade, a gente faria.

**Ana:** É muito difícil pra mulher aprender uma profissão. Fora da seção dela, nem se fala. Na sua seção, se alguém aprende o trabalho da outra é porque ela pega a hora do almoço, a hora do jantar, nas não na hora do trabalho. Então algumas aprendem o trabalho em outras máquinas porque na hora do seu descanso vai trabalhar pra aprender. Mas não que tenham oportunidade de aprender. Às vezes acontece que um determinado tipo de máquina envolve muita gente. Então ela vai praquela máquina. Ai é que ela vai aprender, mas por necessidade do próprio trabalho e não para que ela aprenda.

**Dora:** A gente é meio vigiada também. A gente não pode ter amizades, a gente não pode conversar quase com ninguém, então a gente tem que dar aquela máxima atenção às máquinas. A gente só trabalha, trabalha, a gente fica tão cansada, tão exausta, que a gente não tem coragem pra nada. Quando a gente chega em casa, a única coisa que a gente pensa é em deitar e dormir pra começar no outro dia novamente. Na fábrica que eu trabalhava, a gente não podia nem olhar pra outra pessoa que o encarregado já estava em cima. O principal lá era a produção. Eu era obrigada a fazer todo o acabamento de tres peças enquanto a máquina operava mais uma. Então, enquanto a máquina fazia mais tres peças, eu teria que fazer todo o acabamento de tres peças já prontas, empilhar em camadas de dez e embalar. E tudo isso em 3 segundos. Então quer dizer que a gente fazia todo o acabamento de tres peças, empilhava e embalava, em meio minuto e oito segundos. De vez em quando, eles chegavam perto da gente e falavam: «Olha, você não tá dando conta da produção». Eu falava assim: «Olha, mas eu não sou máquina, e mesmo que eu fosse, não daria conta porque do jeito que eu vivo!» Então eu contava um pouco da minha situação. E falava pra eles que eu tinha tres filhos, que eu cuidava da casa, que eu estudava. Além disso, eu não tinha tempo nem de dormir pra poder ir trabalhar no outro dia. Então eu não tinha mesino condição de chegar a esta produção que eles queriam. Eu fazia de tudo, mas eu não conseguia dar conta da produção, de jeito nenhum. No dia em que fui mandada embora tava faltando dois dias pra vencer os tres meses de experiência. Eles falavam assim que se a gente fizesse mais de 60 por cento da produção, que a gente passava no teste. E eu fazia mais de 60 por cento. E a única coisa que eles falaram foi que eu não fui aprovada na experiência. Simplesmente, sabe? E que por isto, infelizmente, eu não tinha tido a «sorte» de ficar lá.

**Ana:** Numa firma também que eu trabalhei as meninas são muito submetidas. Inclusive, dentro da seção, as meninas não podem ir no banheiro. Tem firmas que tem bastante funcionários e não tem banheiro pra todo mundo. Nessa firma tinha bastante banheiro e as mulheres não podiam usar, pra não perder tempo. Porque a gente trabalhava na linha e se a gente saísse da linha, ia atrasar o serviço. Então a gente era obrigada a ficar na linha das seis às onze horas, que era a hora do almoço. Então, na hora que era pra gente ir almoçar, ir pro refeitório, a gente tinha que ir pro banheiro. E as meninas que eram pra substituir a gente na linha eram tão sobrecarregadas que não tinha condição de ficar no lugar da gente.

**Ana:** Dentro da indústria eletrônica, de montagem de rádio, os trabalhos em geral são difíceis, são trabalhos de linha. Tem que aprender a trabalhar com a linha andando. As peças são muito pequenas, exigem uma adaptação dos dedos. Veja só, por exemplo, numa montagem de rádio mais especializado, desses de carro - AM, FM. Esses rádios tem uma placa desse tamanhinho, que tem montada atrás 187 peças. O lugar de encaixar é minúsculo. No começo os dedos ficam todos feridos pra encaixar aquelas pecinhas. As mais novas, pra se adaptar funciona. Se adaptam em menos de um mês. Nesse mês, a turma tem crises de nervos, desmaia, é muita exigência. Tem que ficar lá, naquele ritmo. É mais difícil quanto menor for a peça. E a linha anda num ritmo só, em todas as posições, se a peça é muito pequena, é muito difícil de encaixar. Então, a linha andando a 270 por hora, pra encaixar seis peças tem que ser super-habilidoso. Então, de vez em quando, o encarregado chama a operária nova e diz: «Olha, você se esforça, ve como as outras mulheres já fazem bem. Isso é só questão de adaptação. Você se adaptando logo a esta posição que você está, que é uma posição difícil, você logo será promovida. Se você for bem na experiência, você vai ver que não demora muito a sua promoção».

Então, o que acontece é que esse pessoal fica com a ilusão da promoção. Então, é o seguinte: numa linha de setenta, oitenta pessoas, existem três encarregadas, que são as promovidas. Essas encarregadas ganham 5,10 cruzeiros por hora. Depois, nesta linha, existem os que distribuem material. Tem que conhecer todo material, todo tipo, material de cada posição, conhecer todas as diferenças. Por exemplo: as resistências são muita pequenas e num rádio transistorizado, desses bem especializados, existem umas 60 resistências. A única diferença entre elas é um risquinho que muda a cor. Então precisa mesmo ter muita capacidade pra distinguir, não colocar peças misturadas. Esses distribuidores de material ganham 3,70 ou 3,80 cruzeiros por hora. É uma promoção. Numa linha de setenta ou oitenta pessoas, tem dois distribuidores de material. O que é promoção também é que numa linha dessas, seis meninas ficam no final da linha e inspecionam se as peças estão no lugar; estas ganham 4,20 cruzeiros por hora.

Existe um outro tipo também de exploração de sexo que o pessoal faz dentro das fábricas. É o seguinte: os chefes ou os profissionais categorizados ganham as meninas na conversa pra tirar umas fotografias suas. Então as meninas tiram as fotos e depois eles fazem uma rifa entre eles, concursos, e ganham dinheiro assim, sabe? E as fotos, conforme o tipo de menina, tem um preço.

**Dora:** Sempre quando a gente vai preencher uma ficha numa indústria, uma coisa muito necessária que eles falam é que a gente é obrigada a fazer hora-extra. Então, como a gente tá precisando mesmo do serviço, a gente assina, e depois a gente fica naquela situação, né? Porque a gente assinou, mas ao mesmo tempo a gente muitas vezes não pode fazer. E quando a gente não faz, a gente é cortado imediatamente, pra não dar mau-exemplo pros outros.

**Zé:** Eles obrigam a gente a fazer hora-extra no período de experiência. Então, a gente faz pra segurar o emprego, até que termina a experiência. Depois que termina, então a gente para de fazer. Eles exigem essas horas-extras que é pra aumentar mais a produção pra eles. Pra evitar de por outro empregado, de pagar os direitos de outro empregado. Quer dizer que eles usam esta técnica de obrigar a fazer hora-extra pra não ter que pagar o fundo de garantia, o registro de outro empregado.

**Olga, tecelã durante 22 anos, agora afastada de trabalho em consequência das próprias condições de seu trabalho, casada, fala de sua experiência como mulher trabalhadora e dona de casa.**

Não sei se você conhece uma tecelagem: a gente tem que passar o fio numa malhinha muito pequenininha e depois o pente é mais ou menos como o barquinho de uma agulha e você tem que enfiar os fios um por vez. E os pentes são muitos fininhos, muito mais fino que pente fino, e você tem que ter uma lâmpada perto e uma vista muito boa. As luzes geralmente ficam muito embaixo pra você enxergar e nesse caso ela esquenta. A temperatura lá dentro não é brincadeira, é sempre quente. Agora você sai lá fora embaixo da chuva, é fogo. Tanto que eu fiquei com quatro bicos de pagão - é uma calcificação na espinha, de friagem de ir ao banheiro na chuva. E a luz prejudica os olhos, a maioria do pessoal usa óculos, eu também uso. As condições de trabalho em geral são uma tristeza. Geralmente não se tem bebedouro, a pessoa tem que levar uma moringuinha de água e por embaixo dos teares. Agora, não, ultimamente parece que estão dando em cima e está havendo um pouco de limpeza. Mas no tempo que eu estava trabalhando era uma porcaria. Não tinha lugar pra comer, não tinha lugar pra sentar. As vezes você comia mesmo no meio dos teares, sentava num banquinho ou caixão, na caixa das espulas, e comia aí mesmo, amontoada como qualquer coisa, uma coisa triste.

- Mas quem é que vai andar atrás da lei? Quem olha a lei? Os fiscais entram aí, entram no dinheiro e pronto. Não verificam e se verificam fazem olho cego. O sindicato, quando a gente reclama, aí eles tomam providência, mas a maioria tem medo de prejudicar a firma, medo de criar encrenca. Eu sempre tive as costas quentes no sindicato e como sou sócia há muito tempo então eu falava: «Vamos abrir um processo, que eu entro primeiro, eu assino em primeiro lugar», porque ninguém quer ser a cabeça. Então eu assinava em primeiro lugar e todo mundo assinava depois de mim - as que iam entrar no processo. Aí eu era mandada embora e as outras ficavam na fábrica. É. Mas eu nunca sai sem o meu não. Não me preocupo porque eu era mandada embora mas eu recebia o meu dinheiro. Não perdi uma, porque eu sempre lutava por uma causa justa. Eu nunca briguei por brigar. Eu brigo porque está errado mesmo. Então, no contrato, o quanto você faz, você ganha. Mas se a máquina está quebrada, você não ganha nada. Então você podia ficar dormindo. Agora - você tem que ir lá e não ganha nada. Quando é hora de limpeza, então, sábado, é que é o pior período. Eles param a firma e você tem que limpar as máquinas, vai limpar as máquinas de graça, pois foi você que sujou. Então, não tá certo eu limpar a máquina porque fui eu que sujei. Porque, que eu sujei, tá certo, mas eu saí de casa pra ganhar dinheiro e não pra fazer limpeza de graça pra eles. Eles não fazem nada de graça pra mim. Então eu deixava acumular meia hora ou uma hora por dia, ou por semana durante dois anos. Eu tinha direito de dois anos pra cá, abrindo processo. Aí eu abria processo e recebia todas aquelas horas de dois anos passados para cá, mas aí eles me mandavam embora e eu ia trabalhar noutro lugar.

## NEGADA MODIFICAÇÕES NO FGTS

ESP-6-8-76

O ministro da Previdência Social, Nascimento e Silva, negou ontem, em Brasília, a existência de qualquer estudo, na área de sua

Pasta, sobre mudança no mecanismo de saque do Fundo de Garantia. O mesmo desmentido foi feito ontem, em São Paulo, pelo

ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto. Essas declarações foram motivadas pela recente informação do ministro da Fazenda de que aqueles estudos estariam sendo conduzidos pelos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho.

O ministro Mário Simonsen havia dito que o excesso de saques do FGTS está estimulando a rotatividade de mão-de-obra, além de gerar um consumo artificial, com reflexos negativos na economia.

Lázaro Maciel, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André — declarou ontem que a rotatividade gerada pelo FGTS prejudica 90 por cento dos 40 mil metalúrgicos não especializados de Santo André, Mauá e Ribeirão Pires. "Para a minoria especializada — explicou — não há problemas, porque o mercado é concorrido e as empresas não querem demiti-los".

#### CONGRESSO 2-8-76

Tendo em vista os altos índices de acidentes do trabalho e doenças profissionais na construção civil brasileira onde prestam serviços cerca de 1,6 milhão de pessoas o 1º Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes na Construção concluiu ontem que o Ministério do Trabalho deve ter competência para interditar total ou parcialmente as obras, quando apresentarem grave risco à saúde dos trabalhadores.

#### DESEMPREGO

##### Itaipu

ESP-31-7-76

Atraídos pela construção da hidrelétrica de Itaipu, mais de 100 migrantes estão chegando diariamente a Foz do Iguaçu, no Sudoeste do Paraná. Entretanto, a grande maioria deles, por se tratar de mão de obra desqualificada, está condenada à marginalização e ao subemprego, porque a empresa binacional só vem admitindo especialistas.

##### Estaleiros 23-7-76

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói está tentando manter contato com o delegado regional do Trabalho do Rio, Luís Carlos de Brito, para denunciar a ameaça de demissão que o estaleiro McLaren vem fazendo aos empregados que pretendem receber adicional insalubridade.

A empresa já despediu 57 funcionários que exigiram o pagamento daquela vantagem na Justiça, ganhando a causa.

O editorial abaixo - DESEMPREGO - foi publicado pelo jornal Independência Operária - ano III - julho/ag.76

EDITORIAL:

## desemprego

Este assunto não é novo para os que leem Independência Operária. Nosso jornal foi um dos primeiros a prever a situação do desemprego no Brasil.

E os dados estão aí para quem quiser ver: atualmente existem cerca de 2 milhões e 500 mil desempregados no país. Some-se ainda a isso sete milhões e meio de sub-empregados (trabalhadores que vivem de biscotes, empregos temporários, camelôs, vendedores de bilhetes, etc). Estes dados são fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - órgão do governo).

Podemos sentir esta situação todos os dias, seja na instabilidade dos empregos (por qualquer coisa os patrões nos põem no olho da rua), seja no aumento da marginalidade, seja no imenso exército de trabalhadores batendo às portas das fábricas pedindo emprego.

#### O GOVERNO DOS PATRÕES, O QUE FAZ?

As últimas medidas do governo são de assustar, companheiros. Para conter o aumento dos preços o governo resolveu aumentar as taxas de juros e diminuir o crédito ao consumidor. A que levam essas medidas?

Vejam os primeiro caso: quando uma indústria não encontra crédito nos bancos ou nas financeiras, ou quando os empréstimos custam muito caro (juros altos), ela faz três coisas: 1) deixa de comprar matéria prima para fabricar os produtos; 2) não aumenta a produção e com isso não cria mais empregos e 3) atrasa o pagamento dos salários ou despede os trabalhadores.

No segundo caso o que acontece é o seguinte: com a restrição do crédito ao consumidor, aumentam o valor das prestações e diminuem os prazos de pagamento. Esta situação faz com que muita gente não consiga mais comprar a crédito nas lojas. Com esta queda nas vendas, as lojas, além de despedir seus empregados, encomendam menos artigos nas fábricas. E por fim estas terão que diminuir a produção. O que, na linguagem dos patrões, significa que vai aumentar o desemprego para que não diminuam os seus lucros.

Estas medidas são as mesmas que todos os países capitalistas adotam quando estão em crise, o que nos mostra que o capitalismo é um sistema que só serve para os patrões e só traz sacrifícios e miséria para os trabalhadores, que são a grande maioria da população.

#### E NÓS, O QUE DEVEMOS FAZER?

Em primeiro lugar, devemos nos organizar em cada fábrica, banco, loja, em todos os locais de trabalho e nos sindicatos, para impedir que mandem embora qualquer colega nosso.

Se por causa da crise a produção e as vendas diminuem, que nenhum trabalhador seja despedido. Devemos exigir MENOS HORAS DE TRABALHO E O MESMO SALÁRIO. Assim, quem pagará a crise são os que a fizeram: os patrões.

E quanto aos que já estão desempregados, que o governo pague um seguro-desemprego, igual ao último salário recebido pelo trabalhador, até que ele encontre novo emprego. Assim, o governo deixaria de gastar dinheiro em propagandas bestas como esta que diz que "este é um país que vai para a frente", e o empregaria onde é necessário.

Pois, do jeito que os patrões e o governo querem, este é um país que vai para o desemprego massivo, não para a frente.

Companheiros,

o que está em jogo é, por um lado, a conversa fiada do governo e o lucro dos patrões e por outro a nossa sobrevivência.

Vamos nos unir nos locais de trabalho e nos sindicatos e exigir:

QUE NINGUÉM SEJA DESPIDO:

QUE OS PATRÕES PAGUEM PELA CRISE!

São quase quatro mil pessoas, chegando daqui e dali. Eles estão vindo das zonas Oeste, Leste e Sul de São Paulo e muitos não conseguem lugar no amplo salão aberto do colégio Santa Maria.

Neste domingo em Santo Amaro, São Paulo, os moradores da periferia ("a gente viajou mais de duas horas pra chegar") vêm falar, discutir, trazer depoimentos e reivindicações.

Do lado de fora do salão, no gramado, as mães cuidam das crianças de colo.

La dentro, vai começar a discussão sobre custo de vida.

## 4 mil pessoas na assembleia do custo de vida

A grande assembleia, de 4 mil pessoas, com a presença da imprensa e deputados do MDB, não compareceu nenhuma autoridade executiva, embora tivessem recebido convites. No salão, as pessoas se amontoam, interessadas, e aplaudem muito quando a mesa entrega a carta das mulheres, com 19 mil assinaturas - dirigida ao presidente e autoridades - recebida por Dom Mauro Morelli, bispo auxiliar da região Sul.

- "Aos que ainda têm esperança no coração e se reúnem para discutir problemas de custo de vida, disse ele, em nome do Cardeal quero me alegrar desse fato bastante significativo. O povo nunca pode ficar passivo vendo a locomotiva passar, temos de ser sujeitos da nossa história. Para quem é cristão, tudo o que abafa, tudo o que pisa, tudo o que machuca, tudo o que impede, tudo o que elimina a vida, fala ao nosso coração e à nossa responsabilidade. Levarei essas assinaturas das mãos calejadas de muitas mães a D. Evaristo. Essas assinaturas não serão jogadas fora, serão guardadas junto à consciência e ao coração da Igreja de Deus em São Paulo".

Agora, uma mulher chega ao microfone para ler o resultado da pesquisa do custo de vida. (publicada no cb 11, pag. 20: "Custo de Vida e Salário Mínimo")

O trabalho foi feito em 75, e atualizado este ano:

Tudo subiu muito. Portanto, a pesquisa mostra que não pode continuar a situação desse jeito. Mostra que o salário é como um caminhão carregado na subida: sobe bem devagarzinho. E o custo de vida parece um carro de corrida: sobe sem parar. Por isso todas nós, as mulheres e mães de família achamos que as autoridades têm que tomar providências imediatas para resolver essa situação".

Outro relato, sobre custo de vida e salário, é muito aplaudido. Ele explica que a situação vem se agravando "desde a implantação da política salarial do governo, há 11 anos, que eliminou a livre negociação de salários diretamente entre patrões e operários".

- Os trabalhadores hoje, para recuperar tudo o que foi perdido com a alta do custo de vida, deveriam receber um aumento de 312%, e não 44% como foi este ano. O salário mínimo deveria ser de Cr\$ 1.818,47.

- Por que o salário mínimo calculado pelo governo está muito abaixo do que deveria ser? Parece-nos que isto se deve ao fato de que o governo fixa os gastos mínimos do trabalhador, baseado em dados que não correspondem à realidade. Vejamos a tabela elaborada pelo governo:

Alimentação - Cr\$ 414,72; Habitação - Cr\$ 215,04; Vestuário - Cr\$ 84,48; Higiene - Cr\$ 46,08; Transportes Cr\$ 7,68; Total: Cr\$ 768,00.

Os 7 cruzeiros e 68 centavos do transporte foram os mais vaiados.

- É importante lembrar que educação, saúde e lazer não entram nesses cálculos. Quanto à habitação, com Cr\$ 215,00 não se aluga nem um barraco na favela, em qualquer capital do país. E com Cr\$ 7,68 não dá para o operário pegar o trem nem uma semana, quanto mais o ônibus a Cr\$ 1,20 durante três dias, (palmas). O resultado desses cálculos absurdos é um enorme prejuízo para

BRASIL MULHER • Ano 1 • nº 3 • 1976

o grande número de trabalhadores que ganham o mínimo. Será que educação, saúde e lazer não são direitos para todos os trabalhadores? (palmas). E se tratando da mulher que trabalha fora de casa, além desse prejuízo, ela vem sendo atingida por graves injustiças: recebe um salário menor do que os homens, apesar de realizar o mesmo trabalho e, além disso, as leis que deveriam protegê-la no seu trabalho são constantemente desrespeitadas, (palmas). As consequências que essa situação nos traz são muito sérias. A Organização Mundial de Saúde calcula que 40% da população brasileira é subnutrida. Essa subnutrição é a marmita de arroz com ovo frito, prá sustentar 13 ou 14 horas por dia de trabalho. O trabalhador faz horas extras prá ver se alivia um pouco essa dureza. Mas não alivia, porque essas horas extras, além de nos afastar do convívio familiar, aumentam o cansaço. Isso tudo, ao lado da má alimentação e do aumento do ritmo de produção, está trazendo mais um título para o Brasil: o de campeão mundial de acidentes no trabalho. A cada ano o país se desenvolve e aumenta a riqueza produzida pelos trabalhadores.

Sendo nós os responsáveis por todo esse desenvolvimento, é justo que reivindicemos a nossa participação nele

São mais de 20 depoimentos do povo, são muitas as mulheres que vão falando, são homens que contam seus problemas:

- Todo mundo sofre. Em bairros afastados como o meu não tem asfalto, quando chove não tem ônibus, mesmo com boa vontade dos motoristas eles não podem passar, os trabalhadores perdem dias de serviço, a condução não vem até nós. A gente paga lotação o dobro do que paga o ônibus. Isso traz problemas sérios. As crianças não podem ir na escola, elas se sujam tanto que, quando chegam, não podem sentar nas cadeiras. As professoras não conseguem chegar no Grupo, muitas crianças passam semanas sem aula. Nós ficamos sem luz, há casos de morte porque às vezes cai um fio e até chegar ao telefone, até chamar a Light e a Light vir, demora muito. Um trabalhador morreu eletrocutado porque pisou numa poça d'água com fio elétrico dentro. Agora, cobrar alto a Light cobra. Se ficar dois dias sem pagar a luz, eles cortam. Muitas crianças não dormem com a luz apagada. Para que não chorem, e atraiam os pais que têm de sair às 4 da manhã, muitas mães tiram o pão da boca de seus filhos, prá pagar a luz (palmas). Não é certo. Nos bairros de alta sociedade a gente vê ruas inteiras asfaltadas e com luz, para uma só residência. E nós, que trabalhamos de sol a sol, temos que andar na chuva, na lama? Não é certo. Vim pedir para que se unam todos e participem de movimentos para asfaltar as ruas da periferia.

O homem mora na zona Leste de São Paulo e fala sobre os trens de subúrbios:

- O trem sai lotado, pingente vai entre as estações.

Operário morre de tome, morre de acidente do trabalho e se sujeita a morrer em acidente a caminho do trabalho, (palmas). Queria que as autoridades pusessem a mão na consciência e dissessem porque razão se diz que o Brasil é um país que vai pra frente? Prá frente como?

O homem lembra os imigrantes e pergunta:

— Como o país vai pra frente se aumenta o número de imigrantes do Norte e Nordeste, mão-de-obra barata? Por que o governo não melhora o Nordeste? (palmas) Eles trabalham aqui sem condições, têm má alimentação. Por que o governo não põe máquinas suficientes para que o Nordeste tenha as mesmas condições dos povos da cidade grande? Por que obriga as pessoas a vir trabalhar aqui de graça, ganhando um terço do mínimo?

E as crianças que ficam na rua enquanto os pais trabalham? E a mulher "que tem de trabalhar no que não gosta só pra me ajudar?" E o lixo que se acumula nas ruas, vira brinquedo para as crianças? E a imobiliária que não aluga dois cômodos pra quem tem muitos filhos? E nossos filhos que morrem de verminose? E o pai de sete filhos que morre, a mãe viúva vai lavar roupa enquanto eles ficam marginalizados? E os cem cruzeiros de taxa para matrícula nas escolas, quem pode?

— Somos mulheres obrigadas a trabalhar fora, nossos filhos ficam trancados em casa ou pelas ruas. Por quê? Começamos a luta pela creche, com abaixo assinados, faz dois anos. Fomos na secretaria do Bem Estar Social, andamos de um lado pro outro gastando dinheiro de condução, sem comer. Disseram que não estão mais construindo creches. As firmas com mais de cem empregados, são obrigadas por lei a ter creche. Mas não têm, (palmas).

As propostas são encaminhadas e aclamadas: congelamento de preços, aumento de salários e abono de emergência; organização de cooperativas de abastecimento nos bairros da periferia; construção de creches.

Dom Mauro Morelli fala sobre os 500 milhões de dólares que serão gastos na construção do aeroporto supersônico de Ibiúna, "um luxo desnecessário, (palmas). Por que não aplicar esse dinheiro na agricultura e problemas básicos da periferia?"

Chega a vez dos convidados. Terezinha Zerbine, do Movimento Feminino pela Anistia: "A anistia é a cons-

ciência jurídica, democrática e cristã do povo brasileiro. O povo brasileiro tem de ser fiel à sua tradição de paz, concórdia e união, trabalhamos pela anistia ampla e geral aos atingidos pelos atos de exceção".

O deputado estadual Alberto Goldman: "O governo já provou que tem forças para muita coisa, por exemplo cassar mandatos. (palmas). Quero ver liquidar os intermediários dos gêneros alimentícios, quero ver o congelamento de gêneros de primeira necessidade, e também na área da saúde, educação, lazer. Viver não é apenas consumir gêneros de primeira necessidade".

O deputado federal Airton Soares: "Vamos dizer nos plenários o que esse povo quer, mas eles não entendem. O que nós precisamos é cada vez mais juntar forças. "Se o MDB fez algo de positivo foi permitir que, em 74 votassem nele, para desabafar. Milhões de brasileiros mostraram que não estão de acordo. O governo vai ter que acordar para a redemocratização do país.

Já são 18 horas e a assembléia está acabando. A mesa pede "que se retirem com calma, e que os policiais presentes ajudem o povo na saída".

— Esta assembléia foi resultado de muito trabalho - diz um padre um dos organizadores. Os problemas não são desconhecidos de ninguém. A Igreja está muito ligada ao povo que a procura para encontrar amparo a seus problemas.

Por isso chamamos as autoridades. Para que ouçam os gritos do povo e proponham soluções para seus problemas. Esse trabalho, cujos primeiros resultados vemos hoje, faz parte do Plano Pastoral para dois anos, tirado por uma assembléia de leigos, padres e religiosos, e oficializado pelo cardeal e pelos bispos. Os pontos básicos da Pastoral são: comunidades de base; direitos humanos e marginalização; os problemas de trabalho e os problemas da periferia.

As 4 mil pessoas saem, vão pegar seus ônibus, vão viajar mais de duas horas de volta à casa.

## Carta das mães da periferia de São Paulo enviada ao Presidente da República, aos senadores, deputados federais e estaduais, ao Governador, ao prefeito e vereadores de São Paulo, a outras autoridades e ao povo em geral.

"Somos mães de família em desespero e mais do que ninguém sentimos os preços dos alimentos, remédios, escola, roupas, sapatos, condução e aluguel de casa. Estamos cansadas dessa exploração.

Há muitas crianças por aí mal alimentadas, por isso fracas, sem poder estudar, por causa da alta do custo de vida, do salário baixo e da falta de vagas nas escolas.

Sendo o ANO INTERNACIONAL DA MULHER, nós, mulheres de São Paulo, nos unimos e fizemos uma pesquisa sobre o custo de vida, porque esse é um dos principais problemas do povo brasileiro.

O resultado de 2.000 pesquisas feitas por nós mostrou que, nos bairros onde moramos, as famílias têm pouco mais de 5 pessoas em média, sendo que duas trabalham e ganham juntas Cr\$ 1.688,53 por mês. Só com a comida, gás e sabão, a família gasta Cr\$ 992,29. Com o que sobra, temos que pagar roupa, casa, condução, remédios, material de limpeza e escola. Desse jeito não dá mesmo.

O salário é apertado e o custo

de vida sobe sem parar. De agosto de 1974 até agosto de 1975, só a comida subiu 49%. Para conseguir sobreviver, o pai de família é obrigado a trabalhar quase dia e noite, faz muitas horas extras e quase não vê os filhos. Também a mãe trabalha. Muitas crianças em idade escolar têm que fazer biscates como: carreto de feira, engraxar sapatos, vender bugigangas nas ruas em vez de ir à escola. Isso tudo está prejudicando as nossas famílias.

Por isso resolvemos lembrar as autoridades para controlar o aumento do custo de vida e aumentar o salário de acordo com as necessidades das famílias dos trabalhadores.

Para aguentar essa situação, nós mulheres precisamos trabalhar, mas não temos creches para deixar nossos filhos. Eles ficam trancados em casa, se queimando, se machucando, comendo sujeira, ou soltos na rua, sem nenhuma proteção, correndo o risco de serem marginais. E, olha, não é por falta de procurar. Sabemos que em alguns bairros, já têm creches da Prefeitura. Em muitos outros, vários grupos de mães já

tentaram, por todos os meios possíveis, conseguir creches, sem nenhum resultado.

Por tudo isso, nós, junto com nossos maridos e todas as pessoas que participam conosco desta preocupação, reivindicamos: controle do custo de vida, melhores salários, creches e escolas para nossos filhos.

N.R.

(Esta carta foi elaborada em novembro de 1975, mas divulgada somente no dia 20 de junho de 1976, por ocasião da realização da Assembléia sobre Custo de Vida, na periferia de São Paulo, acompanhada de 19 mil assinaturas.)

Capa do BRASIL MULHER n.º 3, que publicou a matéria sobre a "Assembléia do Custo de Vida" e a "Carta das Mães da Periferia de SP"



notícias diversas

## Aliança Anticomunista ameaça advogado

JP 25-1-76

A Ordem dos Advogados do Brasil pediu ao Departamento Geral de Investigações Especiais, da Secretaria de Segurança, garantia de vida para um de seus membros, ameaçado de morte pela organização clandestina Aliança Anticomunista Brasileira, após a localização da bomba no prédio da OAB.

O Conselho Federal da Ordem, reunido ontem, não quis revelar o nome do advogado, por motivos de segurança. A sessão foi quase totalmente dedicada à memória do Presidente Juscelino Kubitschek.

O Conselho da OAB denunciou que a Aliança Anticomunista Brasileira existe há mais de um ano e que, em novembro de 1974, enviara cartas a advogados de presos políticos, ameaçando-os de morte. A presidência da Ordem vai acompanhar o inquérito do caso da bomba, "para que as inves-

tigações não fiquem restritas à fase policial e os culpados sejam levados à Justiça". A proposta inicial, do advogado Wilson Mirza, para que fosse indicado um dos membros para acompanhar o inquérito, foi decretada e o Conselho resolveu não nomear nenhum representante.

### OAB CONTRA PRISÃO CAUTELAR

ESP 5-7-76

"A tese da prisão cautelar é inconstitucional, violenta e absurda, além de ferir todo o direito humano e ser profundamente antipática", afirmou ontem o advogado Augusto Sussekind de Moraes Rego, relator da matéria que entra hoje na pauta de discussões do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, reunido no Rio. Moraes Rego adiantou que seu parecer é totalmente contrário, "pois se for adotada a medida no nosso Direito Penal estaremos negando todos os esforços pela volta do "habeas corpus" e do estado de direito, além de conceder às autoridades policiais poderes acima dos juizes e dos tribunais".

### OAB ameaça retirar-se do CDDPH

ESP 23-6-76

A Ordem dos Advogados do Brasil poderá retirar-se do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana — que não se reúne há dois anos — se aquele órgão não adotar providências relativas ao caso do estudante César de Queiroz Benjamin, preso desde os 17 anos. Ao

aprovar essa decisão, em sessão plenária realizada ontem, o Conselho Federal da OAB salientou que o próprio Supremo Tribunal Federal reconheceu que o estudante, devido à sua idade, não poderia ser responsabilizado criminalmente. A retirada da Ordem do CDDPH teria o objetivo de denunciar ao Mundo as constantes violações aos direitos humanos, que ocorrem no Brasil.

Durante a reunião de ontem, Miguel Seabra Fagundes — ex-ministro da Justiça e antigo presidente da Ordem dos Advogados — declarou-se surpreso ao saber que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana não se reúne normalmente, para apreciar as denúncias que lhe são enviadas.

Julgava acrescentou, que a falta de divulgação de suas atividades se devia a uma "cortina de censura", erguida em torno dos órgãos de comunicações de massas.

Para o ex-ministro, a existência do Conselho serve de anteparo à imagem do Brasil no Exterior: "Parece a todos — afirmou — que temos um órgão de defesa dos direitos da pessoa humana, o que não é verdade.

Por sua vez, José Ribeiro de Castro Filho — também ex-presidente da OAB — disse que o CDDPH "é uma verdadeira empulhação, que só realizou duas ou três reuniões inócuas".

## artistas contra projeto de regulamentação da profissão

ESP 5-7-76

Embora o governo já tenha anunciado a sua decisão de modificar o projeto que regulamenta a profissão de ator, a classe de artistas e técnicos em espetáculos e diversões, reunida ontem à noite em assembleia geral permanente, não se satisfaz com a notícia e irá pessoalmente ao presidente Geisel, para deixar claro que não aceitará projeto nem mesmo com modificações. A retirada do projeto do Congresso foi interpretada pela classe como mero "recuo tático" do governo.

Segundo os artistas, o projeto poderá retornar brevemente ao Congresso sem a alteração dos pontos essenciais, como por exemplo a criação de um Conselho Federal com a maioria de membros indicados pelo governo, o qual regularia as atividades artísticas, esvaziando o poder dos sindicatos. Durante a assembleia, que se prolongou pela madrugada de ontem, os artistas mostraram-se revoltados com a criação do Confate (Conselho Federal de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão) prevista no projeto. Este órgão, conforme os artistas, "ameaça o livre exercício da criação (proibe a improvisação, um dos fundamentos da criação do artista), ameaça o livre exercício da profissão (prevê penas dis-

ciplinares que vão até mesmo a cassação do exercício profissional) e ameaça a própria defesa da classe, uma vez que elimina a atuação e o significado dos órgãos de classe, já disciplinados pelas leis do país".

Além desses aspectos, classe criticou o projeto na regulamentação das relações trabalhistas. O projeto, segundo os atores, minimiza a qualificação profissional, não exigindo diploma de escola de arte dramática oficialmente reconhecida, omite-se quanto ao escalonamento do salário mínimo não determina jornada de trabalho, ignora o problema da reafiscalização do Sindicato e da Previdência Social. Por tudo isso, os artistas consideram que o projeto governamental "favorece as grandes empresas, estreitando o mercado de trabalho já escasso".

Contudo, ontem mesmo o ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, declarou em Brasília que o projeto não será alterado em seus pontos básicos. Explicou, a propósito, que o documento foi retirado do Congresso, a fim de dar mais tempo aos parlamentares para apresentar emendas, ou seja, 45 dias para cada uma das casas. Prieto entende que houve interpretação errônea por parte dos artistas em relação às atribuições dos conselhos.

## Bancários iniciam campanha

ESP 6-8-76

Os bancários paulistanos iniciaram ontem sua campanha por reajuste salarial, a exemplo dos demais 22 sindicatos da categoria existentes no Estado de São Paulo, totalizando cerca de 90 mil trabalhadores no setor.

Ao contrário do que ocorreu em outras campanhas salariais da categoria, desta vez as diretorias sindicais não estão apresentando uma minuta prévia de reivindicações, deixando que as próprias bases indiquem os pontos que devem ser pleiteados aos diretores de bancos, na reunião conjunta que haverá no dia 11.

Na assembleia de ontem, a diretoria do Sindicato dos

Bancários de São Paulo fez uma exposição sobre a alta de vida nos últimos 12 meses, assessorada por representante do Dieese; segundo numerosos trabalhadores presentes já à assembleia, o órgão de classe deve pleitear 60% de reajustamento.

Por outro lado, é ponto pacífico entre os empregados em bancos que deve ser pedido um adicional de 100 cruzeiros por anuênio de serviço prestado à mesma empresa, com salários de admissão de 1.400 cruzeiros mensais para o pessoal de portaria, 1.600 cruzeiros para os escrivães e 1.800 para os empregados em tesouraria.

**estudantes****CONVOCAÇÃO DOS ESTUDANTES DA FAFICH E UFMG PARA UMA MANIFESTAÇÃO PELA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**

Todos os estudantes, intelectuais, jornalistas, representantes do clero, políticos, entidades de classe, que se acham comprometidos junto à grande maioria da população brasileira na conquista de seus direitos fundamentais de pensar, de se expressar, de se organizar, de viver dignamente, estão sendo convidados para participar hoje da "Manifestação em defesa dos Direitos Humanos".

Essa proposta foi defendida e aprovada em assembléia realizada ontem, na FAFICH, com a presença de trezentos estudantes. Nasceu das mobilizações desenvolvidas, desde a semana passada, contra as prisões dos colegas AMILCAR VIANA MARTINS FILHO (estudante de mestrado na FAFICH, professor na FAFI), JOSE NAZARIO FILHO (estudante de farmácia), ALIPIO GOMES FILHO (estudante na UCMG), entre uma série de outras que envolvem operários, médico e professor.

O repúdio às prisões dos estudantes em diversas escolas, nas discussões em sala, nas assembléias realizadas; a união das entidades estudantis; os contatos que os estudantes - organizados em grupos de trabalho - mantiveram com a imprensa, igreja, MDB, advogado, familiares (forçando ao máximo a denúncia dos fatos) contribuíram significativamente para a soltura dos nossos colegas.

Na assembléia de ontem, discutimos essa vitória, compreendendo que a soltura de nossos colegas não nos dá a tranquilidade de que agora tudo vai bem, que nada mais temos a fazer. Outros continuam presos e nossos colegas soltos ontem podem, a qualquer momento, ser novamente sequestrados, arrancados de suas casas, submetidos a toda sorte de arbitrariedades. Esta situação não lhes é específica: cassações, torturas, prisões, assassinatos políticos ocorrem com frequência. E isso ao lado de intervenções nos sindicatos, proibição do direito de greve, censura, etc... Na verdade apenas este regime repressor faz prevalecer com que uma minoria se enriqueça, tornando cada vez mais empobrecidas amplas camadas da população.

Dentro de tudo isso, a "Manifestação em defesa dos Direitos Humanos" adquire o sentido de participação política; um momento no qual as pessoas exerçam seu direito de livre expressão.

Foi proposto na última assembléia que desta "Manifestação" saia um documento contendo nosso protesto contra o estado de coisas na nossa sociedade, que esse documento seja discutido e apoiado pelos representantes dos outros setores presentes e, posteriormente, divulgado da maneira mais ampla possível.

PELA LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO, EXPRESSÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Belo Horizonte, 8 de junho de 1976

**eleições dce-ufmg****chapa unidade**

Esta Carta-Programa tem o objetivo de levar a todos os estudantes a nossa visão de como o nosso movimento deve agir na realidade em que vivemos e, mais especificamente, como deve agir o DCE. Ao mesmo tempo, queremos mostrar quem é, e como foi formada a chapa UNIDADE.

(...) Tentamos situar o movimento dos estudantes, hoje, e principalmente na UFMG, tendo em vista a realidade em que vivemos, na Universidade e na sociedade. Entendemos que o nosso movimento deve ser uma força de transformação do que existe hoje. Deve atuar decisivamente na Universidade, e contribuir, junto com a grande maioria da população, (trabalhadores, professores, jornalistas, etc), na transformação da sociedade.

E, o DCE, como entidade que nos congrega a todos na UFMG, é uma peça muito importante na efetivação do nosso movimento. A ele cabe um papel fundamental.

**CONTRA TODAS AS FORMAS DE REPRESSÃO POLÍTICA ( TORTURA, PRISÕES, CASSAÇÕES, ETC.)**

**CONTRA ATOS E DECRETOS QUE PROCURAM IMPEDIR NOSSA LIVRE ORGANIZAÇÃO (AI 5 477, 228 )**

**PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA**

**PELA GRATUIDADE DO ENSINO**

**POR MELHORES CONDIÇÕES DE ENSINO**

**CONTRA O JUBILAMENTO**

**POR UMA UNIVERSIDADE VOLTADA PARA OS INTERESSES DA MAIORIA DO POVO BRASILEIRO**

**chapa liberdade**

LIBERDADE também propõe ELEIÇÕES DIRETAS para o DCE, entendendo que uma entidade estudantil deve ser livremente escolhida por todos os estudantes, conseguindo assim maior representatividade necessária para levar à frente a defesa dos nossos interesses. Será uma grande conquista nossa, à medida que a eleição direta está proibida pelo Decreto Lei 228 (hoje quem vota a diretoria do DCE é um conselho formado por 2 membros de cada DA).

**PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS (de manifestação, expressão, organização)**

**CONTRA A ATUAL POLÍTICA EDUCACIONAL (em todos os seus aspectos: Ensino Pago, Elitização, Integração Universidade-Empresa, Depreciação das Ciências Humanas, etc.)**

**PELA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA**

**POR UM ENSINO CRÍTICO VOLTADO PARA AS NECESSIDADES SOCIAIS**

**CONTRA OS DECRETOS 477 E 228**

**PELAS ENTIDADES ESTUDANTIS INDEPENDENTES**

## 7 EXPULSOS NA UNB

ESP. 20-6-76

Segundo informa o presidente da comissão de inquérito, apurou-se que o diretor Armando de Salles Oliveira, da Universidade Federal de São Carlos, e o diretor acadêmico da Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais colaboraram na impressão dos papéis distribuídos pela chapa Unidade, uma das concorrentes ao DU da UnB. E a comissão universitária da USP colaborou na impressão dos papéis distribuídos pela chapa oficina.

As reitorias das Universidades de São Paulo, Federal de São Carlos e Federal de Minas Gerais terão que se manifestar a respeito da suspensão das eleições para a escolha da diretoria do Diretório Universitário da Universidade de Brasília. O reitor da UnB, José Carlos Azevedo, enviou às três escolas pedido para que apurem se houve realmente participação de seus diretórios estudantis na campanha realizada pelos alunos de Brasília.

ESP. 21-7-76

O reitor da Universidade

de Brasília, José Carlos Azevedo, expulsou ontem sete alunos da UNB, suspendeu dois por 90 dias, seis por 60 dias, e quatro por 30 dias, concluindo, com a medida, o inquérito instaurado para apurar irregularidades identificadas pela reitoria na campanha realizada em maio último para a eleição do diretório universitário.

Dos 43 alunos ouvidos pela comissão de inquérito formada por um juiz, dois professores de Direito, o decano de assuntos comunitários e um aluno, o reitor da Universidade de Brasília, com base no relatório de 414 páginas da comissão, localizou 19 "com responsabilidade pelas irregularidades". O reitor assegurou que houve "um certo cuidado de não aplicar o decreto-lei 477". "Se não fosse isso — observou — e apenas pelo artigo primeiro do decreto-lei, não sobrava nenhum dos 43 alunos". Ao todo foram punidos seis estudantes da Chapa Oficina e 12 da chapa Unidade. O estudante Eduardo Almeida Netto, que foi expulso, não integra nenhuma das chapas, mas foi convidado para participar da comissão de inquérito e não aceitou.

ESP 8-8-76

O ministro Ney Braga da Educação, o reitor José Carlos de Azevedo da Universidade de Brasília e o advogado de sete estudantes expulsos e de 12 suspensos deverão depor em audiência pública na comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, sobre os acontecimentos que redundaram nas punições aos universitários.

A proposta da audiência pública para verificar os acontecimentos ocorridos na UNB partiu do deputado Odacir Klein, e foi considerada pelo deputado Airton Soares como uma forma de "desmascarar aquela aplicação do 477 travestido em processo administrativo". Já o deputado Ademar Santilli acusou o reitor da UNB de ter lançado "uma pecha contra a classe política e o próprio parlamento", pois o comandante Azevedo teria caracterizado o encontro entre universitários e deputados da oposição como ato subversivo.

Na reunião foram denunciadas pressões contra estudantes não apenas de Brasília como também de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

## JORNAL

### APREENDIDO

ESP 30-7-76

A apreensão de 4 mil exemplares do segundo número do jornal *Viração*, do Diretório Central de Estudantes, e a desorganização no recebimento de matrículas para o segundo semestre estão determinando a volta da movimentação estudantil na Universidade Federal da Bahia. Ontem, representantes dos diretórios de diversas unidades da UFBA reuniram-se na Faculdade de Arquitetura, numa assembleia tumultuada, que chegou a provocar a intervenção da guarda de segurança do campus.

### REPRESSÃO

A

### DCE

ESP. 7-8-76

Dois estudantes da Escola de Comunicação da Universidade Federal Fluminense foram chamados ontem à tarde ao Departamento de Polícia Política e Social para prestar esclarecimentos sobre o funcionamento do diretório acadêmico, do qual são dirigentes, e liberados, hora depois.

## igreja

### D. EVARISTO

### E A CENSURA

ESP. 24-6-76

"Em 10 anos como bispo, nunca fui advertido pelo papa. E por isso que eu não compreendo porque é que o jornal que eu dirijo, o "São Paulo", destinado fundamentalmente aos meus agentes pastorais, com o objetivo de orientá-los, tem de ser submetido à censura prévia para vir um leigo dizer ao arcebispo como ele deve falar aos seus amigos". O desabafo é de dom Paulo Evaristo Arns, cardeal de São Paulo, que esteve ontem, em Belo Horizonte, para paranimfar a turma de comunicação da Universidade Católica de Minas Gerais.

### Padres e OAB na

### luta por direitos

ESP. 13-7-76

Em reunião que realizará esta tarde, a Comissão de Justiça e Paz da Igreja poderá reforçar o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana se reúna com urgência. A OAB já fez

"Ainda assim nós vivemos de esperança — continuou dom Paulo — e toda quinta-feira, quando a redação de "O São Paulo" leva o jornal até a gráfica, esperamos lá não ver o nosso censor. Mas até agora, ele não tem falhado".

E dom Paulo revelou que a censura prévia do jornal da arquidiocese não mais é feita pelo quartanista de Medicina "um jovem que pediu para sair da função e hoje trabalha conosco no amparo maternal, embora eu ainda não saiba se ele está recuperado".

O censor, agora, é uma pessoa mais idosa "e que por isso mesmo pensávamos que fosse mais sábia, mais sincera. Mas não. Ela procura coisinhas para censurar, e

o pedido, encaminhado retirará-se do Conselho caso não seja atendida.

A Comissão de Justiça e Paz também discutirá a posição que vai adotar em relação a situação jurídica de seis presos políticos que denunciam irregularidade na manutenção de suas prisões. O caso considerado mais grave é o do estudante Cesar de Queiroz Benjamin, detido em 1971 aos 17 anos.

Os outros casos a serem

a todo instante pede instruções a Brasília".

Para ele, o importante no momento político brasileiro é que seja suscitada uma maior participação do povo nesse processo. E para isso, tem divulgado um ABC eleitoral — o de São Paulo foi aprovado "há pouco" — onde diz aos fiéis a necessidade de que assumam o dever de votar e ao fazê-lo escolham "pessoas que saibam realmente conduzir ao bem comum, lutando com o povo e não o usando".

analisados são os seguintes: José Sérgio Vaz e Jefferson Santos do Nascimento (que denunciaram estar presos há três anos e seis meses com base em pena determinada sem julgamento, mas em prisão preventiva, "um instrumento de caráter excepcional, limitado e temporário") e Juvenício José Neves da Silva, Cleto José Praia Fiuza e Jardim André de Gitiuna Praia Fiuza que denunciaram a recusa da 1ª Auditoria da Aeronáutica em expedir seus alvarás de soltura depois de cumprida pena de seis meses de prisão, sob a alegação de que há recurso no Superior Tribunal Militar pedindo penas maiores).

## a igreja e as eleições

VEJA, 4 DE AGOSTO, 1976

De norte a sul do país, setores da Igreja Católica estão empenhados na campanha eleitoral — pelo menos é o que mostra o "ABC das Eleições", lançado pelo episcopado do Ceará, ou a "Carta Pastoral sobre Educação Política", publicada pela diocese de Apucarana (PR). Em nenhuma dessas manifestações, entretanto, os bispos se definem por este ou aquele candidato ou partido; simplesmente tentam explicar a legislação eleitoral e chamar a atenção para a importância do voto como fator de solução dos problemas de uma comunidade.

Além de distribuir textos, a Igreja tem promovido debates entre fiéis especialmente reunidos para tomar conhecimento, no que se supõe, de tudo aquilo que sempre quiseram saber sobre eleições. Assim, na pequena cidade de Nisia Floresta (RN) a 60 quilômetros de Natal e com 2.067 habitantes, na grande maioria trabalhadores na agricultura e na pesca, um pequeno grupo de catequizandos se reúne periodicamente para discutir as eleições.

Geraldo Alves da Cruz, 52 anos, lavrador, que acreditava ser prefeito bom "aquele que dá dinheiro ao povo", agora já ouve falar que "a interferência do poder econômico e o desvio ou abuso do poder de autoridade, em desfavor da liberdade do voto, serão coibidos e punidos". Também já foi informado de que "todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos" (artigo 1.º da Declaração dos Direitos Humanos da Or-

ganização das Nações Unidas) e que "todos são iguais perante a lei" (artigo 153 da Constituição Federal).

**Cartilha episcopal** — Todas essas citações constam da cartilha "Votar Consciente E Participar", de que o Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal fez imprimir 5000 exemplares para distribuição em paróquias de oitenta municípios sob sua jurisdição. Há, também, lições eminentemente práticas. Na reunião em Nísia Floresta, por exemplo, a animadora Teresinha da Silva, especialmente treinada, dá informações sobre "A realidade do processo eleitoral", começando por mostrar as "coisas que acontecem":

● "Certos políticos facilitam para os pobres tirar o título para ficar com eles na sujeição."

● "É no tempo das campanhas políticas que a gente consegue as coisas com mais facilidade, como registro civil e de casamento, título de eleitor, extração de dentes, e quem vai enjitar? A gente recebe e vota em quem quer."

● "O prefeito de Catimbó em vez de gastar dinheiro da Prefeitura dando remédio aos eleitores, abriu um Posto Municipal."

Na segunda parte da reunião, o grupo procura "pensar melhor", recebendo novas informações, como artigos da Lei Eleitoral. Sem hábito de discutir o assunto, o grupo primeiro chega à conclusão de que "bom é o José Ramirez, que dava manga para os pobres", para depois decidir que José Ramirez não é um bom candidato. Seja como for, os resultados da campanha têm sido considerados suficientemente bons para que o trabalho se estenda ao sul, como em Sorocaba (SP).

## SECRETARIADO JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA

São Paulo, 30 de junho de 1976.

### CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

João Pessoa - PB - Brasil

Inserida no espírito que presidiu a Campanha de Fraternidade, neste ano, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sob o lema: "Caminhar Juntos", a Arquidiocese de João Pessoa, Estado da Paraíba, refletindo sobre os problemas que se antepunham à realização do homem na liberdade, na justiça e na paz, inaugurou no dia 21 de abril - data consagrada a Tiradentes - o mártir da independência do Brasil -, o CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, que se incumbirá na orientação e encaminhamento dos casos concretos de violações, particularmente aqueles mais sentidos na região, dos camponeses, trabalhadores urbanos e rurais, menores, prostitutas, presos e, as pessoas em geral.

Como contribuição do Centro de Defesa, foi lançada a pequena Cartilha, com o título "Você conhece os seus direitos?". Trata-se de uma cartilha popular, visando esclarecer os direitos que cada um tem: como pessoa humana e como cidadão brasileiro. Cada trecho de Cartilha é dividido em três partes: primeiro, um caso concreto acontecido na vida dos homens; depois, citação da lei do Brasil para o caso mencionado; em seguida, perguntas para reflexão e respostas em grupo.

## A Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

esp-6-7-76

Discutindo temas que vão da estatização da economia a estrutura galáctica, mais de sete mil cientistas, pesquisadores e universitários participarão, a partir do dia 7, da 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o

Progresso da Ciência Simultaneamente, realizam-se as assembléias de mais 41 sociedades de diversos ramos científicos e a II Reunião da Interciência, entidade que congrega associações semelhantes a SBPC de toda a América Latina.

Vinte anfiteatros e 42 salas de aula, além dos teatros, restaurantes e bibliotecas da Universidade de Brasília, sede do encontro, foram requisitados pela direção da SBPC e colocados a disposição do pessoal que já está chegando a Capital.

# sete mil cientistas na SBPC

Opinião, 16 de julho de 1976

O comparecimento em massa de estudantes e intelectuais à 28ª Reunião da SBPC, em Brasília, deu ao encontro dimensões inéditas. A passagem da "neutralidade científica" a uma participação e

um posicionamento diretos, em relação a aspectos conjunturais e estruturais de nossa sociedade, foi talvez a maior consequência da participação de um grande público na reunião. Esse fato se fez sentir sobretudo nos simpósios reali-

zados na parte da manhã onde, apesar de não se sentir tanta eficiência em termos de produção intelectual, e dos debates terem sido relativamente pobres, se afirmou um pensamento conjunto crítico e de oposição.

## SBPC/NORDESTE: vaias para economista da ditadura

Os cientistas se dividiram ao apresentar seus estudos sobre o Nordeste, no simpósio realizado na manhã de ontem pela SBPC. Roberto Cavalcanti de Albuquerque, do Instituto de Economia e Planejamento (IPEA), com dados estatísticos oficiais, provou que a economia do Nordeste, nos últimos 14 anos, cresceu e desenvolveu-se. Ele era o único representante do go-

verno entre os conferencistas e foi o único a ser vaiado.

Os demais conferencistas, com dados estatísticos das mesmas fontes oficiais, disseram o contrário, garantindo que "as políticas econômicas que beneficiam São Paulo e o Centro Sul, prejudicam o Nordeste" e que "as ações governamentais das últimas décadas acentuam as diferenças regionais". Eles rejeitaram

ainda, em princípio, todas as teses sobre "problemas insolúveis do Nordeste, por razões múltiplas, inclusive étnicas".

"De nada adianta mudar as metas e planos existentes hoje para o Nordeste. É preciso ver as possibilidades reais do desenvolvimento de metas elaboradas de acordo com a necessidade e a vontade dos que vão sofrer

esp 14 DE JULHO DE 1976 as consequências desses programas".

Mais uma vez, um auditório da 28ª Reunião da SBPC aplaudiu demoradamente as propostas de "participação" e "democratização" como única saída para a resolução dos problemas econômicos, políticos e sociais que afligem o Nordeste e o Brasil como um todo.

## Reunião da SBPC DENUNCIADA proibida participação de índios

esp-11-7-76

### SERVIDÃO TECNOLÓGICA

esp-11 DE JULHO DE 1976

A servidão tecnológica — substituta da servidão pela força e da servidão econômica — foi denunciada pelo presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, José Dion de Melo Teles, ao falar a cientistas americanos, latino-americanos e brasileiros sobre "O papel da Cooperação Internacional Tecnológica e Científica", no simpósio organizado pela Inter-ciências.

### PROPOSTAS POLITICAS DA SBPC

A Assembléia geral da Sociedade Brasileira para o progresso da ciência, reunida na noite de ontem no ginásio de esportes de Brasília, aprovou moção pedindo a reintegração, nas universidades, dos professores afastados por decretos baseados no Ato Institucional nº 5. Mais de cinco mil pessoas, incluindo estudantes, assistiram à assembléia geral. E foi exatamente o elevado número de participantes que forçou a transferência da Assembléia, marcada inicialmente para as 16 e 30, para as 20 horas.

Antes das 16 horas, o anfiteatro nº 9 da Universidade de Brasília, onde deveria realizar-se a reunião, já estava inteiramente repleto. Os dirigentes da entidade reuniram-se, então, para estudar uma fórmula para contornar a situação, pois a maioria dos participantes — excetuando apenas certo número de universitários — achava que não havia condições para se organizar a assembléia no auditório. Finalmente, a diretoria da SBPC considerou inevitável a transferência, pois a maior parte dos cientistas,

Os debates realizados ontem, durante o seminário "Brasil Indígena", tiveram um final inesperado: a saída de todos os participantes, em sinal de protesto contra uma áspera intervenção do coordenador do seminário, antropólogo Carlos Moreira Neto, que ficou irritado com duas perguntas feitas pela assistência: o porquê da

proibição da participação de índios na reunião da SBPC, e a razão pela qual a Funai se preocupa apenas com o problema do índio, no caso de invasão das áreas indígenas, não cuidando do pequeno posseiro invasor, que fica entregue a sua própria sorte quando o órgão decide liberar as áreas invadidas.

esp-13 DE JULHO DE 1976

que apresentaria moções à assembléia, não conseguira sequer entrar no auditório.

A partir das 20 horas, os membros da SBPC — além de grande número de estudantes — analisaram uma série de propostas, algumas apresentadas pelos próprios alunos da Universidade de Brasília. Todas as moções, porém, precisavam ser endossadas por membros da entidade pois, como explicava o presidente da SBPC, professor Oscar Sala, elas constituiriam necessariamente o pensamento da

Sociedade, caso viessem a ser aprovadas.

As propostas dos cientistas variavam desde a reivindicação de anistia aos punidos por motivos políticos, da abolição da exigência de atestados ideológicos para o ingresso em quadros docente e da reintegração dos cassados, até a proteção da ecologia nacional, a preservação dos índios e a composição de comissões para acompanhar as medidas governamentais no campo da energia nuclear.

## As propostas dos cientistas

Opinião, 16 de julho de 1976

### REINTEGRAÇÃO DOS PROFESSORES ANISTIA - REVOGAÇÃO DO 477

Com base nos amplos debates sobre aspectos da realidade brasileira durante a XXVIII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o plenário da entidade aprovou 35 moções em Assembléia Geral realizada, na segunda-feira, em um dos maiores auditórios da capital da República.

Eis algumas das proposições contidas nestas moções:

- Que a SBPC forme uma comissão para acompanhar o andamento da instalação de oito usinas nucleares no país, opinando nas decisões para a indicação dos locais onde serão instalados os reatores nucleares, de modo a velar pelo cumprimento das normas internacionalmente estabelecidas;

- Que a SBPC reivindique a reintegração dos professores afastados de suas atividades de ensino no Brasil por questões de natureza ideológica;

- Que a SBPC reivindique a revogação do Decreto-Lei 477 e a anistia geral de todos os atingidos pelo AI-5;

- Que a SBPC reivindique a anistia geral de todos os presos políticos e de todos os atingidos por medidas político-ideológicas;

- Que a SBPC dirija manifestação ao MEC e ao Conselho Federal de Educação, no sentido de que seja mantida a proibição de reeleição de reitores nas universidades federais e estaduais e mantido o prazo de quatro anos para o exercício do cargo;

- Que a SBPC elabore um programa de emergência, um código mais abrangente visando à preservação, proteção e controle do meio ambiente, tendo em vista o caráter global do sistema ambiental;

- Que a SBPC oficie ao MEC e Conselho Federal de Educação propondo a proibição da implantação de licenciaturas, em Estudos Sociais, em todo o território Nacional, à semelhança do que já foi feito nos Estados do Rio e São Paulo. E que gradativamente extinga estes cursos que já se encontram funcionando no país.

#### Brecht

Também foi aprovada uma moção. Propondo adoção de um texto de Bertold Brecht, como texto-símbolo da XXVIII Reunião da SBPC e a sua inclusão na abertura da ata da Assembléia Geral.

A proposição, aprovada por unanimidade na assembléia da Associação Brasileira de Física e submetida como moção dos físicos à Assembléia Geral da SBPC, é a seguinte: "Considerando que o texto extraído da peça de Brecht, *Galileo Galilei*, resume com clareza muitas das preocupações e observações que emergiram dos debates agora realizados na XXVIII Reunião da SBPC, sugerimos sua inclusão na introdução das atas de Reunião anual da SBPC, sua divulgação na imprensa como texto simbólico deste encontro e sua publicação na revista da SBPC, *Ciência e Cultura*."

Parte final do texto adotado - Galileu:

Vocês trabalham pra quê? Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar

a canseira de existência humana. E se os cientistas intimidados pela prepotência dos poderosos acham que basta amontoar saber, por amor do saber, a ciência pode ser transformada em alijão e as vossas máquinas serão aflições e nada mais...

As coisas como estão, no máximo o que se pode esperar, é uma estirpe de anões inventivos, alugáveis para qualquer finalidade. Além do mais, eu cheguei à convicção de que eu nunca estive em perigo real. Durante alguns anos, a minha força era igual à da autoridade: eu entreguei o meu saber aos poderosos, para que eles fizessem, desfizessem, malfizem tudo que quisessem. Eu trai a minha profissão. Um homem que faz o que eu fiz, não pode ser tolerado nas fileiras da ciência."

## encerramento

As seis horas da tarde de ontem, o campus da Universidade Nacional de Brasília estava quase vazio,

Há uma semana, milhares de jovens haviam chegado à Brasília, para participar de um congresso de três mil teses e centenas de horas de discussões científicas — algumas delas marcadamente políticas, nas quais temas como estatização e desestatização, acordo nuclear, problemas urbanos, lazer nas metrópoles, não estiveram ausentes.

## SBPC/76

A sessão final do encontro foi rápida. Durou menos de uma hora. Demoradamente aplaudido em todas as suas intervenções por cerca de 300 participantes que lotavam o auditório 9 da Universidade de Brasília, o professor Oscar Sala, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, abriu no final da tarde de ontem a sessão final da 28ª reunião da entidade.

Sala afirmou que "esta 28ª Reunião foi uma das mais, senão a mais importante entre as que a SBPC realizou até hoje". E acrescentou: "o nível dos trabalhos científicos apresentados pode ser considerado internacional, e este é o grande saldo do encontro". Para o presidente, a "imprensa não divulgou suficientemente o aspecto científico da reunião, que apresentou resultados altamente positivos". As teses mais importantes serão futuramente publicadas na revista científica da SBPC.

## REPRESSÃO NA SBPC

VEJA, 21 DE JULHO, 1976

Previsivelmente, algumas dificuldades surgiram no relacionamento de alguns dos congressistas com o vigilante esquema policial montado para garantir que o encontro se fizesse com toda segurança necessária. Na noite do dia 10, sábado, cerca de 200 policiais desembarcados de quatro ônibus e vinte viaturas, da PM e da Polícia Civil, cercaram três bares vizinhos do setor comercial da superquadra 109, na Asa Sul, e procederam a uma revista de todos os fregueses que lotavam as mesas. Os que não tinham documentos foram levados para o "camburão", incômoda surpresa que atingiu sessenta pessoas. Entre os presos, quinze eram participantes da reunião da SBPC — liberados uma hora depois, com a in-

tervenção do presidente do congresso, Oscar Sala.

Na verdade, as atenções do policiamento já haviam se manifestado no segundo dia do encontro, quando agentes do Departamento de Polícia Federal compareceram às nove escolas onde se hospedavam estudantes e alguns professores, para uma singular vistoria que incluiu o exame do conteúdo das malas e um ligeiro interrogatório dos presentes. Também no camping se registraria a presença curiosa de um técnico em campismo com diversas habilidades — menos a de montar uma barraca. Mais que tudo, ele se interessava em fotografar os estudantes e professores, não se esquecendo de perguntar seus nomes e procedências.

## FRUTOS E PROBLEMAS

Chico de Oliveira

## MOVIMENTO 19/7/76

No momento em que escrevo, o Minhocão da Universidade de Brasília reflete uma espécie de clima de fim de festa. Por seus quilométricos corredores, passeiam escassas pessoas, à espera da sessão de encerramento da 28ª Reunião Anual da SBPC, como se estivessem pesarosas de desligar-se de um ambiente que deu margem não apenas a amigáveis e cordiais encontros mas à discussão de questões candentes:

De certa forma, pois, e até certo ponto, a pergunta que fizemos no último número de Movimento — A quem servem os cientistas? — foi respondida: os cientistas, pesquisadores e técnicos nacionais não estão desligados das questões que interessam ao povo; pelo menos uma grande parcela não está. Pelos temas que foram abordados e pela forma com que foram abordados, pelos debates travados com o enorme público que lotava os anfiteatros, viu-se que são as questões que interessam mais de perto ao povo, que presidiram essa reunião da SBPC. São as questões sobre as multinacionais, sua interferência na economia brasileira, sua pernicioso influência sobre os destinos da nacionalidade, são as questões ligadas à estatização, ao caráter do Estado; são as questões ligadas à saúde, à privatização da medicina, à qualidade devida, são as questões ligadas ao ensino, à escolástica desse ensino, são as questões ligadas à nutrição infantil e mesmo de adultos derivadas da intensificação da competitividade na economia, que prenderam, mais que outras, as atenções dos que participaram da 28ª reunião anual.

Neste sentido, poder-se-ia falar que essa reunião teve seu prato ou seus pratos fortes no campo das chamadas ciências do Homem? Não; essa seria uma resposta simplista. O que se pode dizer é que o fenômeno certamente mais interessante e mais promissor que emerge dessa reunião, que nisto prossegue, amplia e aprofunda o que já se havia visto em Belo Horizonte no ano passado, é a socialização das ciências, isto é, uma metamorfose em que mesmo as chamadas ciências da Terra e do Universo, as ciências matemáticas, as ciências da vida, as ciências da matéria e as ciências do meio-ambiente (essa a classificação adotada pela SBPC para aglutinar o menso conjunto científico) unem-se às chamadas ciências do Homem para responder à pergunta fundamental: para que serve a ciência, a quem servimos os cientistas?

Aqui em Brasília, matemáticos e outros cientistas de campos não das ciências do Homem, questionaram o próprio ensino e a formação científica

Certamente, se essa foi a tônica geral, inegável, demonstrando que, de certa forma e felizmente, foi a população brasileira e seus problemas quem deu a pauta da reunião da SBPC, nem tudo são flores nesse cenário científico. A falsa consciência do "cientista puro" também esteve presente; a defesa da corporação dos cientistas também esteve presente; a manipulação da política da ciência em benefício exclusivo dos cientistas também esteve presente, e a utilização da ciência como elemento da barganha também esteve presente. Na maior parte

dos casos, pelas costas da maioria dos que participavam da reunião. E esse é um problema com o qual os cientistas devem defrontar-se permanentemente e decifrá-lo, para não serem engolidos.

O desafio posto à SBPC nessa reunião não é menos grave, para o futuro. Precisamente por que essa reunião constituiu-se num êxito, é que o desafio é maior. Explico-me. Certas correntes dentro da própria SBPC tendem a achar que as reuniões estão tomando um caráter demasiadamente político; tendem a achar que as reuniões estão padecendo de gigantismo e que, para o futuro, a continuar nessa progressão, terminaria por ser ingovernáveis, não dando lugar sequer à própria troca de experiências, ao intercâmbio, à discussão, e sequer podendo os participantes acompanhar a simultaneidade dos simpósios, mesas-redondas, comunicações. Essa classe de argumentos, se reveste de um tecnicismo administrativo,

discute-se na SBPC não apenas as equações da matéria — que também são discutidas —, não apenas a extensão dos raios gama e beta, mas a política da ciência. E não há melhor fórum para isso que as reuniões amplas da SBPC. O que importa, e este é o desafio posto aos que fazem a SBPC, é de como encontrar formas cada vez mais democráticas — e não cada vez menos — de administrar essas amplas reuniões. Este é o desafio: a volta atrás é a volta à elitização da discussão, à elitização da SBPC. Outras correntes, que incluem vastas porções dos sócios da SBPC, caíram no equívoco da chamada obediência aos estatutos; isto ficou bem claro na Assembleia-Geral da SBPC, realizada na piscina coberta do Conjunto Esportivo Presidente Médici, na noite de segunda 11. Uma frase certamente não feliz, nos considerando de uma proposta, falava da "estrutura autoritária da SBPC". Bastou isso para que se armasse a maior confusão: os sócios da SBPC puseram a carapuça; numa pobre confusão, como se a repressão não atingisse, por igual, professores, pesquisadores, técnicos e cientistas.

Mesmo quando os estudantes reconheceram a infelicidade da expressão que haviam utilizado e propuseram sua retirada, a direção da SBPC, percebendo que havia encontrado o nervo que dividia a comunhão de professores, pesquisadores, cientistas e estudantes que se havia formado nos anfiteatros, forçou uma votação da moção dos estudantes para derrotá-los politicamente, para mostrar que o controle da SBPC não sairia das mãos dos cientistas "responsáveis".

Essas reflexões, que obscurecem um pouco o excelente clima que se havia criado nos dias anteriores, servem para colocar a questão crucial de que se a 28ª Reunião Anual da SBPC mostrou que se os cientistas não estão desligados dos problemas da população brasileira, estão certamente ainda algo distantes

Mas, os cientistas são como disse Brecht pela boca de Galileu, os profissionais da dúvida. E bom será que sigam duvidando inclusive de suas próprias posições, somando-se desde uma posição certamente privilegiada, à toda humanidade na aventura de sacudir para o lixo o obscurantismo.

# O linchamento

Opinião, 9 de julho de 1976

Agarrado por mais de 100 PMs do Regimento Caetano de Farias, no centro do Rio de Janeiro, um homem que havia participado de assalto a uma padaria foi espancado durante oito minutos, na rua, com os populares que assistiam ao linchamento não se atrevendo a tomar qualquer atitude ou dizer palavra, aterrorizados ante a demonstração de força e violência.

Escreveu o *Jornal do Brasil*: "Suspenso no ar, a meio metro do chão, recebeu golpes de cassete, coronhadas, pontapés, cabeçadas, socos. Cabeça arremessada contra um poste, Romeu perdeu alguns dentes. E ao sabor das pan-

cadas o corpo ia e vinha, não chegava a cair. O homem desmaiou, o corpo todo sangrando. Por fim, um PM apontou-lhe o revólver para o coração e atirou. No mesmo instante, chute de outro PM desviou. Romeu da trajetória da bala, que lhe atingiu a coxa esquerda". Levado para o hospital os médicos não acreditavam como é que ainda podia estar vivo.

Romeu é na verdade Antônio José da Silva, ex-empregado da Companhia Progresso Industrial do Brasil (Fábrica de Tecidos Bangu), residente à rua "A", número 2, na favela do Catumbi, e se encontrava desempregado há dois

meses. Seu irmão, José Garibaldi da Silva, que morava com Antônio e também operário da Fábrica Bangu, disse à imprensa que ele reclamava muito a falta de dinheiro e deve ter sido induzido pelos companheiros a praticar seu primeiro assalto. Além do mais, ele estava preso, nas mãos da polícia. Era só algemá-lo e entregá-lo à delegacia para ser processado.

Os policiais do Regimento Caetano de Farias, após o carnaval deste ano, já haviam espancado populares e sambistas que esperavam, em frente ao teatro João Caetano, na Praça Tiradentes, o resultado da votação sobre o desfile das Escolas de Samba.

**-IMPRESA-**  
DE FATO - Um Jornal Mineiro, de jornalistas, que depende do Leitor.

E assim a apresentação de DE FATO. No número 4 as matérias de destaque são:  
"Ho\$pitais \$\$.A aprontam outra"  
"Entrevista com Sérgio Ricardo"  
"FOSFATO: estatização ou desnacionalização?"  
"Carvoeiros: O Pão do Diabo"  
"Pai da Imprensa Nanica Fala sobre BINOMIO - Entrevista com Euro Arantes

COBRA DE VIDRO

"E o povo jura que a cobra de vidro é uma espécie de lagarto que quando se corta em dois, três mil pedaços, facilmente se refaz" - Uma publicação dos Centros Acadêmicos FEI, GV e FAAP - n 3 - agosto de 1976 - Por falta de espaço deixamos para o próximo cb a reprodução de artigos do Cobra de Vidro que neste n 3 denuncia o arrombamento e destruição do diretório da FEI.

## OPINIÃO NÃO CENSURADO TEXTO HISTORICO

### CIRCULOU

VEJA 4-7-76

O auto de apreensão estava assinado simplesmente por "Santos". As ordens, disseram, vinham do Ministério da Justiça. Com esses argumentos, oito agen-

tes da Polícia Federal recolheram na última quinta-feira, à noite, na gráfica onde acabava de ser impressa, a edição número 195 do semanário carioca *Opinião*. O jornal

deveria circular no dia seguinte com uma reportagem de capa intitulada "A expropriação da saúde no Terceiro Mundo", sobre as companhias multinacionais de alimentos. Os agentes permaneceram pelo menos três horas na gráfica, mesmo após a edição ter sido levada embora. Durante esse período, nenhum funcionário pôde entrar ou sair do prédio. E nem o chefe de redação, Oséas de Carvalho, foi autorizado a comunicar a má notícia ao proprietário do jornal, Fernando Gasparian.

"Não recebemos nenhuma informação oficial sobre os motivos da apreensão", dizia Gasparian na sexta-feira, enquanto anunciava a elaboração de uma nota que seria encaminhada à Associação Brasileira de Imprensa. Aparentemente, o semanário foi apreendido porque iria publicar várias matérias não submetidas previamente à censura do Ministério da Justiça, em Brasília — entre elas a própria reportagem de capa e um artigo sobre o filósofo marxista italiano Antonio Gramsci. Desde o governo Emílio Médici, todo material de cada edição do jornal é submetido à censura prévia — como é o caso também do semanário paulista *Movimento*. Há pouco tempo, uma edição especial de *Movimento* sobre a mulher brasileira foi inteiramente vetada pela censura sem maiores explicações.

ESP. 4-7-76  
O semanário *Movimento* distribuiu ontem em São Paulo o seguinte comunicado: "A censura vetou a "Declaração de Independência dos Estados Unidos", que MOVIMENTO iria publicar na sua edição do dia 4 de julho, parcialmente dedicada ao bicentenário da libertação dos EUA. O jornal pediu a reconsideração da medida e não a obteve; a Polícia Federal informou que, de acordo com as instruções gerais de censura recebidas — do Minis-

tério da Justiça, teria de cortar trechos da declaração dos revolucionários americanos de 1776, mas que achava isso inconveniente e preferia vetar o texto em bloco.

A edição de MOVIMENTO do dia 4 foi uma das mais censuradas das últimas semanas: 32 matérias num total de 141 laudas totalmente vetadas, além de cortes parciais em inúmeros textos, como por exemplo declarações do ministro Jarbas Passarinho sobre a "Lei Falcão".

## torturas

ESP. 29-7-76

O Conselho Especial de Justiça da Aeronáutica ouviu, ontem, na Auditoria Militar de BRASÍLIA, o depoimento de três dos quatro réus acusados de tentarem reorganizar o Partido Comunista Brasileiro, em Goiás.

O pedreiro Francisco Gomes Filho, deputado Federal em 1946, em seu depoimento, afirmou que foi "barbaramente torturado por pessoas desconhecidas que lhe aplicaram choques elétricos, afogamento e paude-arara." Segundo disse, ele foi preso na avenida principal de Goiânia e levado para o "barraco" do empresário Benigno Pereira Maia, tam-

bém indiciado neste processo, onde pessoas que não conhecia, "vestidos a paisana", iniciaram a violência física.

O acusado está preso há dez meses em Brasília por envolvimento em outro processo da mesma natureza, e, em 1938, pelo mesmo fato, foi condenado pelo Tribunal de Segurança a dois anos de prisão, "só fui solto depois de cumprir quatro anos de pena."

Os demais réus, o juiz aposentado Sebastião Neves e o empresário Benigno Pereira Maia limitaram-se a afirmar que desconheciam as acusações que lhes eram imputadas, tendo Benigno

## PANFLETOS

ESP. 8-7-76

Cópias xerográficas de um artigo intitulado "Os Caminhos da Revolução Brasileira", assinado com as iniciais NA e, segundo presume-se as autoridades, parte de uma publicação editada em Portugal, estavam sendo distribuídas na sessão das 19,45 horas de ontem do Cine Arouche, que exibia o filme "Corações e Mentes". Ari Procópio, que se identificou como radioamador, tomou conhecimento do artigo, com críticas à política brasileira, especialmente a denominada "Lei Falcão", e deixou a sala de espetáculos para comunicar a ocorrência às autoridades da Segurança Pública.

Rapidamente formou-se um verdadeiro aparato policial à frente do cinema, registrando-se inclusive as presenças do secretário Erasmo Dias e do delegado Sérgio Paranhos Fleury e equipe, que interromperam a sessão cinematográfica para o início das diligências. Seis pessoas foram detidas, entre elas um jovem francês, para averiguações.

atribuído o seu envolvimento no processo ao fato de ter recebido a visita de Francisco Gomes Filho.

## política e comércio exterior

ajuda técnica  
para ampliar  
influência <sup>esp</sup> 17-7-76

— Fontes do Itamaraty destacaram ontem a grande importância que a Chancelaria brasileira empresta à assinatura de acordos de prestação de assistência técnica e cooperação com países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Segundo essas fontes, estes acordos, apesar de sempre encarados como uma atividade econômica e diplomática de segundo nível, concorrem decisivamente para ampliar e estender a esfera de influência do Brasil.

Lembraram aquelas fontes que os acordos de prestação de assistência técnica pelo Brasil ainda não têm volume e importância estratégica ponderáveis, se examinados isoladamente. Mas, dentro de um contexto global, eles permitem — através do rótulo de acordos puramente técnicos — estender a presença brasileira nos países em desenvolvimento, como nós, e, especialmente, nos países subdesenvolvidos.

Segundo esse raciocínio, o Brasil nunca poderá competir, na prestação de assistência técnica, com países desenvolvidos, como os Estados Unidos, a URSS, a Alemanha Ocidental ou a França. Mas estes países dispõem de um conhecimento tecnológico altamente sofisticado que, paradoxalmente, nem sempre serve aos países subdesenvolvidos.

As condições locais, muitas vezes, exigem equipamentos ou técnicas de sofisticação média, campo em que o Brasil encontra-se razoavelmente adiantado, a ponto de poder exportar essa tecnologia intermediária.

A fonte que desenvolveu esse raciocínio cita um exemplo clássico: O Brasil tem excelente tecnologia na construção de geladeiras a querosene. Esse material já não encontra mercado nos países desenvolvidos e, por isso mesmo, esses países não encontram justificativa para aperfeiçoar sua técnica nesse campo. Já o Brasil, no momento, fabrica as melhores geladeiras a querosene do mundo e poderá ceder seu "know-how" a países que, idênticamente, precisam delas.

## Investimentos brasileiros no Exterior

Se é verdade que dispomos de estatísticas pormenorizadas sobre os investimentos estrangeiros no Brasil, com a discriminação entre investimentos e reinvestimentos, por setores e países, em contrapartida, o Banco Central não fornece estatísticas sobre os investimentos brasileiros no Exterior, salvo as referentes à saída de capitais, com este fim na apresentação do balanço de pagamentos. Deste modo, passa despercebido da opinião pública um fato que reputamos de grande importância: o aumento crescente dos investimentos brasileiros nos outros países, fato este que poderá exercer, a longo prazo, influência sobre as entradas de capitais a título de renda de investimento.

Ainda recentemente, a aquisição do controle da Hills Bros. Coffee Inc pela Cia União dos Refinadores por 38,5 milhões de dólares, amplamente divulgada pela imprensa, despertou o interesse da opinião pública

## Firmas fortes para competir com multi

esp-31-7-76

O ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, afirmou ontem, em Porto Alegre, na abertura do "1º Seminário de Commodities", que o governo pretende constituir empresas fortes, capazes de competir com as multinacionais, para atuarem no comércio internacional de produtos primários. "Temos uma multidão de compradores, em cima; uma multidão de vendedores, em baixo; e, no meio, um pequeno grupo de grandes empresas multinacionais intermediárias, que conseguiram uma boa tradição, principalmente pela garantia de entrega", comentou o ministro, para acrescentar: "Nosso ideal é entrar para o meio, com empresas suficientemente fortes para isso".

Para o ministro, "a formação de um cartel no estilo da OPEP, que às vezes é cogitada, exige condições especiais, como a dificuldade de substituição da mercadoria e a união muito grande entre os produtores. No caso do petróleo, isso foi possível, mas para outros produtos é quase in-

esp-23-7-76

quanto aos investimentos diretos do Brasil em outros países. Com efeito, estamos acostumados a pensar que apenas os países industrializados podem investir no Exterior. Entretanto, verificamos que, nos últimos anos, nossos investimentos diretos no estrangeiro cresceram consideravelmente como o mostra o quadro seguinte cujas informações são extraídas dos dados sobre o balanço de pagamento.

	US\$ milhões
1969	12
1970	14
1971	4
1972	19,3
1973	36,8
1974	57,5
1975	115,8

Vê-se no quadro acima que os investimentos estão crescendo e que aumentaram de mais de 100% no ano passado. Esses números permitem registrar não só que Brasil procura ampliar sua presença no Exterior como também criar com esses investimentos novas correntes para nosso comércio externo. Tomando o período 1969-1975 alcançamos nossos investimentos no Exterior (sem levar em conta os rein-

vestimentos) 259,4 milhões de dólares.

Seria interessante saber quais são os investidores brasileiros e em que setores e países estão atuando. Provavelmente a Petrobrás (através da Braspetro) ocupa um lugar de destaque na América Latina, África e Oriente Médio. Mas temos outros grupos importantes como o Grupo Antunes, Mendes Júnior que efetuaram investimentos no setor dos serviços e no comércio. Mas o setor bancário (Banco do Brasil, Banco de São Paulo, Real etc.) deve predominar com uma distribuição geográfica mais ampla.

Até agora, a presença do Brasil no Exterior não rendeu muitos dividendos para o País (2,3 milhões de dólares em 1975), mas tudo leva a crer que a renda de capitais aumentará nos próximos anos. Todavia é importante considerar que estamos abrindo, com esses investimentos no Exterior novas perspectivas para nosso comércio externo. Este e sem dúvida, um assunto que mereceria ser devidamente analisado no quadro de uma política de aproximação com o Exterior.

viável". Como alternativa para o cartel, já que "os acordos entre produtores e compradores para a estabilização de preços são desejáveis, mas de difícil negociação", Simonsen sugeriu aos exportadores de produtos primários que participem mais dos negócios feitos em bolsa.

## Brasil lidera produção de armas na A.L.

esp-2-7-76

WASHINGTON — Um relatório do Instituto de Pesquisas para a Paz, divulgado ontem em Washington, afirma que o Brasil desenvolveu tecnologia própria e é hoje o líder dos países da América Latina na produção de diversos tipos de armamentos. O documento relaciona Argentina, Colômbia, México, Peru e Venezuela entre os países que desenvolvem indústria de defesa própria utilizando tecnologia importada.

O Brasil — diz o documento — apresenta intensa produção aeronáutica, pois

mensalmente saem de suas fábricas quatro aparelhos de treinamento, do tipo Bandeirante, exportados para o Uruguai. O relatório menciona ainda outro aparelho de treinamento, o Uirapuru, exportado para Bolívia, Paraguai e Guatemala, sem esquecer o modelo Neiva, exportado para o Chile. Informa-se também que a Marinha brasileira anuncia a fabricação de seus próprios submarinos.

Com relação a Argentina, o documento informa que a Força Aérea inclui, entre os modelos de tecnologia nacional, aviões a jato e turbohélices, enquanto a Marinha constrói navios de sondagem como o Comodoro Rivadavia. Oficiais brasileiros estão visitando instalações militares em Posadas, na Argentina.

Sob a chefia do general Moacir Pereira, a convite do general Cristino Nicolaides, comandante da 7ª Brigada do Exército argentino, tem o objetivo de trocar informações sobre assuntos militares em geral e combater ao terrorismo.

empresa brasileira  
se associa  
com argélia

ESP-7-7-76

A Construtora Mendes Júnior e a Transcom S/A. são as companhias brasileiras detentoras de 49% do capital da empresa de economia mista constituída pelo governo da Argélia para recu- perar, projetar e construir as ferrovias "necessárias ao desenvolvimento desse país".

O capital inicial da Sif, "suficiente para a demarra- gem da Sociedade", é de 40 milhões de dinares — 10 milhões de dólares — e o cálculo é de que em três anos ele seja elevado para 100 milhões de dinares — 25 milhões de dólares — de acordo com as necessidades da empresa. Na sociedade formada com o governo argelino, a Transcom S/A ficou encarregada da elabo- ração dos projetos necessá- rios e a Mendes Júnior da construção das ferrovias.

volks alemã  
proibe venda

ESP-6-8-76

Os ministros Azeredo da Silveira, das Relações Exte- riores, e Severo Gomes, da Indústria e Comércio, discu- tiram ontem, em Brasília, meios de o governo pressio- nar a Volkswagen do Brasil para o fornecimento de 15 mil veículos à Argélia. O as- unto foi levado por Silveira a Severo, depois que o em- baixador argelino no Brasil, Ali Lakhdari, pediu a inter- ferência do Itamaraty para levantar a proibição, que a Volks alemã teria imposto à subsidiária brasileira, de realizar a venda.

reaproximação  
brasil - peru

ESP-7-8-76

A nova orientação da polí- tica externa peruana, di- tada pelo gabinete empos- sado em julho, poderá in- centivar bastante a aproxi- mação política com o Brasil, já que a principal priori- dade destacada pelo minist- ro José de La Fuente é o estreitamento de relações com os países vizinhos. Esta prioridade coincide com o ponto-de-vista da Chancela- ria brasileira, segundo afir- mações reiteradas há dias pelo chanceler Azeredo da Silveira.

enviado de Kissinger  
discute temas mundiais

ESP-30-7-76

— Os principais temas da política internacional serão debatidos a partir de segun- da-feira, no Itamaraty, pelo ministro Azeredo da Silvei- ra e o assistente direto de Henry Kissinger para as- suntos de organismos inter- nacionais, Samuel Lewis. Entre os temas vão figurar o conflito Israel-árabes, a si- tuação no Líbano, as rela- ções Norte-Sul, "detente", o conflito racista na África, o problema de Angola e, par- ticularmente, a admissão desse país nas Nações Unidas. 3-8-76

As ações terroristas inter- nacionais, entre as quais o sequestro de aviões foram o principal tema político de-

batido ontem no Itamaraty no primeiro contato entre o emissário especial de Hen- ry Kissinger Samuel Lewis, e a diplomacia brasileira. O principal tema econômico foi o dialogo Norte-Sul, com destaque para o sistema de preferências.

Outro tema que constou dos entendimentos foi a "atitude ilícita" de algumas empresas multinacionais, que está causando proble- mas nas relações interna- cionais e na estabilidade política interna de alguns países, como ocorre atual- mente no Japão, com a pri- são do ex-primeiro-ministro Kakuei Tanaka

CARTER DENUNCIA DITADURA

ESP-14-7-76

NOVA YORK — As vésperas da aclamação de Jimmy Car- ter pela Convenção Nacio- nal do Partido Democrata, Stuart Eisenstar o assessor especial do — candidato pa- ra suas posições em política doméstica e externa, desfe- riu ontem duras críticas ao governo brasileiro e ao acordo de consultas mútuas assinado com os Estados Unidos. "O futuro governo Carter — disse Eisenstar em entrevista aos correspon- dentes estrangeiros vindos a Nova York — deverá refle- tir em sua política externa o mesmo sentido de moralida- des que pretende impor a

política interna dos Estados Unidos. Isto significa que devemos desencorajar dita- duras, denunciar a privação dos direitos humanos. Isto quer dizer que numa situa- ção como a do Brasil não de- vemos selecionar um país cuja conduta é questionável e abraçá-lo como a nação que estamos procurando pa- ra uma liderança na Amé- rica Latina. Isto significa ainda que não podemos di- tar aos países o que devem fazer, mas também não po- demos encorajá-los a estas praticas que nao se coadu- nam com a dignidade e os direitos humanos"

SILVEIRA RESPONDE

ESP 7-76

"Ele terá de digerir o Brasil". A frase, do mi- nistro Azeredo da Silveira,

se Jimmy Carter for eleito, exatamente porque ele fez uma crítica direta ao "memorando de entendi- mento", considerando-o um dos atos mais infelizes da atual política externa de Washington. Entre os diplo- matas brasileiros é possível identificar três correntes bem definidas: 1 — Os que echam que as afirmativas de Carter não passam de retó- rica eleitoral; 2 — Os que entendem que a declaração não é apenas recurso de campanha eleitoral, mas não acreditam que Carter simplesmente abandone o acordo de consultas; 3 — Os que crêem que o candidato democrata, se eleito, pre- tenderia estabelecer mu- danças substanciais na polí- tica externa norte- americana, com reflexos inevitáveis em relação ao

Brasil.

Independente das previ- sões, um fato parece certo: Qualquer que seja uma eventual e futura reação do governo dos Estados Uni- dos, o Brasil não recuará de sua posição. O fim da polí- tica de "alinhamentos auto- máticos" e uma decisão di- plomática com firme cober- tura militar.

Cinco minutos depois do encerramento de uma reunião com Kissinger, que durou mais de três horas, Silveira disse: Não podemos mais ser pedintes. O Brasil não é um país que se con- tente em receber propostas e decidir sobre elas em cima da mesa, na mesma hora. A aproximação com a Europa deu maior lucidez e inde- pendência para que o Brasil adote posições próprias."

"Brasil,  
modelo<sup>ESP</sup>  
6-8-76  
DE DITADURA  
para AL"

LA PAZ — O regime mili- tar brasileiro tem servido de modelo para um novo conceito geopolítico do Es- tado, já adotado em vários países latino-americanos, e que se baseia, principal- mente, nas teses do general Golbery do Couto e Silva, chefe do gabinete civil do presidente Ernesto Geisel. A afirmação foi feita ontem por um despacho da Agên- cia Boliviana de Notícias (ANF).

"Esse novo modelo de Es- tado — acrescentou a ANF — começa com a crença na neutralização dos poderes que caracterizavam o Es- tado tradicional do Oc- cidente. O Legislativo desem- penha um papel decorativo, o Judiciário serve somente para resolver casos sem im- portância e o Executivo fica submetido a um órgão su- premo de segurança nacio- nal que acumula a totali- dade do poder do Estado".

Segundo essa concepção, cuja autoria é atribuída ao general Golbery, "os povos são um mito só existem as nações e a nação é o Es- tado". Sua lei primordial se- ria a expansão para ocupar todo o espaço vital da nação. "A guerra pertence à condi- ção humana e toda nação vive em Estado de guerra", diria a geopolítica brasilei- ra, segundo a agência.

Assim, prosseguiu, o ini- migo não estaria na fronte- ira, mas sim infiltrado por to- das as partes. "Todas as ati- vidades, econômicas, cultu- rais e outras, são atos de guerra a favor ou contra a nação". A consequência dessa tese, afirmou a ANF, é a necessidade de fortaleci- mento do poder militar como garantia da segurança nacional. "O cidadão deverá compreender que é mais im- portante a segurança do que o bem estar e que os sacrifi- cios da liberdade indivi- dual também são necessá- rios".

No citado esquema de po- der, as Forças Armadas se- riam a elite nacional res- ponsável pela direção do Estado. E isso se justifica- ria, na América Latina, "pe- la volubilidade dos civis (demagogos e corruptos) e pelas exigências da guer- ra".

---

## publicações consultadas para este número

jornal O ESTADO DE S. PAULO  
jornal JORNAL DO BRASIL  
jornal JORNAL DA TARDE  
jornal **O GLOBO**  
jornal **TRIBUNA DA IMPRENSA**  
jornal **GAZETA MERCANTIL**  
jornal **Brasil Mulher**  
jornal Opinião  
jornal MOVIMENTO  
jornais estudantis

boletim DIAL  
boletim LATIN AMERICA  
revista VEJA  
revista Visão  
revista BANAS  
revista EXAME  
revista DIRIGENTE INDUSTRIAL  
revista DIRIGENTE RURAL  
revista Conjuntura Econômica  
publicações latino-americanas

---

### ASSINATURAS

6 meses : U\$ 8  
1 ano : U\$ 16

### DE APOIO

6 meses : U\$ 20  
1 ano : U\$ 40

por avião mais U\$ 3  
numeros atrasados U\$ 2

### ENDEREÇO

CONJUNTURA BRASILEIRA  
c/o michel thery  
29 rue meslay  
paris 75 003 - france

---